



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 8 DE MAIO DE 2002-----

-----ACTA NÚMERO DOZE / DOIS MIL E DOIS-----

----- Aos oito dias do mês de Maio do ano de dois mil e dois, nesta Vila de Oeiras e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal de Oeiras, sob a Presidência da Senhora Presidente Doutora Teresa Maria da Silva Pais Zambujo, estando presentes os Senhores Vereadores Engenheiro José Arménio Lopes Neno, Luís Filipe Martins Pires, Doutor José Eduardo Leitão Pires Costa, José Ferreira de Matos, Doutora Ana Isabel Beça Dias da Costa, Doutor Arnaldo António Pereira, Doutor Rui Manuel Marques de Sousa Soeiro, Doutora Maria Manuela de Almeida Costa Augusto, Doutor Alberto João Pereira Martins da Luz e ainda presente embora entrado no decurso da reunião o Senhor Vereador Emanuel Silva Martins. -----

1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- Às dezoito horas, a Senhora Presidente declarou aberta a reunião e submeteu à votação a respectiva ordem de trabalhos que foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

2 - APROVAÇÃO DE ACTAS: -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação a acta número nove, de dois mil e dois, de três de Abril, previamente distribuída pelo que foi dispensada a sua leitura, tendo-se verificado a sua aprovação por unanimidade dos presentes, sem prejuízo de possíveis futuros pedidos da alteração ao respectivo texto. -----

3 - DESPACHOS: -----

----- A Câmara tomou conhecimento, de harmonia com o disposto no número três, do artigo sexagésimo quinto, da Lei número cento e sessenta e nove, de noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações constantes da Lei número cinco-A, de dois mil e dois, de onze de Janeiro dos despachos proferidos pelos Senhores Presidente e Vereadores no uso de competências delegadas, nomeadamente dos Senhores Vereadores Lopes Neno, Ferreira de Matos, Ana Isabel Beça, Arnaldo Pereira e Rui Soeiro: -----

-----“Relação dos Despachos proferidos pelo Senhor Vice-Presidente José Arménio Lopes Neno no âmbito do Despacho de Delegação de Competências número vinte e seis, de dois mil e dois, de trinta e um de Janeiro e que respeitam a autorizações de realização de despesas com obras por administração directa, adjudicações de empreitadas e de fornecimentos: -----

-----Despachos de vinte de Abril de dois mil e dois: -----

-----Autorizado o pagamento do primeiro auto de vistoria e medição de trabalhos da empreitada “trezentos e quinze - DIM/DCAD - de dois mil e um - Fornecimento e Colocação de Mastros no Campo de Futebol da ADO”, à firma Sociedade de Construções José Moreira, Limitada, no valor de dois mil quatrocentos e catorze euros e dezoito cêntimos mais IVA (cinco por cento);- -----

-----Autorizado o pagamento do primeiro auto de vistoria e medição de trabalhos da empreitada ”trinta e cinco - DIM/DEIP - de dois mil e dois - Fábrica da Pólvora de Barcarena - Iluminação Exterior”, à firma Saninstel - Instalações Eléctricas e Informáticas, Limitada, no valor de mil trezentos e vinte e nove euros e cinquenta e um cêntimos com IVA incluído (cinco por cento); -----

-----Autorizado o pagamento do primeiro auto de vistoria e medição de trabalhos da empreitada ”trinta e seis - DIM/DEIP - de dois mil e dois - Monta-Papeis no Edifício dos Ex-SMAS”, à firma Saninstel - Instalações Eléctricas e Informáticas, Limitada, no valor de sete mil cento e vinte e dois euros e oitenta e três cêntimos com IVA incluído (cinco por cento); -----

-----Autorizado o pagamento do primeiro auto de vistoria e medição de trabalhos da empreitada ”trinta e sete - DIM/DEIP - de dois mil e dois - Secção de Contabilidade ”, à firma Saninstel - Instalações Eléctricas e Informáticas, Limitada, no valor de sete mil trezentos e dezanove euros e noventa cêntimos com IVA incluído (cinco por cento); -----

-----Autorizada a adjudicação por ajuste directo da empreitada ”cento e quarenta e cinco - DIM/DEIP - de dois mil e dois - Execução de Alimentação a Sistemas de Bombagem de Águas



Pluviais - Rua República Popular de Moçambique/ Rua António Feliciano de Castilho, em Tercena”, à firma C.M.E. - Construção e Manutenção Electromecânica, Sociedade Anónima, pelo valor de três mil quinhentos e setenta e cinco euros e vinte e três cêntimos mais IVA (cinco por cento) e com prazo de garantia de um ano; -----

----- Despacho de vinte e quatro de Abril de dois mil e dois: -----

----- Autorizada a abertura de concurso da empreitada “cento e quarenta e um - DIM/DEIP - de dois mil e dois - Parque de Estacionamento de Miraflores - Ramal de Alimentação para Fonte Ornamental”, cujo preço base é de trinta e cinco mil quinhentos e setenta e três euros e vinte cêntimos e com prazo de execução de sessenta dias; -----

----- Despacho de seis de Maio de dois mil e dois: -----

----- Autorizada a adjudicação da elaboração do Projecto de Execução da Remodelação do Sistema de Esgotos de Algés - Parte Dois - Algés de Cima - Almarajão, à firma Engidro, Estudos de Engenharia, Limitada, pelo montante de catorze mil quatrocentos e trinta e cinco euros mais IVA (dezassete por cento) e com prazo de execução de oito semanas; -----

----- Despacho de sete de Maio de dois mil e dois: -----

----- Autorizada a adjudicação por ajuste directo da empreitada “cento e setenta e quatro - DIM/DEIP - de dois mil e dois - Iluminação Especial da Estátua da Liberdade”, à firma R.D. Contreiras, Limitada, pelo montante de nove mil quinhentos e oitenta e dois euros e vinte e seis cêntimos, mais IVA (cinco por cento) e com prazo de garantia de um ano;-----

----- Relação dos Despachos proferidos pelo Senhor Director Municipal de Obras e Ambiente, Engenheiro Luiz Reis de Melo, no âmbito do Despacho de Delegação de Competências número três, de dois mil e dois, de sete de Fevereiro e que respeitam a autorizações de realização de despesas com obras por administração directa, adjudicações de empreitadas e de fornecimentos:-----

----- Despacho de dois de Maio de dois mil e dois:-----

-----Autorizada a adjudicação do projecto de execução do arruamento de acesso a Leceia Sul/ reperfilagem da Rua Luís de Camões, à firma GESBAU, Engenharia e Gestão, Limitada, pelo montante de dezasseis mil euros mais IVA (dezassete por cento) e com prazo de execução de cinquenta e cinco dias;-----

-----Despachos de três de Maio de dois mil e dois:-----

-----Autorizada a adjudicação por ajuste directo da empreitada “cento e sessenta e quatro - DIM/DEIP - de dois mil e dois - Mercado Municipal de Algés”, à firma C.M.S. - Instalações Eléctricas e Informática, Limitada, pelo valor de vinte e quatro mil e quarenta e três euros e dezasseis cêntimos, mais IVA (cinco por cento) e com prazo de garantia de um ano; -----

-----Autorizada a adjudicação por ajuste directo da empreitada “cento e sessenta e cinco - DIM/DEIP - de dois mil e dois - Instalação Eléctrica - Secção de Património”, à firma Saninstel - Instalações Eléctricas e Informática, Limitada, pelo valor de dezassete mil seiscentos e sessenta e oito euros e noventa e oito cêntimos, mais IVA (cinco por cento) e com prazo de garantia de um ano;-----

-----Despachos de seis de Maio de dois mil e dois:-----

-----Autorizada a adjudicação por ajuste directo da empreitada “cento e sessenta e seis - DIM/DEIP - de dois mil e dois - Iluminação Decorativa do Mergulho da Baleia”, à firma Pinto & Bentes, Limitada, pelo valor de dezasseis mil trezentos e trinta euros mais IVA (cinco por cento) e com prazo de garantia de um ano;-----

-----Autorizada a adjudicação por ajuste directo da empreitada “cento e sessenta e sete - DIM/DEIP - de dois mil e dois - Iluminação Pública no Jardim da Pedreira Italiana”, à empresa João Jacinto Tomé, Sociedade Anónima, pelo valor de vinte e três mil novecentos e setenta e dois euros e setenta e nove cêntimos mais IVA (cinco por cento) e com prazo de garantia de um ano;-----

-----Autorizada a adjudicação por ajuste directo da empreitada “cento e sessenta e oito -



DIM/DEIP - de dois mil e dois - Iluminação Pública no Largo Maria Lamas, em Oeiras”, à empresa João Jacinto Tomé, Sociedade Anónima, pelo valor de oito mil seiscentos e noventa e cinco euros e catorze cêntimos, mais IVA (cinco por cento) e com prazo de garantia de um ano; -

----- Autorizada a adjudicação por ajuste directo da empreitada “cento e sessenta e nove -

DIM/DEIP - de dois mil e dois - Iluminação Pública na Rua do Recife, em Oeiras”, à empresa M.B. Pereira da Costa, Sociedade Anónima, pelo valor de treze mil quinhentos e catorze euros e quarenta e dois cêntimos mais IVA (cinco por cento) e com prazo de garantia de um ano; -----

----- Autorizada a adjudicação por ajuste directo da empreitada “cento e setenta e um -

DIM/DEIP - de dois mil e dois - Reparação e Pintura das Janelas do Ex-Edifício dos SMAS - rés-do-chão e primeiro andar”, à firma Sociedade de Construções José Moreira, Limitada, pelo valor de nove mil seiscentos e setenta e oito euros e sessenta e oito cêntimos mais IVA (cinco por cento) e com prazo de execução de três semanas;-----

----- Relação dos Despachos proferidos pelo Senhor Director de Departamento de Infra-Estruturas Municipais, Engenheiro Manuel dos Santos Pinto, no âmbito do Despacho de Delegação de Competências número três, de dois mil e dois, de oito de Fevereiro e que respeitam a autorizações de realização de despesas com obras por administração directa, adjudicações de empreitadas e de fornecimentos:-----

----- Despachos de dois de Maio de dois mil e dois: -----

----- Autorizada a adjudicação por ajuste directo da empreitada “cento e cinquenta e três -

DIM/DEIP - de dois mil e dois - Iluminação Pública na Rua Terras da Eira, em Oeiras”, à empresa João Jacinto Tomé, Sociedade Anónima, pelo valor de mil oitocentos e noventa euros e sessenta cêntimos, mais IVA (cinco por cento) e com prazo de garantia de um ano;-----

----- Autorizada a adjudicação por ajuste directo da empreitada “cento e cinquenta e sete -

DIM/DEIP - de dois mil e dois - Parquímetros - Algés”, à firma Pinto & Bentes, Limitada, pelo valor de três mil oitocentos e noventa e dois euros e noventa e sete cêntimos mais IVA (cinco por

cento) e com prazo de garantia de um ano; -----

-----Autorizada a adjudicação por ajuste directo da empreitada “cento e cinquenta e oito - DIM/DEIP - de dois mil e dois - Auditório Eunice Muñoz”, à firma Domótica - Estudo e Projecto de Edifícios Inteligentes, Limitada, pelo valor de quatro mil oitocentos e trinta euros mais IVA (cinco por cento) e com prazo de garantia de um ano; -----

-----Autorizada a adjudicação por ajuste directo da empreitada “cento e cinquenta e nove - DIM/DEIP - de dois mil e dois - Intervenções nos Mercados de Linda-a-Velha, Carnaxide e Oeiras”, à firma Nelconstrói, Limitada, pelo valor de quatro mil trezentos e noventa e cinco euros e oitenta e um cêntimos mais IVA (cinco por cento) e com prazo de garantia de um ano; -----

-----Autorizada a adjudicação por ajuste directo da empreitada “cento e sessenta - DIM/DEIP - de dois mil e dois - Biblioteca Municipal”, à empresa C.M.E. - Construção e Manutenção Electromecânica, Sociedade Anónima, pelo valor de quatro mil e quarenta e três euros e cinquenta e nove cêntimos mais IVA (cinco por cento) e com prazo de garantia de um ano;-----

-----Autorizada a adjudicação por ajuste directo da empreitada “cento e sessenta e um - DIM/DEIP - de dois mil e dois - Intervenções nos Mercados de Oeiras, Carnaxide, Queijas, Porto Salvo e Tercena”, à firma Nelconstrói, Limitada, pelo montante de três mil seiscentos e vinte e cinco euros mais IVA (cinco por cento) e com prazo de garantia de um ano; -----

-----Despachos de seis de Maio de dois mil e dois:-----

-----Autorizada a adjudicação da empreitada “cento e setenta - DIM/DCAD - de dois mil e dois - Fornecimento e Montagem de Portas nas Instalações Sanitárias da Escola Número Dois de Paço de Arcos”, à firma Sociedade de Construções José Moreira, Limitada, pelo valor de três mil quinhentos e quatro euros e cinco cêntimos mais IVA (cinco por cento) e com prazo de execução de sete dias;-----

-----Autorizada a adjudicação por ajuste directo da execução do levantamento topográfico



no Palácio Anjos, em Algés, à firma Modelação, Desenho e Topografia, Limitada, pelo valor de dois mil seiscentos e trinta euros mais IVA (dezassete por cento) e com prazo de entrega de trinta e cinco dias;-----

----- Relação dos Despachos proferidos pela Chefe de Divisão de Estudos e Projectos, Senhora Arquitecta Rita Vasconcellos, no âmbito do Despacho de Delegação de Competências número cinco, de dois mil e dois, de quinze de Março e que respeitam a autorizações de realização de despesas com obras por administração directa, adjudicações de empreitadas e de fornecimentos:-----

----- Despacho de vinte e dois de Abril de dois mil e dois:-----

----- Autorizada a elaboração do Plano de Segurança e Saúde relativa ao projecto de Construção de Nichos de Decomposição Aeróbia no Cemitério de Oeiras - Primeira Fase, à firma HSA, Higiene, Segurança e Ambiente, Limitada, pelo montante de trezentos e vinte e cinco euros mais IVA (dezassete por cento) e com prazo de entrega de cinco dias.”-----

----- “Relação dos Despachos proferidos pelo Senhor Vereador José Ferreira de Matos no âmbito do Despacho de Delegação de Competências número vinte e seis, de dois mil e dois, de trinta e um de Janeiro:-----

----- Despacho de três de Maio de dois mil e dois:-----

----- Autorizado o pagamento no valor total de quatro mil oitocentos e sessenta euros e setenta e nove cêntimos (novecentos e setenta e quatro mil e quinhentos escudos), referente a trinta por cento do orçamento total para realização de obras num edifício do Centro Histórico de Oeiras, ao Senhor Quintino Manuel dos Santos Aguiar, proprietário do mesmo, no âmbito do Programa de Recuperação de Edifícios Degradados. Informação número cento e oitenta, de dois mil e dois, do Departamento de Projectos Especiais.-----

----- Despachos de sete de Maio de dois mil e dois:-----

----- Autorizado o pagamento no valor total de dois mil oitocentos e setenta e cinco euros

e oitenta e seis cêntimos, à empresa Alugsan - Aluguer de Equipamentos para Eventos, Limitada, referente a serviço de aluguer, assistência e manutenção diária, bem como transporte de sete sanitários portáteis, de seis a vinte e quatro de Junho de dois mil e dois, para utilização nas Festas do Concelho dois mil e dois. Informação número cento e quatro, de dois mil e dois, dos Serviços Técnicos --- -----

-----Autorizado o pagamento no valor total de mil e quinhentos euros, à empresa Gabinete Técnico - Direcção de Miguel Espadeiro, referente a sonorização e assistência técnica permanente, para animação e divulgação das Festas do Concelho dois mil e dois, nomeadamente em todos os espaços da zona da feira e do recinto do Parque Ecológico. -----

-----Informação número cento e um, de dois mil e dois, dos Serviços Técnicos -----

-----Autorizado o pagamento no valor total de quatro mil setecentos e trinta e um euros e quarenta e oito cêntimos, à empresa OutraIdeia- Organização de Eventos Sociais, Limitada, referente à animação de mercados, nomeadamente coordenação do evento e encargos de material. Informação número setenta e três, de dois mil e dois, dos Serviços Técnicos.” -----

-----“Relação dos Despachos proferidos pela Senhora Vereadora Ana Isabel Beça no âmbito do Despacho de Delegação de Competências número vinte e seis, de dois mil e dois, de trinta e um de Janeiro:-----

-----Despachos de vinte e nove de Abril de dois mil e dois: -----

-----Autorizado o pagamento no valor total de quatrocentos e vinte e nove euros e vinte cêntimos, à empresa Lisboplásticos - Indústria e Transformação de Plásticos, Limitada, referente à aquisição de vinte mil e quatrocentos sacos de plástico no âmbito do Programa ”Melhor Exercício Mais Saúde”, em aditamento à informação número trinta e três, de dois mil e dois. Informação número sessenta e quatro, de dois mil e dois - Saúde. -----

-----Autorizado o pagamento no valor total de seiscentos e setenta e oito euros e cinco cêntimos, à empresa Expografe - Exposições e Artes Gráficas, Limitada, para o arranjo gráfico e



impressão em PVC de duas estrelas com texto para expositor, no âmbito da Semana do Exercício Físico e Saúde. Informação número sessenta e um, de dois mil e dois - Saúde. -----

----- Autorizado o pagamento no valor total de duzentos e dez euros e quarenta cêntimos, à empresa Expografe - Exposições e Artes Gráficas, Limitada, para a criação e impressão de uma faixa para aplicar em estrutura Chrono-expo com a imagem do Gabinete de Atendimento a Jovens. Informação número sessenta e cinco, de dois mil e dois - Saúde. -----

----- Autorizado o pagamento no valor total de dois mil e vinte euros, à Associação Abraço, referente a subsídio para apoio a actividades, pontualmente a Quinta Formação de Agentes de Apoio Domiciliário, que visa formar quinze novos agentes. Informação número sessenta e seis, de dois mil e dois - Saúde -----

----- Despachos de trinta de Abril de dois mil e dois: -----

----- Autorizado o pagamento no valor total de duzentos e vinte e dois euros e trinta cêntimos, à empresa Gráfica Abreu, Limitada, referente à execução e impressão de duas vezes duzentos e cinquenta Regulamentos em papel couché duzentas e cinquenta gramas, no formato A Quatro, dobrado em três com impressão um por um no sentido de promover a realização do Décimo Sexto Salão Nacional Humor de Imprensa e do Décimo Quinto Salão Livre de Humor Nacional. Informação número duzentos e oitenta e oito, de dois mil e dois, do Sector de Acção Cultural. -- -----

----- Autorizado o pagamento no valor total de mil duzentos e vinte e seis euros e dezasseis cêntimos, à empresa Quatro P's Marketing e Publicidade, Limitada, referente à aquisição de quatrocentos mini rádios com a imagem gráfica do projecto para oferta aos participantes na Mostra de Teatro Escolar. Informação número duzentos e setenta e oito, de dois mil e dois, do Sector de Acção Cultural. -----

----- Despachos de seis de Maio de dois mil e dois: -----

----- Autorizado o pagamento no valor total de dois mil quatrocentos e cinquenta e um

euros e setenta e quatro cêntimos, à empresa Cultigrafe Digital Gráfica e Edições, Limitada, referente à execução e impressão de três lonas publicitárias destinadas a promover a realização do Primeiro Salão Internacional de Artistas Contemporâneos a decorrer a partir de oito de Maio no Hangar K Sete, na Fundação de Oeiras. Informação número duzentos e sessenta e um, de dois mil e dois, do Sector de Acção Cultural. -----

-----Autorizado o pagamento no valor total de oitocentos e noventa e cinco euros e quatro cêntimos, à empresa Palma - Artes Gráficas, Limitada, referente à execução e impressão de material gráfico (convites e catálogos) no âmbito da realização da exposição de pintura de Ricardo Monteiro a inaugurar no Foyer da Biblioteca Municipal de Oeiras a dezassete de Maio. Informação número duzentos e oitenta e sete, de dois mil e dois, do Sector de Acção Cultural. ---

-----Autorizado o pagamento no valor total de quinhentos e trinta e oito euros e vinte cêntimos, à empresa Palma - Artes Gráficas, Limitada, referente à execução e impressão de dois mil e quinhentos convites no âmbito da realização da exposição de pintura de Leonor Neves e Sousa a inaugurar no dia nove de Maio na Galeria Municipal Lagar de Azeite. Informação número duzentos e oitenta e quatro, de dois mil e dois, do Sector de Acção Cultural. -----

-----Autorizado o pagamento no valor total de trezentos e cinquenta e seis euros e oitenta e cinco cêntimos, à empresa Palma - Artes Gráficas, Limitada, referente à execução e impressão de mil folheto/catálogo no âmbito da realização da exposição de pintura de Leonor Neves e Sousa a inaugurar no dia nove de Maio na Galeria Municipal Lagar de Azeite. Informação número duzentos e oitenta e seis, de dois mil e dois, do Sector de Acção Cultural. -----

-----Autorizado o pagamento no valor total de setecentos e dois euros, a Fernando Rosado Limitada, referente ao aluguer de um piano de concerto (Yamaha C Cinco) para o concerto pela Orquestra de Câmara de Cascais e Oeiras no dia dezanove de Maio no Palácio dos Aciprestes. Informação número trezentos e sete, de dois mil e dois, do Sector de Acção Cultural.” -----

-----“Pelouro do Desporto - Despachos proferidos ao abrigo da Subdelegação de



Competências: -----

----- Data - Assunto - Valor: -----

----- Dois de Maio de dois mil e dois - Material desportivo - novecentos e dois euros e sete cêntimos.”-----

----- “Relação de despachos exarados pelo Senhor Vereador Rui Soeiro, no âmbito do despacho de Delegação de Competências número vinte e seis, de dois mil e dois, de trinta e um de Janeiro. -----

----- Período vinte e seis de Abril dois mil e dois a oito de Maio de dois mil e dois, inclusivé. - -----

----- Data - Assunto - Empresa - Valor com IVA -----

----- Vinte e quatro de Abril de dois mil e dois -----

----- - Trabalhos de reparação em canalizações de esgoto - Bairro Bento Jesus Caraça - Rua Junção do Bem, sessenta e dois - Sociedade de Construções J. Moreira, Limitada - dois mil trezentos e vinte e quatro euros e quatro cêntimos; -----

----- Vinte e nove de Abril dois mil e dois -----

----- - Programa de Conservação do Parque Habitacional - Obras de beneficiação de edifícios / Teixeira Duarte, Sociedade Anónima - mil cento e oitenta e quatro euros e oitenta e seis cêntimos; -----

----- - Programa de Conservação do Parque Habitacional - Obras de beneficiação de edifícios - C.M.E. - Construção e Manutenção Electromecânica, Sociedade Anónima - cinco mil duzentos e trinta e três euros e trinta e oito cêntimos; -----

----- - Programa de Conservação do Parque Habitacional - Obras de beneficiação de edifícios - Alvenobra, Sociedade de Construções, Limitada - três mil setecentos e dezasseis euros e doze cêntimos; -----

----- - Programa de Conservação do Parque Habitacional - Obras de beneficiação de

edifícios - Teixeira Duarte, Sociedade Anónima - quatro mil oitocentos e oitenta e cinco euros e sessenta e cinco cêntimos; -----

----- Programa de Conservação do Parque Habitacional - Obras de beneficiação de edifícios - Sociedade de Construções J. Moreira, Limitada - três mil cento e oitenta e três euros e noventa cêntimos.” -----

4 - SITUAÇÃO FINANCEIRA: -----

-----Foi presente o balancete referente ao movimento de fundos do dia de ontem, o qual acusa um saldo de operações orçamentais no valor de três milhões novecentos e setenta mil trezentos e noventa e dois euros e noventa e quatro cêntimos, tendo a Senhora Presidente informado da situação financeira, saldos cativos e encargos existentes, traduzindo-se a situação num saldo real negativo de nove milhões quatrocentos e vinte e cinco mil trezentos e quinze euros e quatro cêntimos. -----

5 - PAGAMENTOS: -----

-----Pagamentos autorizados anteriormente:-----

-----A Câmara tomou conhecimento de terem sido processados os pagamentos a que respeitam as autorizações números quatro mil seiscentos e cinquenta e três a cinco mil cento e oitenta e cinco, no valor global de três milhões cento e vinte e quatro mil oitocentos e noventa e sete euros e quarenta cêntimos. -----

6 - ASSUNTOS DO C.A. DOS SMAS: -----

-----A Câmara tomou conhecimento dos principais assuntos tratados na reunião do Conselho de Administração dos SMAS realizada no passado dia vinte e nove de Abril, os quais são: -----

-----“Foi presente a acta da reunião anterior-----

-----Informações:-----

----- Tomou conhecimento do Balancete de Movimento de Tesouraria à data. -----



----- - Tomou conhecimento da Listagem das Ordens de Pagamento processadas nas semanas transactas. -----

----- - Tomou conhecimento do Relatório da Campanha de Fugas de Água na Via Pública, referente ao mês de Março de dois mil e dois. -----

----- Tomada de conhecimento:-----

----- - Aposentação requerida pelo Varejador José António Ribeiro de Barros.-----

----- - Primeira renovação do Contrato de Trabalho a Termo Certo com a Assistente Administrativa Susana Colaço de Sousa Sá, por um período de doze meses.-----

----- - Integração na modalidade de horário por turnos do Varejador, contratado a termo certo, David Manuel Alves Seleiro. -----

----- - Empreitada destinada à Remodelação das Redes de Água na Rua Casal do Rosso, em Nova Oeiras - Adjudicação, por ajuste directo, à empresa António Filipe Teodósio e Companhia, Limitada, pelo valor de dez mil oitocentos e oitenta e dois euros e cinquenta cêntimos, acrescido de IVA, sem necessidade de celebração de contrato escrito. -----

----- - Anulação de factura no valor de oito mil e setenta e um euros e noventa e seis cêntimos, emitida em nome de AGII - Gestão e Investimento Imobiliário, Sociedade Anónima. --

----- - Anulação de factura no valor de cinco mil e oito euros e setenta e um cêntimos, emitida em nome de Duasintra - Construções Cívicas, Limitada-----

----- - Empreitada de substituição de tampas de três caixas na Conduta Elevatória do Reservatório de Leceia - Adjudicação, por ajuste directo, à empresa Manuel Simão e Filhos, Limitada, no valor de sete mil quatrocentos e noventa e oito euros e noventa e seis cêntimos, acrescido de IVA, sem necessidade de celebração de contrato escrito. -----

----- Propostas de deliberação:-----

----- - Sistema de informação geográfica dos sistemas de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais de Oeiras e Amadora. Implementação da medida de acção /

carregamento digital da informação adicional no SIG / Ramais (Concelho da Amadora) - Foi aprovada por unanimidade a adjudicação, por ajuste directo, à empresa Aquasis - Consultores de Engenharia Municipal e de Ambiente, Limitada, pelo valor de quarenta e três mil seiscentos e sessenta euros, acrescido de IVA, sem necessidade de celebração de contrato escrito. -----

----- Empreitada destinada à Substituição de Bombagem Associado ao Reservatório de Linda-a-Velha - Foi aprovada por unanimidade a adjudicação, por ajuste directo, à empresa Tecnilab Portugal, Limitada pelo valor de dezanove mil trezentos e cinquenta e seis euros e noventa e sete cêntimos, acrescido de IVA, sem necessidade de celebração de contrato escrito.---

----- Fornecimento de serviços de coordenação e suporte à manutenção e exploração do edifício sede dos SMAS - Foi aprovada por unanimidade a renovação do contrato com a empresa Tecnilab Portugal, Limitada, adjudicação por ajuste directo pelo valor de duzentos mil trezentos e noventa euros e oitenta e um cêntimos, acrescido de IVA, com celebração de contrato escrito. -

----- Prestação de serviços na área de controlo de qualidade de água de abastecimento - Foi aprovada por unanimidade a adjudicação do concurso limitado à empresa Controlab, pelo valor de seis mil duzentos e dez euros e ao Instituto Superior Técnico pelo valor de sete mil novecentos e trinta e cinco euros, acrescidos de IVA, sem necessidade de celebração de contrato escrito.-----

----- Foi aprovada por unanimidade a Primeira Alteração Orçamental ao Orçamento de dois mil e dois. -----

----- Empreitada destinada à alteração de divisórias no edifício da Brandoa - Foi aprovada por unanimidade a adjudicação, por ajuste directo, à empresa Ensul, Sociedade Anónima, pelo valor de catorze mil novecentos e noventa e três e noventa e nove cêntimos, acrescido de IVA, sem necessidade de celebração de contrato escrito. -----

----- Empreitada de Arranjos Exteriores e Obras Complementares do Reservatório da Zona Alta da Amadora - Foi aprovada por unanimidade a aprovação de trabalhos a mais à



empresa adjudicatária Armando Cunha, Limitada, no valor de dezoito mil e trinta e cinco euros e trinta e três cêntimos, acrescido de IVA, que corresponde a cerca de catorze vírgula quarenta e sete por cento do valor adjudicado, sem necessidade de celebração de contrato escrito.-----

----- - Processo Disciplinar mandado instaurar por despacho da Presidente do Conselho de Administração de dois de Abril de dois mil e um - Foi aprovado por unanimidade a proposta de decisão. --- -----

----- - Processo Disciplinar mandado instaurar ao funcionário Manuel Nunes Inácio da Silva, por falta de assiduidade - Foi aprovado por unanimidade e votação secreta a proposta de decisão. --- -----

----- - Foi aprovada por unanimidade a atribuição de mérito excepcional a funcionária dos SMAS- Dinah Conceição Cruz Matias. -----

----- - Concurso para admissão de Fieis de Armazém em regime de contrato de trabalho a termo certo constituindo reserva de recrutamento pelo prazo de um ano, para desempenho de funções nestes SMAS - Foi homologada a acta número dois e autorizada a contratação dos dois candidatos propostos.” -----

7 - INFORMAÇÕES - SR^a. VEREADORA MARIA MANUELA AUGUSTO: -----

----- A Senhora Vereadora Maria Manuela Augusto iniciou a sua intervenção manifestando um grande regozijo porque esteve a ver o plano semanal de actividades do Gabinete de Comunicação e verificou que estão a ser levadas às escolas actividades como a Mostra de Teatro Escolar e a actuação da Orquestra de Câmara de Cascais e Oeiras, pelo que tem que manifestar o seu grande regozijo por esta situação porque realmente é-lhe muito cara.-----

8 - INFORMAÇÕES- SR. VEREADOR LUÍS PIRES: -----

----- O Senhor Vereador Luís Pires interveio primeiramente para se associar à congratulação que a Senhora Vereadora Maria Manuela Augusto acabou de expressar, na medida em que foi uma sugestão que foi feita pela bancada do PS, portanto, pensa que se está no

caminho certo em conquistar a Juventude para programas para que depois se possa ter público. --

-----Continuando, perguntou à Senhora Presidente se por acaso já foram pensadas as influências relativamente à situação financeira da Câmara que possam ter corte na participação, ou no apoio à taxa de juro a pagar entre os compradores das casas integradas em CDH's tendo em conta os compromissos já assumidos pela Câmara, nomeadamente com vista ao Programa Jovem, se há já uma ideia, enfim, num cenário não muito negro, se isto poderá ter algum efeito negativo, na situação financeira da Câmara. -----

-----Durante esta intervenção entrou na sala o Senhor Vereador Emanuel Martins.-----

9 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR FERREIRA DE MATOS: -----

-----O Senhor Vereador Ferreira de Matos deu início à sua intervenção informando que entre os dias vinte e cinco e vinte e oito de Abril decorreu a Festa do Cavalo no concelho, tendo sido uma festa de cariz predominantemente popular, que juntou nesses quatro dias mais de vinte e cinco mil pessoas com grande animação, grande ordem e com pontos altos para o concelho. A comissão era composta pelo Senhor Ricardo Baptista, Senhor Hugo Serra, Senhor Manuel Ribeiro e teve também o apoio da Junta de Freguesia de Porto Salvo. Como todos os eventos, há pontos fortes e pontos fracos, e como pontos fortes pode salientar destas festividades a muito boa participação dos visitantes quer do concelho, quer de fora, o carácter muito popular, mas também a festa de encerramento que consistiu numa garraiada com casa completamente cheia. A organização, sendo completamente amadora, também lhe parece que esteve a muito bom nível. Dos pontos fracos, julga que, enfim, compete-lhe a si que tem este pelouro, referir que houve uma falta de promoção por parte da CMO e falta de estacionamento para um evento desta natureza que lhe parece de melhorar no próximo ano. Distribuiu ainda, pelo Executivo o relatório da terceira edição da festa do cavalo que a seguir se transcreve: -----

-----“Pelo terceiro ano consecutivo, a Vila de Porto Salvo, acolheu no último fim de semana deste mês de Abril, cerca de uma centena de cavaleiros e amazonas, para além de dezena



e meia de atrelagens, vistosamente ajaezados, para a Festa do Cavalo de Porto Salvo. -----

----- Este ano os milhares de visitantes que durante os quatro dias deste evento, passaram por este recinto, tiveram a oportunidade de assistir aos diversos espectáculos de raiz popular, como sejam as gincanas, as cavalhadas e ainda uma garraiada onde o público teve a oportunidade de demonstrar a sua aficcion. -----

----- Em paralelo a este evento decorreu uma Mostra de Artesanato com artesãos locais, e do Grupo de Artesãos da SIMPS, com trabalhos cuja temática era subordinada ao Cavalo. -----

----- No espaço onde se apresentava o artesanato foi ainda possível associar trabalhos realizados pelos alunos do ensino básico da Escola Número Um de Porto Salvo subordinados à temática do Cavalo e à Festa do Cavalo e ainda sobre o que esta representa para a localidade.-----

----- Este ano foi ainda possível introduzir neste certame as Tasquinhas exploradas por colectividades, nomeadamente pelo Grupo Cultural de Vila Fria e pela Associação Cultural e Recreativa da Ribeira da Lage, tendo esta última instituição recriado uma autêntica taberna tão típica da nossa zona, não faltando figurantes ao vivo e com trajes tradicionais do nosso concelho a par de um cenário com alfaias e utensílios que se tornaram um autêntico museu vivo. -----

----- Não faltando a animação com instrumentos musicais tradicionais, reavivando aos mais velhos e dando a conhecer aos mais novos o espírito de recreio e confraternização que se vivia nesses locais onde se praticava a cultura popular e etnográfica que se vai perdendo no tempo.-----

----- Nesta participação de tasquinhas aderiram também algumas empresas locais que fizeram gala de receber os seus clientes neste certame, oferecendo-lhes hospitalidade e diversão.-

----- Todo o programa foi cumprido escrupulosamente destacando-se os seguintes eventos: ---

----- Espectáculo equestre com as participações da Hípica Mesquita e Centro Hípico da Costa do Estoril aproveitando-se a oportunidade para distinguir o cavaleiro Ricardo Mesquita,

campeão ibérico na modalidade de ensino- dresságe, nascido e residente na freguesia. -----

-----Nesta distinção foi possível contar com a presença do Senhor Vereador do Pelouro do Desporto Doutor Arnaldo Pereira acompanhado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Porto Salvo. -----

-----O Baptismo Equestre foi também um momento de grande alegria para os mais novos, estando presentes neste acto mais de duas centenas de crianças. -----

-----A garraiada do dia vinte e seis de Abril que se realizou pelas vinte e três horas, provocou momentos de enorme divertimento, estando a praça de toiros praticamente lotada.-----

-----O dia de sábado, foi dedicado a um Concurso Combinado de Atrelagem para Iniciados, participando um número de concorrente fora das previsões, levando a que a Associação Portuguesa de Atrelagem falasse no assunto em Assembleia Geral realizada a vinte e nove de Abril (ontem) e decidisse convidar todos os participantes de Porto Salvo para se tornarem sócios da APA, com uma anuidade de quotização oferecida pela Associação. -----

-----Importa referir que este Concurso foi levado a efeito pela primeira vez em Portugal, e marca a partir de agora um marco na atrelagem nacional, manifestando a APA o interesse de levar a efeito noutros certames provas desta natureza. -----

-----Pelas vinte e duas horas foi ainda possível oferecer um espectáculo equestre recriando os Jogos da Corte do Século Dezoito. -----

-----O sábado encerrou com uma Prova de Perícia e Destreza, sendo esta organização confrontada com o interesse por parte dos artesãos correeiros de patrocinarem as provas devido à grande adesão de participantes. -----

-----O dia de domingo começou com o Terceiro Passeio Equestre na Rota do Vinho de Carcavelos, passeio este que foi o mais concorrido de sempre.-----

-----Houve a oportunidade de visitar o núcleo histórico de Paço de Arcos, onde fomos recebidos pelo autarca local e presenteados com um bolo local “Cacete”. -----



----- Em Oeiras fomos recebidos igualmente pelo autarca da freguesia e aproveitou-se a oportunidade para brindar os presentes com os Palitos de Oeiras e com o Vinho de Carcavelos. --

----- No regresso todos os presentes foram convidados a almoçar, sendo-lhes oferecido um momento algo pitoresco pois o almoço autêntica novidade para alguns, consistia num espeto onde rodava um porco inteiro devidamente preparado para o efeito proporcionando um momento de agradável confraternização. -----

----- Pelas quinze horas houve ainda a oportunidade de rever novamente o espectáculo pelo Centro Hípico da Costa do Estoril, que constava duma demonstração de “monte à amazona”. -----

----- A tarde de Domingo foi ocupada com a atribuição do Troféu Doutor José da Cunha (individualidade deste concelho e do meio equestre) estando presentes como elementos do Júri os filhos do homenageado e ainda os autores do livro “O Traje Português de Equitação”, Doutor João Pedro Gorjão Clara e sua esposa, facto que muito honrou este evento.-----

----- Houve ainda oportunidade para homenagear a Dona Rosalina Antunes Rebelo Matias Pinto (mãe do Cavaleiro Emidio Pinto) filha de lavradores locais, pessoa muito querida de Porto Salvo e cuja dedicação a esta Terra foi motivo suficiente para esta homenagem. -----

----- Nestas cerimónias foi possível associar a presença da Excelentíssima Senhora Doutora Teresa Zambujo Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, do Excelentíssimo Senhor Vereador do Pelouro do Turismo José Ferreira de Matos e Excelentíssimo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Porto Salvo. -----

----- O dia terminou com chave de ouro com uma corrida de touros com lotação praticamente esgotada numa praça desmontável e destinada a proporcionar aos mais novos uma tarde de glória, tendo os cavaleiros amadores Luís Brito Pais, Marcos Nabeiro Tenório e Duarte Pinto, que teve a oportunidade de se apresentar pela primeira vez em público. -----

----- Aproveitámos ainda esta oportunidade para homenagear Miguel Félix, forçado do

Grupo de Lisboa, natural e residente em Porto Salvo, entregando os organizadores deste evento uma “Salva” na presença do grupo de Forcados Académicos de Elvas. -----

-----Há ainda a destacar a grande adesão desde início da Comunicação Social com destaques de primeira pagina e páginas inteiras que oportunamente integrará o Dossier de Imprensa e ainda um suplemento que o jornal a Capital dedicou ao evento. -----

-----Esteve também presente fisicamente a Antena Um realizando-se intervenções em directo e em horário nobre a partir de um estúdio que foi montado especialmente para o efeito no secretariado da Festa do Cavalo.-----

-----O referido Secretariado foi também aproveitado para divulgar o Roteiro Turístico do Concelho. - -----

-----Durante todos os dias do evento foi possível contar com a visita de várias individualidades relacionadas com o meio equestre que muito honraram o certame e demonstrar a importância que este vem a assumir a nível nacional.-----

-----De imediato passaremos a transcrever o quadro dos resultados das diversas provas realizadas:- -----

-----Quinta-feira, dia vinte e cinco de Abril pelas vinte e uma horas e trinta minutos-----

-----Cavalhadas -----

-----Primeiro - Marco Happel-----

-----Segundo - Manuel Mourão-----

-----Terceiro - Diogo Antunes -----

-----Sábado, vinte e sete de Abril, pelas dezassete horas -----

-----Gincana Equestre -----

-----Primeiro - Luís Ambrósio -----

-----Segundo - Rita Santos -----

-----Terceiro - Suzana Neves e Bárbara Bicho -----



----- Sábado, vinte e sete de Abril, pelas vinte e três horas -----

----- Provas de Perícia e Destreza -----

----- Primeiro - Vera Mourão -----

----- Segundo - Silvia Bicho -----

----- Terceiro - Andreia Pereira -----

----- Sábado, vinte e sete de Abril -----

----- Concurso Combinado de Atrelagem para Iniciados -----

----- Prova de Ensino -----

----- Póneis -----

----- Primeiro - José Luís Baptista -----

----- Segundo - Afonso Farto -----

----- Um Cavalo -----

----- Primeiro - Carla Dinis -----

----- Segundo - Marina Dinis exequo Manuel Dinis -----

----- Parelhas -----

----- Primeiro - Magalhães Silva -----

----- Segundo - José dos Santos -----

----- Terceiro - João Diniz -----

----- Prova de Maneabilidade -----

----- Póneis -----

----- Primeiro - Afonso Farto -----

----- Segundo - José Luís Baptista -----

----- Um Cavalo -----

----- Primeiro - Carla Dinis -----

----- Segundo - Marina Dinis -----

-----Terceiro - Manuel Dinis-----

-----Parelhas-----

-----Primeiro - Hugo Serra-----

-----Segundo - José dos Santos-----

-----Terceiro - Magalhães Silva-----

-----Prova de Maratona-----

-----Póneis-----

-----Primeiro - Afonso Farto-----

-----Segundo - José Luís Baptista-----

-----Um Cavalo-----

-----Primeiro - Manuel Dinis-----

-----Segundo - Marina Dinis-----

-----Terceiro - Carla Dinis-----

-----Parelhas-----

-----Primeiro - Magalhães Silva-----

-----Segundo - João Diniz-----

-----Terceiro - Ricardo Baptista-----

-----Classificação Geral do Concurso Combinado de Atrelagem-----

-----Póneis-----

-----Primeiro - Afonso Farto-----

-----Segundo - José Luís Batista-----

-----Um Cavalo-----

-----Primeiro - Carla Dinis-----

-----Segundo - Manuel Dinis-----

-----Terceiro - Marina Dinis-----



----- Parelhas -----

----- Primeiro - Magalhães Silva-----

----- Segundo - João Diniz-----

----- Terceiro - Ricardo Baptista-----

----- Domingo, vinte e oito de Abril pelas dezasseis horas -----

----- Troféu Prestígio Doutor José da Cunha -----

----- (atribuído à melhor apresentação do melhor conjunto cavaleiro ou amazona / cavalo)

----- Primeiro - Cláudia Gamito -----

----- Segundo - Marina Dinis-----

----- Terceiro - Ana Joaquim”-----

----- Concluindo, informou que, no dia três de Maio, participou em Lamego, e em representação da Câmara Municipal, numa Assembleia Geral da Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico, que foi uma assembleia de rotina basicamente para eleger os novos órgãos sociais, sendo que o novo presidente é o Presidente da Câmara Municipal de Lamego que é o Professor José António Almeida Santos, o presidente da Assembleia Geral é o Município de Almeida representado pelo seu Presidente e à CMO cabe a vice-presidência da Mesa da Assembleia Geral.-----

10 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR LOPES NENO: -----

----- O Senhor Vereador Lopes Neno, usou da palavra para informar que no dia Vinte e Cinco de Abril, à semelhança do restante Executivo, esteve presente na inauguração da Avenida Senhor Jesus dos Navegantes, e não se referiria, naturalmente a esta situação, mas não pode deixar de o fazer nesta data em virtude de ser uma obra muito desejada pelos munícipes de Paço de Arcos, não pelo investimento que foi avultado, cerca de seiscentos e vinte mil contos, e por todo aquele conjunto de acessibilidades, mas fundamentalmente porque acaba com uma barreira física que havia de vivência entre o lado norte e o lado sul da linha de comboio da freguesia de

Paço de Arcos; como se sabe, a linha de caminho de ferro naturalmente que é uma barreira que corta muito a vivência entre os dois lados, mas julga que com esta obra essa questão irá ser ultrapassada em termos de acessibilidades quer rodoviárias, quer pedonais, pois ficou bastante valorizada. Foi um conjunto de obras que à CMO exigiu um grande esforço e não queria deixar de mencionar o apoio quer financeiro, quer em termos técnicos da DGTT - Direcção Geral dos Transportes Terrestres, para a concretização desta mesma obra. -----

-----Como disse, e nas breves palavras que proferiu na ocasião, está ali um conjunto de obras que não pára por ali, isto que é um encadear de obras no Centro Histórico de Paço de Arcos que começou primeiro na Rua Costa Pinto em termos de acessibilidades, passou agora pelo prolongamento da Avenida Senhor Jesus dos Navegantes e também está em previsão mais duas avenidas serem reperfiladas, nomeadamente a Avenida Bernardo Costa Macedo. Depois também se tem em projecto avançar-se com a reperfilagem de uma avenida que a Câmara recebeu aquando da desclassificação da Estrada Nacional, a antiga Duzentos e Quarenta e Nove-Três que em parte está recuperada em virtude de um primeiro troço de uma urbanização particular - a Quinta da Fonte - depois o eixo viário em frente às actuais instalações da CMO - o Edifício Paço de Arcos - pois e com a construção do eixo viário também foi reperfilado aquele troço, mas na zona industrial até ao centro de Paço de Arcos, e mais propriamente até à rotunda, falta reperfilhar esse troço que está neste momento em fase de projecto, porque, como é sabido pelos Senhores Vereadores, a Câmara Municipal recebeu-o no ano transacto com a abertura da variante à Duzentos e Quarenta e Nove- Três e, portanto, vai-se ter que ali investir em termos de saneamento, em termos de drenagem que não tem, em termos de construção de passeios e iluminação pública, etc.; portanto, está neste momento em fase de projecto e vai ser uma das suas propostas para constar no projecto do Plano de Actividades do próximo ano. -----

-----Continuando informou que no dia trinta de Abril, em companhia de alguns dos Senhores Vereadores, esteve em representação da Senhora Presidente da Câmara, no jantar



comemorativo do centésimo nono aniversário da imprensa regional do concelho, na Quinta do Lagoal, transcrevendo-se a seguir as palavras que proferiu na referida ocasião: -----

----- “Excelentíssimo Senhor Ministro das Cidades, do Ordenamento do Território e do Ambiente, Doutor Isaltino Afonso de Moraes;-----

----- Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado Adjunto do Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, Doutor Ferreira de Almeida, meus particulares amigos e, sobretudo, distintos munícipes deste concelho;-----

----- Senhores Vereadores -----

----- Senhoras e senhores jornalistas e demais digníssimos convidados;-----

----- Minhas Senhoras e meus Senhores.-----

----- Em nome de Sua Excelência a Presidente da Câmara de Oeiras, Doutora Teresa Zambujo, cabe-me dar as boas-vindas a todos vós nestas comemorações do “Dia da Imprensa Regional do Concelho de Oeiras”, aos profissionais do mundo da comunicação social, que nos dão o gosto de estar connosco esta noite, e muito particularmente aos representantes das rádios, que têm tido, ao longo dos anos, uma enorme expressão e importância, quer em termos nacionais, quer em termos regionais, principalmente, e no que nos toca mais de perto, aqui no concelho de Oeiras.-----

----- Infelizmente, a Senhora Presidente da Câmara Municipal de Oeiras não poderá hoje partilhar destas comemorações, devido ao facto de ter sido submetida a uma pequeníssima intervenção cirúrgica, sem importância, a não ser a sua ausência física aqui, neste momento.-----

----- Cabe-me, assim, e com muito gosto, participar também na homenagem que a Câmara Municipal de Oeiras presta aos oitenta e oito anos da existência da rádio em Portugal, homenagem esta onde podemos rever alguns dos nomes mais importantes do espectro radiofónico nacional, para além do dever e emoção de recordar aqui, com saudade, aquele que, talvez, tenha sido o expoente máximo do jornalismo radiofónico nacional e internacional - o

saudoso Fernando Pessa, recentemente desaparecido. -----

-----E esta homenagem não é estanque, muito pelo contrário. Ela assume-se, também, pelo orgulho que sentimos em se terem associado a este mesmo evento alguns dos seus produtores, e aos premiados do «Prémio Municipal de Imprensa - Gazeta de Oeiras». -----

-----Oeiras tem tido, ao longo dos anos, uma política definida e tradição acumulada, relativamente à instituição de apoios à Imprensa Regional, apoios esses que se têm pautado pelo rigor e exigência, valores que se irão manter no futuro, e que são, como é óbvio, extensivos às rádios locais, muito embora neste sector seja mais difícil a sua implantação, já que estes, por serem projectos de maior risco económico, aconselham a um entrosamento com as comunidades locais, certamente mais fácil de enunciar do que concretizar.-----

-----Ora, é justamente neste contexto, de relações estreitas mas de resultados por vezes parcos, que nos e particularmente agradável sublinhar a total disponibilidade, gosto e entrega, de duas das mais significativas figuras das rádios locais, que logo abarcaram o desafio que lhes foi proposto, e que deu origem a este magnífico testemunho que pudemos observar, sobre a história da rádio em Portugal.-----

-----É com esta agradável (que não surpreendente) confirmação e espírito de entrega, que termino a minha intervenção, na certeza de que os valores que levaram, em tempos longínquos, à criação da «Gazeta de Oeiras», o primeiro periódico local, se mantêm incólumes e renovados os pressupostos, de que o desenvolvimento dos municípios é indissociável duma imprensa local ou regional forte, sendo que neste domínio, a Câmara exerce as suas funções, e à sociedade ou comunidade local, exige-se um empenhamento activo para que os meios de comunicação social deste tipo, possam singrar e, de certa forma, ser o espelho da sua consciência crítica.-----

-----Os meus parabéns renovados à organização e um sublinhado muito especial para que todos, no âmbito das suas atribuições, continuem a contribuir para que «Oeiras Marque o Ritmo».”-----



----- Continuando, informou que no dia dois de Maio esteve também presente, acompanhando a Senhora Presidente da Câmara Municipal, não na inauguração formal, porque não o foi, mas sim numa visita de trabalho a uma via que, de alguma forma, tem a ver com o concelho de Oeiras, aliás até porque o Executivo tomou posições públicas, aprovando uma Moção, que foi a variante à Duzentos e Quarenta e Nove - Quatro, que liga a Marginal ao nó de Carcavelos da auto-estrada do Estoril; é uma via que é limítrofe ao concelho de Oeiras, pois desenvolve-se toda dentro do Concelho de Cascais, freguesia de Carcavelos, e que tem o atravessamento no sentido Norte-Sul nessa mesma freguesia, mas pela proximidade do concelho de Oeiras e pela articulação que tem com a rede viária municipal de Oeiras, tem alguns impactos. Felizmente, que a CMO “abriu os olhos” a todos os outros, e quem os devia ter bem abertos era Cascais, mas se não fosse a CMO a promover esta situação, hoje, ter-se-ia ali um caso complicadíssimo; acrescentou que o protocolo aprovado pelo Executivo foi assinado nesse mesmo dia, foi ratificado pelo Senhor Secretário de Estado e assinado pelos Presidentes de Câmara de Oeiras e Cascais e pelo Presidente do Instituto de Estradas de Portugal. Portanto, andou-se bem nesta situação, em que no fundo também aquela acessibilidade vai melhorar a zona ocidental do concelho em termos de escoamento.-----

----- Para finalizar referiu-se à cerimónia, muito singela, a que o Executivo acabou de assistir que foi a assinatura do Protocolo de Delegação de Competências com as Juntas de Freguesia, dizendo que não pode deixar de dar os parabéns à Câmara Municipal e às Juntas de Freguesia, por este acordo de colaboração, porque na realidade e na experiência que tiveram no mandato anterior, em boa hora a Câmara Municipal continuou com estas situações que, numa primeira fase e é esse o seu principal objectivo, melhor vai servir os munícipes deste concelho, porque alguns dos problemas, ou dos pequeninos problemas que muitas vezes, por serem tão pequeninos e serem tantos, custam tanto ou mais a resolver que um grande e vai passando para segunda prioridade. Assim, e na sua opinião, a assinatura destes protocolos traduz-se numa

melhoria de qualidade de vida para os cidadãos do concelho. -----

11 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR JOSÉ EDUARDO COSTA:-----

-----O Senhor Vereador José Eduardo Costa, no uso da palavra, informou que no dia Vinte e Cinco de Abril, esteve, tal como o restante Executivo, presente nas comemorações, e deve dizer que ficou bastante triste por ter visto, e os munícipes que lá estiveram também viram, terem visto que as bancadas dos colegas da Assembleia Municipal estavam vazias. Acha que se deve ter coragem de dizer as coisas, quando é preciso dizer, e acha que um cidadão deste concelho que votou uma lista para a Câmara, para a Assembleia Municipal e para as Juntas de Freguesia e que tenha estado presente naquele auditório deve ter-se questionado aonde é que estavam os senhores deputados municipais. Assim, crê que isto deve ser repensado porque se se continuar a fazer cerimónias do Vinte e Cinco de Abril para estarem as bancadas vazias, será melhor deixar-se de as fazer porque não enobrece quem foi eleito e não enobrece a classe política, e isto tem que ser dito, embora alguns possam levar a mal, mas as coisas, nestes casos, são para se dizer.-----

-----Neste mesmo dia, na parte da tarde, esteve com a Senhora Presidente, o Senhor Vereador Arnaldo Pereira e o Senhor Vereador Ferreira de Matos, na Festa do Cavalo, em Porto Salvo, que considerou bastante interessante. Acrescentou que, por acaso, acha que há festas que só se podem realizar em algumas freguesias deste concelho, e porque cada freguesia tem particularidades muito próprias e acha que esta é uma festa típica de Porto Salvo e só ali há o espírito próprio para se realizar uma actividade daquelas.-----

-----Prosseguindo, informou que, no passado dia vinte e oito, esteve presente com a Senhora Presidente no nonagésimo aniversário dos Bombeiros do Dafundo. -----

-----No dia três de Maio, esteve, também com a Senhora Presidente da Câmara, na Terceira Mostra de Teatro Amador Escolar, dado ter agora responsabilidades na área da educação, tendo sido a Escola Secundária Aquilino Ribeiro que fez uma peça de teatro; pensa



que esta peça é um bom exemplo do que se pode fazer, pois todos já têm falado dos problemas ali existentes, e por razões familiares conhece bem a realidade daquela escola, e de facto são iniciativas destas que podem fazer aquilo que se pretende, ou seja, a coesão e a integração social. Acrescentou que quem assistiu àquele espectáculo viu que a sala, quer na assistência, quer no palco era uma composição multirracial, sendo de salientar o convívio que houve entre os estudantes da escola e quem estava no público, a ordem com que tudo correu, a animação e a festa que ali se viveu e é importante que através do teatro e de outras actividades se faça a plena integração social que naquela escola é fundamental pelas razões que todos conhecem. -----

----- Em seguida e dado ter agora responsabilidades na área do Serviço de Polícia Municipal, deu conhecimento que, no passado dia um de Maio, entrou ao serviço o Senhor Sub-Comissário Moreira Pinto, que vai trabalhar com o Senhor Subintendente Silva Conde. O Senhor Sub-Comissário Moreira Pinto era o responsável pela Esquadra da CP de Oeiras, tendo a CMO pedido ao Ministério da Administração Interna o seu destacamento, que foi autorizado e ainda bem. Trata-se de um homem que lhe dá a ideia que vai fazer um belíssimo trabalho, muito operacional e que vai ser o responsável no terreno pelas acções e pela inserção da Polícia Municipal. -----

----- A este propósito, deu conhecimento de uma reunião que teve com a Senhora Presidente, com os Fiscais e com a Polícia Municipal, na sequência da qual, dentro de poucos dias, e depois informará quando, vai-se conseguir que a Polícia Municipal comece a funcionar sete dias por semana, vinte e quatro horas por dia, porque como neste momento há dezanove efectivos, já vai permitir, através de turnos, que a Polícia Municipal actue sete dias por semana, vinte e quatro horas por dia, porque só assim se justifica a sua existência. -----

----- Na passada segunda-feira, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da AMTRES - Associação de Municípios para o Tratamento de Resíduos Sólidos, juntamente com o Senhor Vereador Carlos Reis da Câmara de Cascais, o Vice-Presidente da Câmara de

Mafra - Senhor Vereador Gil Ricardo, o Senhor Vereador Herculano Pombo da Câmara Municipal de Sintra e o Administrador Delegado o Doutor Abílio Espadinha, tiveram uma audiência com o Senhor Ministro das Cidades, Ambiente e Ordenamento do Território e com o Secretário de Estado do Ambiente para discutir nomeadamente a situação da AMTRES e as suas perspectivas de futuro. Resumindo a reunião, esclareceu que se deu conhecimento ao Senhor Ministro e ao Senhor Secretário de Estado que já tinha sido feita a adjudicação formal da selagem das três lixeiras dos concelhos, incluindo a de Vila Fria e que houve um reitern de compromisso do Senhor Ministro e do Senhor Secretário de Estado, do financiamento, no âmbito do Programa Operacional Regional, Eixo - Três, dessa selagem. Relativamente à candidatura já apresentada em Março do ano passado ao Fundo de Coesão discutiram-se os investimentos futuros e qual era a perspectiva de futuro da AMTRES e de todas as componentes associadas, tendo o Senhor Ministro chamado à reunião a responsável pela gestão do Fundo de Coesão e houve a disponibilidade do Ministério do Ambiente para a AMTRES entregar, ainda durante o mês de Maio, uma reformulação da candidatura apresentada o ano passado ao Fundo de Coesão, visto que haverá hipóteses de financiamento e do reforço ainda, do financiamento pedido então, porque neste momento ainda há verbas disponíveis para este ano e para os anos seguintes no âmbito do Fundo de Coesão. De maneira que a AMTRES vai fazer um forcing, e já começaram ontem à noite e vão continuar pelas noites seguintes, com vista à apresentação da sua candidatura ao Fundo de Coesão para ver se conseguem efectivamente concretizar os investimentos que são precisos, nomeadamente, o novo aterro, uma central de valorização energética e uma central de compostagem aneróbica e outros investimentos porque, inclusivamente na candidatura, estão previstas campanhas de sensibilização e, além disso, também se tem o financiamento por parte do Fundo de Coesão para os Ecocentros e nomeadamente para a instalação de moloks e ilhas ecológicas nos vários concelhos. -----

-----Pensa que felizmente houve uma mudança de opinião por parte do Ministério do



Ambiente porque havia uma estratégia por parte do antigo Ministro José Sócrates, que não foi escondida, nomeadamente de “secagem” da AMTRES para fazer a sua fusão na Valor Sul. O actual Ministério, e bem, porque também não o admitiriam com este Governo se o quisesse fazer, e justiça seja feita ao então Presidente Judas e à Presidente Edite Estrela que se opuseram a essa tentativa do Ministério do Ambiente de fusão da AMTRES na Valor Sul e o Ministério actual percebe a ideia de não quererem essa fusão e está agora disposto a apoiar os investimentos. Ora, uma das coisas que quiseram demonstrar ao Ministério do Ambiente foi, nomeadamente que a Valor Sul tinha tido apoios de largos milhões de contos para os seus investimentos em São João da Talha e que a AMTRES já representa quase oitocentos mil habitantes, que merecem que o Governo, seja ele qual for, faça também um esforço para com estes cidadãos; de maneira que as negociações com o Ministério estão bem encaminhadas e espera que se concretizem rapidamente.

12 - INFORMAÇÕES - SR^a. VEREADORA ANA ISABEL BEÇA: -----

----- A Senhora Vereadora Ana Isabel Beça iniciou a sua intervenção informando que foi promovida uma reunião, no dia trinta de Abril, com a Biblioteca Operária Oeirense, no sentido de articularem melhor todas as acções previstas em protocolo, ou seja, foi mais no sentido de dinamizar o protocolo já previamente assinado.-----

----- Continuando, deu conhecimento que, no dia sete de Maio, esteve presente em representação da CMO numa reunião da Associação Nacional de Municípios Portugueses com Museu, onde se promoveu à eleição da Mesa da Secção tendo ficado com a presidência, a Câmara Municipal da Caldas; a vice-presidência, a Câmara Municipal de Portimão; o primeiro secretário a Câmara Municipal de São João da Madeira e segundo secretário a Câmara Municipal de Coruche; ficou também delineado que se fariam os primeiros encontros relativamente aos municípios com museu em Sintra.-----

----- Prosseguindo, informou que, hoje, decorreu em Cascais uma reunião com a Orquestra de Câmara de Cascais e Oeiras e também com um Vereador da Câmara de Sintra no

sentido de se prever o alargamento do protocolo de cooperação desta orquestra com vista a poder actuar nos três concelhos.-----

-----De seguida, informou que hoje, à noite, irá ter lugar a inauguração do Primeiro Salão Internacional de Artistas Contemporâneos, no Hangar K Sete, na qual gostaria de contar com a presença de todos, se possível; são cinquenta e um artistas representantes de vários quadrantes do mundo, há desde pintura a escultura, e a exposição vai estar patente ao público até nove de Junho.-----

-----Por fim, deu conhecimento de uma informação sobre a “Prevenção em Meio Escolar/ Ano lectivo dois mil e um/dois mil e dois, que a seguir se transcreve: -----

-----“Através da Divisão de Assuntos Sociais (Plano Municipal de Prevenção das Toxicoddependências e Sector de Saúde) estão a ser desenvolvidos vários projectos ou acções nas escolas, com o objectivo de reduzir a incidência dos factores de risco e promover a educação para a saúde e para a cidadania: -----

-----Designação - Objectivos - Participantes-----

-----“Aventura na Cidade” - Desenvolvimento de competências pessoais e sociais, prevenção dos comportamentos de risco e promoção e educação para a saúde e cidadania, através do jogo e dinâmicas de grupo - dezoito professores/técnicos / cento e oitenta e cinco crianças.----

-----“Aldeia” - Desenvolvimento de competências pessoais e sociais, prevenção dos comportamentos de risco e promoção e educação para a saúde e cidadania, através do jogo e dinâmicas de grupo - nove professores/técnicos e cento e quatro crianças. -----

-----Prevenção do consumo excessivo de álcool pelos Jovens(a) - Prevenção do consumo excessivo de álcool, através de acções de sensibilização e formação – catorze turmas do nono ano (dez turmas da Escola Secundária Luís de Freitas Branco e quatro da Escola Secundária de Linda-a-Velha); e quarenta professores da Escola Secundária de Linda-a-Velha. -----

-----Prevenção das toxicoddependências (a) - Prevenção do consumo de drogas, através de



acções de sensibilização e informação - dezasseis turmas (dez do nono ano da Escola Secundária Luís de Freitas Branco e seis do décimo primeiro ano da Escola Secundária Amélia Rey Colaço).

----- Segundo Encontro de Prevenção: “Prevenção e Adolescência” - Sensibilizar, promover a discussão e informar sobre temáticas relacionadas com a adolescência: sexualidade, comportamentos de risco, culturas juvenis, relações jovens/adultos, violência e convivência multicultural. - No âmbito deste encontro articulámos com as escolas secundárias no sentido de cada estrutura de ensino preparar um dos temas que foram apresentados nos dias dezasseis e dezassete de Abril: Escola Secundária Aquilino Ribeiro; Secundária Linda-a-Velha, Secundária Miraflores; Secundária Sebastião e Silva, Secundária Camilo Castelo Branco e Secundária Luís de Freitas Branco. População alvo: adolescentes, pais e técnicos da saúde e educação.-----

----- Gabinete de Atendimento a Jovens - Proporcionar aos adolescentes um atendimento específico, global e integrado em interdisciplinaridade com diferentes estruturas da comunidade. / Proporcionar aos adolescentes/jovens um atendimento diferenciado, gratuito e desburocratizado nas vertentes biológica, psico-afectiva e sócio-familiar / Sensibilizar os adolescentes/jovens para a necessidade de interiorizarem mensagens que os orientem no seu processo de tomada de decisões / Fomentar e dinamizar a Formação/Investigação na área da adolescência - Jovens dos doze aos vinte e um anos.-----

----- “Herói Contra Heroína” - Informar e promover a reflexão sobre o consumo de drogas, através do teatro – duzentos e cinquenta alunos e aproximadamente vinte professores.----

----- Programa Municipal de Educação Sexual - Informar, esclarecer e promover a reflexão sobre o planeamento familiar e sexualidade - dezanove turmas do décimo segundo ano (doze da Secundária Sebastião e Silva e sete da Secundária de Miraflores) / duas turmas do décimo primeiro ano (Secundária Quinta do Marquês) / cinquenta e sete turmas do décimo ano (doze da Secundária Luís de Freitas Branco, quinze da Secundária Sebastião e Silva, dez da Secundária Camilo Castelo Branco, nove da Secundária de Linda-a-Velha, sete da Secundária de

Miraflores e quatro da Secundária Aquilino Ribeiro) / quatro turmas do nono ano (Secundária Camilo Castelo Branco) - quarenta e cinco turmas do oitavo ano (quatro da Secundária Luís de Freitas Branco, quatro da Escola Básica Dois, Três da Vieira da Silva, quatro da Escola Básica Dois, Três da Doutor Joaquim de Barros, quatro Secundária Camilo Castelo Branco, quatro da Escola Básica Dois, Três da Conde de Oeiras, três da Escola Básica Sophia de Mello Breyner, quatro da Secundária Quinta do Marquês, cinco da Escola Básica Dois, Três São Julião da Barra, quatro da Secundária Linda-a-Velha, quatro da Escola Básica Dois, João Gonçalves Zarco, cinco da Secundária Aquilino Ribeiro).-----

------(a) Acções desenvolvidas até Abril de dois mil e dois.”-----

13 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR RUI SOEIRO: -----

-----O Senhor Vereador Rui Soeiro usou da palavra para informar que, no dia vinte e oito de Abril, esteve em representação da Senhora Presidente, no quinquagésimo sexto aniversário dos “Unidos de Leceia”, em que esteve também presente o Senhor Vereador Arnaldo Pereira, onde verificaram que realmente o pavilhão precisa de algumas obras com urgência; no entanto, o Senhor Vereador Arnaldo Pereira deu a informação que estavam já previstas parte dessas obras. Também foi referido que falta um polidesportivo naquela zona, o que lhe parece realmente interessante, e inclusivamente, anda a ver se ali perto há algum terreno que se possa permutar para esse polidesportivo, porque há um pedido de uma habitação social que poderá ser dada em permuta de um terreno. Curiosamente verificou que havia imensos jovens da Quinta da Politeira que têm estado envolvidos em actividades daquela associação o que é meritório e será de apoiar.

-----Em relação ao comentário feito pelo Senhor Vereador Luís Pires, esclareceu que ainda não tem elementos, ainda não tem as coisas estudadas até porque está a pensar em fazer um estudo mais profundo do Observatório, do Programa de Habitação Jovem e depois do PER. Nesta fase a disponibilidade de fogos é ainda muito pequena e não há ideia do impacto, de qualquer forma gostaria de referir alguns factos que já tem verificado: em primeiro lugar,



verificou que grande parte dos créditos que foram enviados para o INH eram, no fim, recusados pelos bancos, porque os bancos devido ao acentuado endividamento que tinham no estrangeiro estavam a cortar imenso o crédito e cortar preferencialmente, e de acordo com as regras de gestão que têm, pessoas de mais fracos recursos, portanto, não sabe se o impacto será tão grande como isso, por essa razão. Por outro lado, dada a sua experiência profissional, também tem consciência que a forma como era utilizado o crédito bonificado se calhar não seria a melhor, até porque a disponibilidade de fogos dentro dos preços compatíveis com o regime bonificado era praticamente nula, sobretudo nesta zona. Também se verifica que a fraca capacidade de endividamento das famílias tem vindo a restringir muito o crédito, e na situação económica que se está a atravessar não acredita que haja grande recurso ao crédito por parte dos munícipes deste concelho. De qualquer forma, a taxa de juro, neste momento, depois das alterações que tem tido, é idêntica à taxa de juro bonificado de há três anos atrás, visto que o que se passou durante este período é que praticamente toda a descida de taxa que havia era acomodada pelo ciclo produtivo, desde os terrenos à construção e reflectia-se muito pouco nos consumidores finais, portanto, tinha muito pouco impacto porque as pessoas acabavam por não conseguir comprar praticamente nada porque a regra para o crédito hoje em dia não é o preço da casa, é quanto é que se pode pagar por mês e como tal o juro bonificado estava cada vez mais fora dos horizontes dos portugueses. -----

----- De qualquer forma vai fazer um estudo mais profundo desta área e depois trará uma informação mais detalhada, se calhar, já só depois de Julho, depois do PER. -----

14 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR ALBERTO MARTINS DA LUZ: -----

----- O Senhor Vereador Alberto Martins da Luz comunicou à Câmara que, no dia dois de Maio, deslocou-se à Figueira da Foz a convite do Vereador com o pelouro da Juventude daquela Câmara, para uma reunião de trabalho juntamente com o Vereador da Câmara Municipal do Porto com o mesmo pelouro, no sentido de assim de serem pensadas e estudadas as melhores

formas de se estabelecer um intercâmbio de iniciativas entre os municípios. -----

-----Prosseguindo, informou que, no dia três de Maio, esteve também presente num jantar de encerramento de uma iniciativa promovida pelo Lugar Comum, no âmbito de uma Rede Internacional de Cultura - a TransEuropeHalles, que reúne, hoje, trinta organizações culturais independentes em dezanove países da Europa, implantados em antigos locais de produção industrial ou comércio, que propõem centros de produção e de criação, de difusão, de formação e de convívio (locais de ensaios, estúdios de som, estúdios de vídeo, ateliers de artistas, acompanhamento de projectos artísticos, formação de novos agentes culturais, etc.). Este jantar assinalou um importante Encontro Internacional no concelho e teve lugar no restaurante AlbaPólvora, na Fábrica da Pólvora, onde também estão as instalações da Organização “Lugar Comum”.-- -----

-----Continuando, deu conhecimento que no dia vinte e nove de Abril se realizou o plenário da Comissão Municipal de Juventude, onde estiveram presentes cerca de dezoito organismos juvenis e onde realmente foram traçados critérios rigorosos no sentido de se incentivar as associações juvenis do Concelho de Oeiras a trabalhar de uma maneira mais próxima com a Câmara Municipal. -----

-----Em seguida fez distribuir pelo Executivo o calendário relativo à Semana da Juventude, que está a decorrer, tendo tido início no dia quatro e terminará no dia doze. Fez distribuir, também, um convite para a festa de encerramento que irá decorrer no dia onze de Maio e será com muito gosto e prazer que receberá os seus ilustres colegas.-----

-----Por fim e a propósito das questões suscitadas quanto à proposta de deliberação número seiscentos e cinquenta e dois de dois mil e dois aprovada na reunião de dezassete de Abril, fez distribuir pelo executivo a informação número setenta e oito de dois mil e dois do Gabinete de apoio à Juventude que é do seguinte teor: -----

-----“Assunto: Segundo Curso de Fotografia – aditamento à informação número quarenta



e um, de dois mil e dois, do Gabinete de apoio à Juventude. -----

----- No seguimento da informação número quarenta e um, de dois mil e dois, do Gabinete de Apoio à Juventude, serve a presente para justificar que o valor a pagar (totalizando três mil trezentos e noventa e um euros e oitenta e três cêntimos) será feito através de pagamento de serviços à Pró-Histórica Associação que, como tal, está isenta de IVA.”-----

15 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR ARNALDO PEREIRA: -----

----- O Senhor Vereador Arnaldo Pereira deu início à sua intervenção expressando o seu apreço à organização da Festa do Cavalo. Disse pensar que, neste caso, os pontos altos até compensaram os pontos menos altos e, relativamente a esta iniciativa, ela integra-se num propósito louvável de perpetuar um património que existe na freguesia de Porto Salvo ligado a este tipo de actividade, de modo que também tem esta preocupação cultural e realmente é reconfortante verificar que tem uma grande adesão popular. Não sabia que tinham passado vinte e cinco mil pessoas pela Festa do Cavalo e, de facto, isso só significa que realmente ela vai ao encontro das tradições da freguesia de Porto Salvo e evidentemente também ultrapassa em muito esta dimensão; agora a verdade é que em termos de organização, em termos logísticos, o problema do estacionamento, o problema do acesso, etc., constituem obstáculos e, por outro lado, também é verdade que num futuro relativamente muito próximo esta iniciativa, se calhar, vai deixar de ter condições para se realizar naquele espaço, de modo que talvez fosse interessante procurar em Porto Salvo uma alternativa para a realização da Festa do Cavalo, porque era importante que ela se mantivesse. -----

----- Prosseguindo informou que também esteve presente no aniversário da Sociedade de Educação e Recreio “Os Unidos de Leceia”, como foi mencionado pelo seu colega, Senhor Vereador Rui Soeiro, e relativamente ao polidesportivo referiu que a carta desportiva da CMO, prevê que em cada uma das localidades do concelho se construa um polidesportivo descoberto, e de preferência numa zona verde equipada, porque muitas vezes a construção de polidesportivos

junto de zonas residenciais não é aconselhável já que de algum modo prejudica ou pode entrar em colisão com essa função residencial porque infelizmente existe alguma indisciplina na utilização desses equipamentos, e realmente reconhece que também em Leceia faz falta um equipamento com estas características. Disse ainda registar as palavras do Senhor Vereador Rui Soeiro, embora lhe pareça que eventualmente pode haver alguns problemas com a localização desse equipamento até em termos de área, mas de facto era importante e essas diligências estão a ser feitas, mas há uma dificuldade objectiva em encontrar um terreno que tem que ultrapassar os mil metros quadrados porque só para a instalação do polidesportivo são cerca de oitocentos metros quadrados, e depois há toda a envolvente para a criação deste equipamento e diz isto porque relativamente a esta colectividade que desenvolve uma actividade simultaneamente desportiva, recreativa e cultural, a actividade desportiva é fortemente limitada pela inexistência deste tipo de equipamento, pois têm apenas um salão onde, apesar de tudo, desenvolvem a ginástica e algumas actividades físicas e desportivas de salão, mas de facto em relação à prática desportiva estão altamente limitados por esta circunstância, embora esta colectividade tenha aderido ao programa camarário de promoção do voleibol, dado que se encontra em curso neste momento o giravolei, que é um programa de promoção do voleibol, que teve uma adesão muito significativa de muitas colectividades do concelho e cujo objectivo é iniciar a juventude no voleibol. --- -----

-----Continuando, informou que, no passado dia três de Maio e como é do conhecimento do Executivo, realizou-se a Festa do Desporto com Espírito Desportivo no Estádio Nacional, no Complexo Desportivo do Jamor, festa esta que contou com a participação de seiscentos e oitenta alunos de quinze escolas básicas e secundárias do concelho, o que foi uma participação muito significativa; o critério de participação foi uma selecção de dois alunos por turma por parte do conselho de turma e ainda com o parecer dos colegas e a selecção destes alunos não foi feita exclusivamente com base em critérios de bom comportamento nas aulas de educação física, no



desporto escolar, mas, justamente porque este problema do espírito desportivo ultrapassa bastante os limites desportivos, teve em conta o comportamento geral dos alunos na escola. Diz isto porque muitas vezes há um certo cepticismo e algumas dúvidas em relação a este programa e as pessoas até argumentam que os objectivos se chocam um pouco com o tipo de sociedade e de valores que são transmitidos diariamente, a começar pelos órgãos de comunicação social, mas de facto muitas vezes estes programas não tendo resultados palpáveis e visíveis acabam por ter uma influência, na medida em que vão interiorizando determinados valores que acabam por formar também a personalidade dos alunos. Foi importante toda esta participação que contou também com a colaboração de sessenta professores, consistindo esta festa em envolver os alunos num conjunto de jogos e as modalidades que este ano se praticaram foi o tiro com arco, a orientação, o rugby, o dualtlo, o futebol, o golf e o ténis, pelo que gostaria de deixar aqui expresso o apreço e reconhecimento da Câmara às federações destas modalidades que colaboraram nesta iniciativa, bem como ao Complexo Desportivo do Jamor e nomeadamente ao arquitecto Manuel Miranda, que mais uma vez disponibilizou as instalações do Estádio para esta Festa. -----

----- De seguida, sugeriu um voto de congratulação e até um voto de louvor por parte deste Executivo, em relação à União Desportiva e Recreativa de Algés, cuja equipa de juniores alcançou a subida directa à primeira divisão distrital da Associação de Futebol de Lisboa, tendo-se sagrado campeão da série respectiva, indo agora disputar o título de campeão com as equipas do Alverca e do Olivais Sul; não se trata apenas da conquista de um título, mas também de coroar um trabalho muito importante desenvolvido pelo UDRA no que diz respeito à iniciação e formação desportiva de dezenas de jovens na modalidade de futebol de onze, que é um trabalho cujo mérito deve ser reconhecido. Também a Assomada, que é uma equipa de andebol feminino, que antigamente era a equipa que estava na Pedreira dos Húngaros, mas depois se integrou no Grupo Desportivo da Assomada, recentemente e como é do conhecimento dos Senhores Vereadores, também foi apurada para disputar a fase final do Campeonato Nacional de Juniores

Femininos, na Madeira e ficou classificada em segundo lugar. Em primeiro lugar ficou classificada a Madeira até porque por razões várias a Região Autónoma da Madeira tem apostado em investir no desporto, também ao nível da iniciação e da formação mas com recursos financeiros muito consideráveis e muito superiores aos recursos que é possível disponibilizar no continente, e, portanto, o Governo Autónomo da Madeira tem os recursos e os meios financeiros para disponibilizar estes apoios. Basta ver que a Região Autónoma da Madeira para o ano tem novamente duas equipas a competir na primeira liga de futebol e tem uma outra equipa que subiu à segunda liga e que eventualmente até pode subir à primeira liga, porque também a Região Autónoma da Madeira disponibiliza verbas consideráveis ao desporto profissional e neste caso aos clubes profissionais de futebol. -----

-----Por outro lado, a Assomada foi também apurada para disputar no próximo fim-de-semana a fase final do Campeonato Nacional de Juvenis de andebol feminino, isto para dizer que nos escalões de formação de juvenis e juniores, tem-se aqui uma equipa que tem aliado também o trabalho notável na área de iniciação e formação desportiva a resultados muito consoladores e reconfortantes, quer ao nível de juniores, quer ao nível de juvenis. -----

-----Ainda no uso da palavra deu conhecimento de uma carta sobre a utilização da piscina municipal da Outurela, que a seguir se transcreve, que advém de uma iniciativa em que participou onde solicitou que fosse dada uma informação à CMO em relação às vantagens do programa municipal destinado às escolas do primeiro ciclo do ensino básico, da aprendizagem da natação:-----

-----“Conforme combinado, junto envio a Vossa Excelência o relatório da utilização da Piscina Municipal de Outurela pelos alunos desta Escola, elaborado pelo Conselho Pedagógico. Agradecemos à Câmara Municipal de Oeiras e a todos os técnicos que contribuíram, de uma forma ou de outra, para que os nossos alunos pudessem praticar uma modalidade desportiva tão útil no seu desenvolvimento global. Esperando que os alunos desta Escola possam, no próximo



ano lectivo, voltar a desfrutar dessa oportunidade, subscrevo-me com maior estima e consideração.-----

----- Utilização da Piscina Municipal de Outurela - Relatório -----

----- O Conselho Pedagógico da Escola Básica Um Outurela e Portela, analisou na reunião de dezasseis de Abril de dois mil e dois os resultados da utilização da Piscina Municipal de Outurela durante o segundo período do ano escolar dois mil e um/dois mil e dois.-----

----- Constatou que, num universo de cento e noventa alunos, cento e vinte e quatro participaram regularmente nas actividades. Entre os alunos que não participaram, a maior parte não tinha o necessário atestado médico, havendo poucos casos em que a natação era mesmo desaconselhada pelo médico de família. Para poucos o preço de equipamento pode ter sido entrave à frequência das aulas. Nalguns casos as actividades provocaram um aumento de assiduidade dos alunos em risco de abandono escolar. -----

----- Constatou que quase todos os alunos, com participação regular, aprenderam efectivamente a nadar, embora um grande grupo entre eles ainda não tinha largado os instrumentos de apoio ao fim de um período de aulas (onze semanas ou aproximadamente vinte e duas aulas, caso toda a turma participasse nas aulas). -----

----- Constatou que o monitor que dirigiu as aulas na maior parte dos casos e coadjuvou nalguns outros, se mostrou satisfeito pelo trabalho desenvolvido, referindo o grande progresso que tinha notado nos alunos. A apreciação do monitor que ajudou no dia da apresentação final - que o grupo era globalmente fraco - vem reforçar a ideia que o que importa aqui é avaliar o processo, até para perceber que faltou tempo para os alunos adquirirem efectivamente autonomia na disciplina de natação. -----

----- Constatou que não foi boa opção dividir alguns grupos em “turnos”, sendo preferível um verdadeiro trabalho de equipa entre professor(a) titular e monitor. -----

----- Constatou por fim, que alguns professores(as) integraram as actividades na piscina no

resto do trabalho curricular, introduzindo momentos de escrita, de estudo do meio e de matemática (situações problemáticas). -----

-----Propõe aumentar o período de utilização cedido à escola. Um figurino ideal seria a possibilidade de poder usufruir da piscina durante todo o ano lectivo, dividindo treze tempos por treze turmas (incluindo os primeiros e segundos anos) uma vez por semana, o que significa trinta e seis aulas de natação para toda a escola. Caso isto não ser viável, estudar um esquema para aumentar as aulas até um número de vinte e cinco, utilizando por exemplo dois períodos, ou utilizando um período e meio, fazendo começar os alunos do primeiro ano um pouco mais tarde.”

-----Ainda sobre este assunto, disse ter enviado uma cópia desta informação ao seu colega da educação, porque isto, por um lado, demonstra a utilidade deste programa e a necessidade de o reforçar e vem também evidenciar uma coisa que os pedagogos sabem: é que a aprendizagem da natação tem um papel extremamente positivo, quer no que diz respeito ao sucesso escolar e à resolução de casos mais problemáticos, quer em relação à própria disciplina e maneira de estar na sala de aula; portanto, pensa que era de toda a conveniência que em sede do Plano de Actividades do próximo ano e sobretudo em zonas mais problemáticas houvesse um reforço deste programa e pudessem ser acolhidas algumas sugestões nesse sentido.-----

-----Por fim, deu conhecimento que no próximo domingo e como é do conhecimento de todos vai realizar-se a Final da Taça de Portugal, não no Estádio Municipal de Oeiras mas no Complexo Desportivo do Jamor, e pensa que, à semelhança do que tem acontecido nos outros anos, os serviços da Câmara têm cooperado e vão continuar a cooperar quer no antes quer sobretudo no depois, e é importante sublinhar este aspecto porque em todos os grandes eventos desportivos que se realizam no Complexo Desportivo do Jamor tem havido uma cooperação, uma colaboração e um apoio muito importantes por parte da Câmara Municipal e também quer exprimir aqui o seu desejo, que pensa que é o desejo de todos, que a Taça de Portugal seja uma grande festa do desporto português e que ganhe o melhor. -----



16 - INFORMAÇÕES- SR. VEREADOR EMANUEL MARTINS: -----

----- O Senhor Vereador Emanuel Martins iniciou a sua intervenção dizendo que é desnecessário lembrar que esteve um período retido em casa por motivo de doença, e agradeceu a solidariedade e a amizade dos Senhores Vereadores, que de diversas maneiras lhe desejaram as suas melhoras e se preocuparam com a sua saúde. -----

----- Referiu, de seguida, que interrompeu esse estado de repouso a que foi aconselhado para estar presente nas cerimónias do Vinte e Cinco de Abril que são importantes para o país inteiro e acha que são importantes também para o município de Oeiras que tem sabido dar a dimensão que esta data histórica necessariamente tem que ter. -----

----- A propósito do que o Senhor Vereador José Eduardo Costa disse ainda há pouco quando referiu que alguns iam ficar importunados, pensa que, com certeza, não se referia à bancada do PS e a si particularmente certamente que não, porque o exemplo que quis dar, justamente sabendo que estava afastado e que devia estar afastado em casa por estar doente, obrigou-se a vir porque aquilo que foi fazer, maçar com trinta minutos do que foi dizer em nome do PS, fazia-o qualquer um dos seus camaradas e melhor com certeza, mas achou que era importante a sua presença e o que o Senhor Vereador José Eduardo Costa disse é pertinentíssimo, porque, na verdade, também o magoou e acha que os políticos não podem deixar de tomar atitudes só porque alguns não achem particularmente bem e magoou-o não só a falta de um conjunto de deputados o que acha que foi, nesta dimensão, a primeira vez que se verificou, havendo responsabilidades. Claro que poderão pensar que é fácil porque é disparar para cima dos outros partidos, nomeadamente para o partido que tem a maioria na Assembleia Municipal e na Câmara, mas foi sentido, e quem tem um número de deputados significativo não pode estar com menos de meia dúzia no Parlamento e não pode estar porque na Assembleia da República também não estiveram. -----

----- Já agora e porque os políticos não têm que dizer o que só é politicamente correcto,

chamou a atenção para um aspecto que tem sido relevante durante todos estes anos, e já lá vão alguns como autarca em Oeiras, ou seja, viu sempre com agrado e portanto está à vontade porque já fez muitos elogios à grande qualidade dos técnicos e das chefias que esta Câmara tem, mas, curiosamente, também neste Vinte e Cinco de Abril, que porventura este ano teria qualquer coisa diferente, sanearam-se desta participação, sanearam-se desta cerimónia quando eram dos primeiros a chegar noutras realizações, o que lamenta porque certamente tratou-se de um hiato no tempo, ou outra coisa foi com certeza na altura mais pertinente, mas acha que o discurso que o Senhor Vereador José Eduardo Costa fez, fá-lo-á com certeza também noutra sítio, porque é nesse sítio que se calhar esse discurso faz sentido, mas não pode como socialista, como democrata e também como amante deste município e por respeito aos seus colegas de Vereação e nomeadamente à nova Presidente que assumiu com responsabilidades e com dificuldades também este lugar, deixar de dizer o que acabou de dizer e o recado é para quem o tiver que receber. -----

-----Continuando disse que lamenta não ter estado presente na realização do Encontro da Imprensa Regional, porque é sabido o carinho especial que tem por este tipo de meio de comunicação e já chegou a dizer algumas vezes que julga que será no futuro um dos meios mais importantes de comunicação, embora discorde da formatação em que este prémio está atribuído, mas não pode deixar de reconhecer méritos a este tipo de iniciativas que a Câmara tem. Enfim, têm opiniões sobre isto, sobre a forma, não sobre o conteúdo e não sobre a iniciativa no concreto porque acha que é louvável e mais uma vez a Câmara está de parabéns por a ter tomado. -----

-----Falando ainda sobre o Vinte e Cinco de Abril, referiu que teve oportunidade de estar presente na inauguração da nova avenida, integrada no PIPA, embora lamente que a estação de comboios não tenha também aberto de novo na mesma altura, pois isso teria sido o culminar de um grande movimento naquela zona que merecia e que estava prometido há quase uma dezena de anos, mas na vida é menos importante o tempo que demoram as coisas a fazer do que



realmente fazê-las ou não as fazer, e neste caso fez-se, o que acha de louvar. -----

----- Referiu, de seguida, que como português e como munícipe de Oeiras e porque ouviu o Senhor Vice-Presidente falar da estrada que abriu em Carcavelos, e lembra-se dessa que vai trazer melhorias consideráveis para o concelho, como se lembra da CRIL, da Duzentos e Quarenta, do fecho da CRIL que está a acabar, da Duzentos e Quarenta e Nove - Três e lembra-se de um conjunto de realizações em rede viária, nestes últimos seis anos e enfim goste-se mais ou menos de quem esteve de facto no Governo nessa altura, mas considera que o concelho de Oeiras tem que estar de mãos dadas e grato a quem se calhar fez mais metros quadrados de acessibilidades por ano que qualquer outro Governo que tenha passado pela Nação. -----

----- Em relação aos Protocolos de Delegação de Competências a cuja assinatura teve a felicidade de assistir, disse ter alguma incompreensão dada a natureza com que os protocolos antigamente se revestiam, não exactamente os protocolos mas a razão de ser desses protocolos, ou seja, a sua substância. Lembrou que, no passado, os Protocolos de Delegação de Competências eram feitos com cada Junta de Freguesia em função das matérias que, de facto, lhe eram imputadas e passíveis de serem executadas, mas, hoje, pelo que conhece e porventura não conhece tão bem como gostaria, parece-lhe que o Protocolo de Delegação de Competências é uniforme, é portanto feito com todas as Juntas com igual leitura o que, por exemplo e só para citar a razão de ser de alguma da incompreensão, acha que faz pouco sentido, porque uma das competências atribuídas é a manutenção dos cemitérios e, segundo julga e pensa, há freguesias que não têm, nem nunca terão um cemitério, pelo que lhe parece que um Protocolo de Delegação de Competências podia ser diferente e deixar também algum espaço em aberto, para que cada um vá fazendo em função daquilo que julga e considera melhor. Assim, crê que a Câmara podia, na realização destes protocolos, funcionar mais no concreto e não no abstracto. -----

----- Prosseguindo, referiu que o PS tinha a intenção de apresentar, hoje, na Câmara, uma Moção em relação à retirada do bónus ao crédito da habitação, porque lhes parece também uma

medida que não vai ajudar nem os portugueses, nem Portugal. Teve oportunidade, em particular, de falar com o Senhor Vereador com o pelouro da Habitação e gostava de dizer que a seriedade que ele mostrou, naturalmente prenhe também da sua relação com o partido do Governo, do qual está aqui em representação, condiciona com certeza o seu próprio raciocínio em função de dados com outra objectividade ou que, pelo menos, pessoalmente que não os conheça e não tenha esse tipo de relação. No entanto, o que lhe pareceu, sobretudo, foi uma grande preocupação e uma grande honestidade na avaliação desta problemática em relação ao Concelho de Oeiras, que, conforme o Senhor Vereador Luís Pires disse, tem que ser necessariamente atalhada em tempo, porque o município de Oeiras se sentir que isto vai prejudicar aquilo que são os seus compromissos eleitorais, aquilo que são as suas bandeiras políticas, não pode, como não pôde no passado em todas as circunstâncias que o anterior Governo ou o que o antecedeu, deixar de manifestar a sua insatisfação. -----

-----Assim, o PS, por essa razão, porque a manifestação de seriedade que o Senhor Vereador Rui Soeiro manifestou e pelas palavras que já ouviu também em particular da Senhora Presidente em relação a preocupações que têm sido manifestas, nesta e noutras alturas, parece-lhes que é de bom tom e como fazem parte de um Executivo e não de um órgão fiscalizador que mantenham uma prudência distante e esperam que se torne mais claro aquilo que para a bancada do PS é, de facto, uma má medida para Portugal e para os portugueses. -----

-----Dirigindo-se ao Senhor Vereador com o Pelouro da Juventude disse que acha que é bom começar assim, com esta força da juventude, com esta dinâmica e espera que esta Semana da Juventude, cujo programa recebeu, que seja de facto uma Semana da Juventude com a felicidade de ser interpretada e dirigida por uma pessoa que está exactamente dentro dessa escala etária, o que, segundo se recorda, acontece pela primeira vez. É interessante que assim seja e devido àquilo que está a acontecer a nível da Juventude neste concelho, nomeadamente pelas realizações e pelas notas deixadas pelo Senhor Vereador Arnaldo Pereira em matéria do



desporto, que à juventude também se deve estes êxitos, era importante a Câmara de Oeiras, em termos de Plano de Actividades e em termos de Orçamento, no futuro, ter provavelmente uma abertura um bocadinho maior neste domínio, porque em matéria de juventude, se calhar, é o passo seguinte mas ainda há muito por fazer. -----

----- Questionou, de seguida, a Senhora Presidente quanto aos autos de medição, que não tem visto em termos de propostas de deliberação, se deixam de vir às reuniões de Câmara, o que não lhe parece mal, mas gostaria de saber apenas por uma questão de informação, porque sabe que com a Senhora Presidente estas coisas são perfeitamente transparentes; aliás, não está a dizer com isto que o não seriam em outras circunstâncias, apenas está a dizer que sabe que são transparentes, mas porque não os vê e chegou-se a falar nisto aqui na Câmara, ainda com a presença do Senhor Doutor Isaltino Morais, gostaria de saber se deixam ou não de vir às reuniões de Câmara. -----

----- Continuando e as propósito da Festa do Cavalo, em Porto Salvo, em que também não esteve presente, realçou uma atitude que já se teve em relação, não só a esta festa mas à natureza da própria arte equestre, em que ficaram preocupados na altura, quando a Câmara foi muito mais diligente na solução para resolver o problema da afectação de espaço que pertencia ao Picadeiro para a Variante à Duzentos e Quarenta e Nove - Três, e foi muito mais diligente em matéria de encontrar um espaço para a construção, não de equipamentos, mas para a construção em cimento e em betão, do que em encontrar um espaço para que esta arte, que viu ali tanta gente, com certeza com razão e cheia de boa vontade dizer que bonita que foi a Festa do Cavalo. -----

----- Acrescentou que a Câmara foi pouco diligente, até agora, em matéria de encontrar outro espaço, ou aquele espaço adaptado para se fazer um picadeiro que, essa sim, era uma obrigação que a Câmara tinha e que até ao momento ainda não cumpriu. Assim, disse estar certo que depois de todas estas boas referências à Festa do Cavalo se fique mais despertos para esta situação do picadeiro que foi afectado e tem a certeza que a Senhora Presidente não deixará de

encontrar uma solução para que Oeiras, porque de facto começa a ter uma tradição nesta área, fique devidamente equipada para a poder realizar. -----

-----Em seguida associou-se aos votos de louvor quer à UDRA, quer à Assomada porque é, de facto, importante que as instituições e as colectividades do concelho de Oeiras, por elas próprias, e sem os tais grandes subsídios que os profissionais recebem por outras vias noutros sítios, consigam estes actos relevantes em matéria de desporto e outros que têm conseguido e merecem com certeza o voto de louvor desta Câmara. -----

-----Por fim, e em relação à AMTRES disse que há algumas coisas que lhe agradaram naquilo que ouviu, que não tudo, confessa, mas aquilo que não ficou dito foi, aliás, aquilo que mais lhe agradou que foi a consciencialização, pelo menos em matéria de ambiente, que o país afinal não ficou de tanga, ficou de ceroulas e muito obrigado por isso. -----

17 - INFORMAÇÕES - SR^a. PRESIDENTE: -----

-----A Senhora Presidente deu início à sua intervenção dando conhecimento de que relativamente à cerimónia e à sessão solene do Vinte e Cinco de Abril, de facto, já foi feito aqui o reparo relativamente à participação dos Senhores Deputados Municipais e realmente isto não é uma crítica ou uma constatação que fosse feita a uma força política, mas foi de facto transversal e é uma situação que na verdade regista com desagrado, mas tudo o que havia para dizer já foi referido. Lamenta que tenha acontecido e espera que em próximas oportunidades a participação seja completamente diferente para que de facto a classe política saia enobrecida e não com este tipo de situações que em nada a favorece.-----

-----Ainda, relativamente ao dia Vinte e Cinco de Abril, e à possibilidade que houve de inaugurar o prolongamento da Avenida Senhor Jesus dos Navegantes, deve dizer que foi com muita pena que nesse mesmo dia não se conseguiu reabrir a estação. De qualquer forma teve oportunidade de manifestar a vontade de, com presença ou sem presença de membros do Governo, ser uma situação que pudesse ocorrer no mais curto espaço de tempo, e felizmente há



pouco teve ocasião de falar com o Senhor Engenheiro Cardoso dos Reis, da REFER e acertaram a data e hora da inauguração que será no dia doze, domingo, às onze horas, e não irá estar presente, em princípio, nenhum membro do Governo mas também não há nenhum mal nisso. ----

----- Referindo-se à Festa do Cavalo, disse que teve a oportunidade de há três anos ter estado na primeira Festa do Cavalo e ter testemunhado esta manifestação popular e deve dizer que a sua impressão, três anos depois, foi completamente diferente da que teve naquela ocasião porque há três anos teve a percepção que, para além dos momentos mais marcantes, a adesão era muito relativa e, portanto, interrogou-se a si mesma se valia a pena ou não continuar. O ano passado não teve oportunidade de ir à Festa do Cavalo, e foi uma agradável surpresa quando, este ano, que teve ocasião de acompanhar muito de perto todas as manifestações, realmente verificar que não tinha nada a ver com o que se passou há três anos atrás. De facto a adesão foi muito grande e o evento merecia certamente um tratamento muito diferente daquele do que se estava ali a viver, apesar de, mesmo assim, ter considerado que houve um esforço grande por parte de todos e com certeza também da Câmara e da organização no sentido de, no espaço em que estava disponível para a realização desta festa, se realizar aquilo que se realizou. Por outro lado, não pode deixar de se referir ao relatório já apresentado pelo Senhor Vereador Ferreira de Matos, que considera muito importante, o qual foi elaborado pela organização da festa e que dá a ideia da importância deste evento; ainda sobre este relatório disse que teve oportunidade de testemunhar o que nele é mencionado, até porque, depois da sessão do Vinte e Cinco de Abril e do almoço com os homenageados, foi para a Festa do Cavalo, pensando, dada a imagem que tinha de há três anos atrás, que passava por lá e que seria uma mera passagem para cumprimentar as pessoas, mas de facto ficou lá não sabe até que horas, com o Senhor Vereador Arnaldo Pereira e com o Senhor Vereador José Eduardo Costa, tendo sido um convívio extremamente interessante e deve dizer que lhe proporcionou um contacto em todas as vertentes, desde as tasquinhas, à mostra de artesanato, falou com as pessoas todas e foi interessante ver como as pessoas vivem aquilo, o

que, para si, foi um testemunho importante. -----

-----Para além do dia da inauguração, estive lá no sábado e no domingo e tive oportunidade de viver intensamente o encerramento, inclusivamente assistiu à garraída e participou na entrada triunfante, com o Senhor Vereador Ferreira de Matos, em charrete para o que foi apanhada desprevenida mas foi interessante e acha que se deve participar nestas coisas. --

-----Portanto, relativamente à Festa do Cavalo, aquilo que tive oportunidade de testemunhar proporcionou-lhe alguns elementos que julga que também são importantes para se poder decidir qualquer coisa sobre a matéria, até porque acha, neste momento que aquele tipo de iniciativa e de evento merece outro espaço e terá que ser equacionado por forma a que no próximo ano a situação já possa ser substancialmente diferente-----

-----Continuando disse que no dia vinte e oito de Abril teve a oportunidade de participar no nonagésimo aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros do Dafundo, que foi uma cerimónia bem simpática, onde tive uma agradável surpresa, ao ser condecorada, o que não estava à espera, tendo sido uma atenção que resolveram fazer-lhe e que não pode deixar de a referir, porque foi realmente muito simpática toda essa atitude. A este propósito deve acrescentar que, esse reconhecimento não foi pelo trabalho feito mas sim para lhe dar estímulo para aquilo que há-de fazer, pelo menos foi assim que interpretou a condecoração, que lhe foi atribuída, ou seja, não pelo passado mas sim pelo futuro, dando-lhe força para, em conjunto com os Senhores Vereadores, poder fazer algo de importante e que todos reconheçam. -----

-----Em seguida deu conhecimento que no dia vinte e nove de Abril, à noite, estive, num espectáculo bem bonito e de casa cheia que foi a Gala Internacional da Dança. Tratou-se de um espectáculo muito variado, cheio de cor e com um auditório repleto em que realmente valeu a pena estar presente, tendo estado consigo, nesse evento o Senhor Ministro da Educação, como munícipe.-- -----

-----Continuando, informou que, no dia trinta de Abril, conforme o Senhor Vice-



Presidente explicou, não esteve no jantar da Imprensa Regional, porque, infelizmente, a essa mesma hora estava a fazer umas pequenas intervenções cirúrgicas que já estavam marcadas há muito tempo e não podia desmarcá-las, mas crê que todos os presentes perceberam a situação, até porque tem tido oportunidade, sempre que se encontra com a imprensa, de pessoalmente lhes transmitir também o seu apoio mas foi manifestamente impossível estar nos dois lados ao mesmo tempo.-----

----- Prosseguindo, disse que e como já foi referido pelo Senhor Vereador Lopes Neno, no dia dois de Maio participou na sessão de trabalho, porque foi assim que foi chamada pelo Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, o Doutor Vieira de Castro, que ocorreu na zona de Carcavelos, onde se aproveitou a oportunidade para assinar o protocolo referente à rotunda e que oportunamente tinha sido aprovado em reunião de Câmara. -----

----- De seguida, referindo-se à mostra de Teatro Amador Escolar disse que fez a sua abertura proferindo algumas palavras. Normalmente esta Mostra de Teatro Escolar é concentrada em dois dias e meio e desta vez resolveu-se prolongar mais no tempo, indo realizar-se durante todo o mês de Maio, exactamente, para que as pessoas possam assistir com serenidade às várias mostras das várias escolas, dado que estão sempre envolvidas um número significativo de escolas do segundo e terceiro ciclo e de escolas secundárias. Começou com a Escola Aquilino Ribeiro, e é sempre com agrado que a Câmara proporciona que num ambiente mais destinado aos profissionais surjam estes talentos ocultos, e que vale a pena proporcionar-lhes esse espaço porque acha que é uma forma de também os motivar, porque a forma como se empenham em toda a preparação desta Mostra acha que deve ser cada vez mais incentivada. Acrescentou que se os Senhores Vereadores se recordam a Câmara Municipal em dois mil e um proporcionou aos professores que estavam mais ligados aos clubes de teatro ou de alguma forma ligados ao teatro e que trabalham com os alunos nas várias escolas, formação também nessa área o que foi importante e que eles reconheceram bastante, e certamente será qualquer coisa que se irá ter que

retomar no sentido de não se perder uma formação constante quer seja nesta área ou noutras que se relevem igualmente interessantes.-----

-----Quanto à reunião, que foi referida pelo Senhor Vereador José Eduardo Costa, com a Divisão de Fiscalização Municipal e com a Polícia Municipal, esclareceu que essa reunião foi agendada porque há uma coisa que gosta pouco que aconteça, é que, a dada altura, ou porque se ouve um burburinho qualquer ou porque há numa simples reunião qualquer coisa que se faça descair sobre uma estrutura ou unidade orgânica, estas coisas depois são empoladas, cada uma trabalha à sua maneira, o que dá sempre azo a más interpretações e até à criação de alguma angústia e ansiedade. Nestas coisas é sempre assim porque nunca sabem, e ainda por cima com mudanças de pessoas, e portanto nunca se sabe muito bem o que vai acontecer, por muito que já conheçam as pessoas, e, pelo menos no seu caso já a conhecem há quatro anos, mas o que é um facto é que alguns trabalham há quatro anos, mas outros trabalham há três meses e outros trabalham há duas semanas, e portanto, as pessoas não conhecem igualmente as pessoas que agora estão no Executivo. Portanto, sentiram necessidade de reunir as duas unidades orgânicas que têm sido de alguma forma trabalhadas ou cujo tema que é trabalhado em cada uma delas têm sido preocupação da Câmara, em termos sobretudo dos membros do Executivo que são responsáveis mais de perto e mais directamente por elas, e portanto têm sido alvo de alguma discussão e nesse sentido achou por bem fazer essa reunião em separado, quer com a fiscalização municipal, quer com polícia municipal e dar-lhes conta daquilo que se estava a pensar fazer em termos de uma reestruturação futura e que vai ao encontro de uma fusão das duas áreas, porque neste momento há situações, e teve oportunidade de no tempo em que estive como Vice-Presidente e que despachou a parte da fiscalização municipal, de sentir que há uma necessidade de um entrosamento perfeito, de uma articulação perfeita porque senão, às tantas, sem se querer, pode-se disparar em sentidos diferentes dentro da mesma entidade e portanto isto é complicado; mas nestas coisas não há nada como dizer às pessoas o que se está a pensar e o porquê das



situações, que as vertentes têm que ficar mas geridas de uma outra forma e também acalmá-las porque uma fusão, uma reestruturação não quer dizer nada relativamente às pessoas, e deve ser interpretado como um desafio e não como qualquer coisa que as marginalize ou que as emprateire ou qualquer coisa desse estilo, que não é nada o seu género e, portanto, pensa que tudo correu com uma serenidade imensa, sentiu que houve uma receptividade muito grande, que houve um acreditar de facto naquilo que se estava a dizer, o que acha fundamental porque quando não se consegue transmitir essa mensagem aí algo vai mal, e pensa que se conseguiu transmitir o que se pensava, serenar as pessoas e as pessoas sentirem que vão ser úteis e que vão ser envolvidas e vão participar em todo este processo. -----

----- Assim, crê que ficaram afastados alguns “pânicos” que pudessem estar a aparecer e que as pessoas perceberam exactamente qual era a vantagem dessa reestruturação, tanto que, obviamente para além de uma questão ou outra que era mais um detalhe ou um pormenor, houve realmente outro tipo de questões que foram manifestamente elucidativas daquilo que as pessoas apreenderam da reunião, o que lhe pareceu bastante importante; isto é uma coisa que não surgiu agora, é uma coisa que tem vindo a ser pensada e que obviamente só faz sentido quando em termos de Serviço de Polícia Municipal também se vai passar para um horizonte de cento e dez polícias municipais que tem que se atingir dentro de um ano, um ano e pouco, mas não se pode esquecer que agora há dezanove efectivos e que no final do ano vai-se ter trinta e sete, com os dezoito que estão em formação.-----

----- Em termos de polícia municipal houve uma chamada muito grande de atenção para a missão e para determinados aspectos que a polícia municipal deve ter em presença todos os dias e da postura que deve ter, porque acha que é extremamente importante, e aí foi um bater de tecla relativamente a determinados aspectos que eram realmente muito, muito importantes e também lhes dar a noção de que, face ao número de efectivos que existem neste momento, há alguma dificuldade em desenvolver e percorrer todas as alíneas que estão elencadas na legislação sobre

as suas competências mas a verdade é que tem que se chegar a um momento em que elas têm de facto que ser exercidas e tem-se consciência também, e isso foi-lhes transmitido, que para que as exerçam tem que haver um trabalho de formação grande, um trabalho interno de formação e por exemplo, foi-lhes explicado que chamar a atenção de um munícipe que está a passear o cãozinho e que o cãozinho resolve satisfazer as suas necessidades e quando há uma actuação do agente há que explicar porque é que o está a fazer e porque é que estas coisas surgem, pois acha que é importante que a vertente pedagógica seja associada à parte da sanção. -----

-----Por conseguinte, isso foi-lhes transmitido e julga que eles perceberam, além de que é evidente que tudo isto vai envolver um trabalho também de outras unidades orgânicas que vão ter que preparar as pessoas para isso, mas acha que é assim que se fazem as coisas, que se deve construir tudo com calma, com serenidade mas as pessoas têm que interiorizar as situações, e na prática têm que saber a postura que devem ter em público porque, no fundo, são também e muito, a imagem desta edilidade, da CMO, e pensa que é extremamente importante que isso aconteça. De modo que o balanço que faz destas duas reuniões foi francamente positivo; aliás teve oportunidade de trocar impressões quer com o Senhor Vereador José Eduardo Costa que esteve consigo em permanência, quer com as Directoras de Departamento a Doutora Cristina Rosado Correia e a Doutora Paula Saraiva que estiveram presentes nessa reunião, e também crê que a nova aquisição do Sub-Comissário Moreira Pinto que lhe pareceu uma pessoa com uma postura muito adequada para as funções que vai ter que desempenhar, muito operacional e a transmitir alguma tranquilidade nessa matéria, porque acha que também a postura da pessoa acaba por, desde logo, dar a indicação de como é que na prática vai exigir dos outros e pensa que isso é muito importante que seja transmitido porque, apesar de serem poucos, serem só dezanove em termos de agentes da Polícia Municipal, a forma como estes dezanove se comportarem vai ser determinante para os que vêm a seguir, ou seja, são um exemplo sempre, porque são os primeiros e ao fim ao cabo têm uma missão a cumprir, têm que fazer escola também aqui e acha que se



deve primar pela qualidade e, portanto, eles devem contribuir para os que vêm a seguir se pautarem por determinadas regras e tenham um enquadramento já propício ao desenvolvimento da sua actividade e portanto foi exactamente essa preocupação que houve ao fazer estas reuniões.

----- De seguida e relativamente à aprendizagem da natação, que também foi aqui referida, disse considerar que a ideia é que haja um reforçar deste programa; aliás, toda a actividade física para os mais pequenos é uma coisa que se tem procurado através dos programas de educação física nas escolas básicas do primeiro ciclo e nos jardins de infância, pois, como é sabido, começou-se pelo primeiro ciclo e só de há dois anos a esta parte é que a nível dos jardins de infância foi introduzido, e especialmente este ano, é realmente uma coisa que se quer implementar e reforçar e seguramente estará em mente no próximo Plano de Actividades, que este ano teve um corte bem jeitoso, mas com certeza que se arranjará uma forma de o reforçar porque é bem defensora desses programas, que são extremamente importantes para o desenvolvimento integral da criança.-----

----- Relativamente aos protocolos feitos com as Juntas de Freguesia, esclarece que relativamente à Junta de Freguesia de Carnaxide há duas alíneas que não estão contempladas no protocolo e presume que as freguesias que não têm cemitérios não têm intervenções nos mesmos e esse aspecto não estará elencado, presume mas não tem a certeza, pois foi só lido um e agora ficou sem poder responder cabalmente.-----

----- No uso da palavra o **Senhor Vereador Emanuel Martins** disse saber que está tudo elencado, ao que a **Senhora Presidente** respondeu que é natural que esteja, admite que sim e que isso se poderia ter expurgado daquelas alíneas, mas não é um problema, porque o que interessa é que realmente as coisas avancem; contudo, pode haver coisas que evoluam dentro do mandato, não se refere aos cemitérios, mas pode acontecer que outro tipo de alíneas que estão elencadas que, no início do mandato, pode não haver condições para as poder executar e ao longo do mandato pode haver evolução. -----

-----Intervindo, de novo, o **Senhor Vereador Emanuel Martins** disse que a questão de fundo tem a ver inclusivamente não só com as Juntas de Freguesia, mas com toda a freguesia, a sua Assembleia, etc., porque já no passado a delegação de competências era especificamente para cada Freguesia que negociava aquilo que queria efectivamente fazer, quer isto dizer que a responsabilidade da Freguesia naquilo que queria fazer dava à sua Assembleia de Freguesia a prerrogativa que nesta matéria pode constituir exigências. Ora este caso, esta forma lata, toda ela sem configuração nenhuma, quer dizer que não há exigências a pedir porque enfim tem ou não tem, e é a Câmara que diz que podem ter, mas o protocolo pode sempre alargar-se; assim, o problema é do ponto de vista da fiscalização do órgão objectivo que é a Assembleia de Freguesia a quem deixa um campo muito fechado porque qualquer Freguesia pode dizer que isso foi a Câmara que deu. -----

-----No uso da palavra o **Senhor Vereador Arnaldo Pereira** disse que não conhece o texto dos protocolos assinados, enfim o único de que tem conhecimento, porque foi lido, é o da Junta de Freguesia de Algés, mas já teve oportunidade de se manifestar quando, na altura, surgiram algumas dúvidas sobre os protocolos de delegação de competências das Juntas de Freguesia, e o modo como entende estes protocolos é o seguinte: os protocolos estabelecem a possibilidade de delegar nas Juntas de Freguesia competências naquelas áreas que são mencionadas, e depois cada Junta de Freguesia aplica nessas áreas genericamente estabelecidas ou exerce as competências que entende de acordo com as suas disponibilidades, e com a deliberação da Assembleia de Freguesia; portanto, isso não tem que ser necessariamente protocolado, porque depois é justificado. Agora, se há um entendimento genérico que estabelece no conjunto de delegações de competências que são aquelas, a Junta de Freguesia em qualquer momento pode exercer as competências que bem entende e tem que apresentar uma justificação à Câmara Municipal em função das despesas e das verbas que lhe são atribuídas dessas competências, ou seja, o ponto de partida, a partir de agora será através da decisão do Executivo



da Junta e da decisão da Assembleia de Freguesia no quadro genérico dessas competências, concretizar as que entende. -----

----- De seguida usou da palavra o **Senhor Vereador Lopes Neno** para recordar que a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal aprovaram os protocolos, assim como as Juntas de Freguesia os aprovaram em reunião do Executivo. -----

----- De novo no uso da palavra o **Senhor Vereador Arnaldo Pereira** referiu que, nesta oportunidade, também queria dizer que a descentralização ou desconcentração de competências nas Juntas de Freguesia é um bom método, é um bom processo e não evocando ou reivindicando méritos, chama a atenção de que, no mandato iniciado em noventa e três/noventa e quatro, por insistência das forças políticas ditas da oposição representadas nesta Câmara, finalmente esta Câmara resolveu adoptar o procedimento de descentralizar competências nas Juntas de Freguesia, vencendo algum cepticismo, algumas reservas e algumas resistências que estavam instaladas relativamente a essa matéria. -----

----- Intervindo de novo a **Senhora Presidente** reportando-se reivindicações referiu que, seja no que concerne à matéria que aqui foi colocada pelo Senhor Vereador Luís Pires, seja em relação a outra matéria qualquer, uma das coisas que tenciona fazer, e outra coisa não seria de esperar senão era também violentar-se um bocado, é, independentemente das orientações e das decisões que o Governo Central tomar sobre os vários aspectos, a Câmara Municipal de Oeiras e ela própria em concreto, analisarão os reflexos dessas medidas a nível desta Autarquia e reagirão em conformidade com aquilo que for conveniente para a CMO; portanto, tentará sempre uma reivindicação constante naquilo que seja de reivindicar e a sua postura obviamente que não será outra. -----

----- Deve ainda acrescentar, a título de informação, que neste momento estão em preparação quatro dossiers que vão ser remetidos aos vários Ministros que estão envolvidos naqueles temas e, posteriormente, dará conta à Câmara das diligências que, entretanto, começou

a encetar, para que, em sequência da recepção desses dossiers, possa ter reuniões com o membro do Governo que tutele a área precisamente para lhe pôr a questão, não só para dar sequência a compromissos assumidos anteriormente, que a seu ver devem ser honrados, como também outras situações que de novo surgiram. -----

-----Só para dar um exemplo pode dizer que relativamente ao que está pensado no que concerne à forma e ao cuidado que tinha que se ter na intervenção na zona de Nova Oeiras, questão afluída há uns meses atrás pelo Doutor Isaltino Moraes a propósito de inúmeras solicitações avulsas que surgiram nomeadamente quanto à ampliação do Centro Nuno Belmar da Costa houve necessidade de se fazer um estudo relativamente àquela área, tendo tido, hoje, oportunidade de ter alguns elementos para desde logo começar a gizar um tipo de intervenção integrada para aquela zona que lhe vai permitir, com estes dados e agora com uma formatação adequada, poder apresentar aos novos membros do Governo e concerteza ao Senhor Ministro das Cidades, a quem dirá que conhece muito bem este assunto, que a Câmara acha que uma intervenção desta natureza deve ser objecto de um programa integrado, em que a Câmara pode ser pioneira, programa esse que eventualmente pode ser financiado por variadíssimos programas. Isto para dizer que todos os dias podem surgir situações novas que podem ser expostas e mesmo que não se saiba se se consegue ou não alguma solução, pelo menos não se deixará de reivindicar aquilo que se achar que é justo. -----

-----Quanto aos autos de medição não deu qualquer instrução para que os mesmos não venham à Câmara, o que não quer dizer que não esteja aberta, depois de pesados os prós e os contras e se tal for vantajoso que não deixem de vir, embora também considere que ao virem à Câmara é também uma maneira do Executivo ir acompanhando mais de perto a evolução de certas obras.-----

-----Informou, de seguida, que não vai poder estar presente na reunião do dia vinte e dois de Maio, uma vez que antes de ser Presidente, foi indicada pela Associação Nacional de



Municípios Portugueses para representar os Municípios Portugueses no Oitavo Congresso Europeu dos Municípios Geminados em Antuérpia, congresso esse que tem lugar no dia da reunião. --- -----

----- A este propósito deu também conhecimento de ter sido contactada pelo Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses no sentido de a convidar para integrar o Congresso dos Poderes Locais e Regionais do Conselho da Europa, na qualidade de Presidente da CMO, pelo que se irá deslocar a Estrasburgo a fim de participar na nona sessão plenária que se realiza de quatro a seis de Junho. -----

----- De seguida, associou-se aos votos de louvor que foram propostos pelo Senhor Vereador Arnaldo Pereira relativamente à União Desportiva e Recreativa de Algés e à Assomada, assim como crê que todo o Executivo se associa. -----

----- Referiu também que quanto à Final da Taça de Portugal que vai ter lugar no dia doze, no Estádio Nacional, teve alguns contactos no seu gabinete no sentido de arranjar bilhetes para as pessoas poderem assistir, pelo que deve dizer que não há bilhetes e, pessoalmente, tem apenas um convite que lhe foi dirigido para estar, como Presidente da Câmara, presente nesse evento. ---

----- De seguida, usou da palavra o **Senhor Vereador Rui Soeiro** para, em complemento daquilo que referiu há pouco ao Senhor Vereador Arnaldo Pereira quanto aos Unidos de Leceia, informar que houve uma reunião de trabalho com o Arquitecto Pedro Carrilho e já tinha estado a discutir a questão do enquadramento de uma área verde; no entanto há ali problemas de enquadramento paisagístico em termos de declive de terreno e da zona de protecção do Castro de Leceia. Em todo o caso esta é uma situação que está a ser estudada e ponderada pelo Departamento de Projectos Especiais. -----

----- Dirigiu-se, de seguida, ao Senhor Vereador Emanuel Martins para lhe dizer que crê não ter sido bem percebido naquilo que disse e, assim, referiu ser evidente que tem preocupações de impacto nos programas e também referiu ao de leve que já tinha notado uma rejeição

acentuada nalguns programas, nomeadamente no Programa Jovem, em que da parte dos bancos havia pouca disponibilidade para esse tipo de crédito neste momento e igualmente da parte do programa do bonificado não jovem também já havia pouca disponibilidade e quando referiu que havia fraca capacidade de endividamento da família era precisamente isso que queria dizer. -----

-----Por outro lado, aquele Senhor Vereador referiu ainda que se calhar havia também um pouco de condicionamento por causa das suas ligações políticas, pelo que deve dizer que quem o conhece há mais tempo sabe que gosta de pensar pela sua cabeça e o seu papel nesta Câmara é representar os munícipes e não o Governo e espera que isso fique bem claro, mas por uma questão de seriedade intelectual acha que não deve fazer qualquer análise sem ter os assuntos bem estudados. -----

-----Interveio, de seguida, o **Senhor Vereador Emanuel Martins** para esclarecer que aquilo que o Senhor Vereador Rui Soeiro disse foi aquilo que ele próprio, de algum modo, disse e aquando da sua intervenção não se referiu ao caso concreto daquele Senhor Vereador, porque quer se queira quer não, e isso acontece com todos, estão de algum modo muito mais disponíveis para ouvir aqueles que têm um pensamento mais coerente com o seu pensamento do que aqueles que têm um pensamento contrário. Portanto, foi isto que disse e não que o Senhor Vereador era manipulado por quem quer que fosse, porque se a sua opinião não fosse exactamente ao contrário tê-lo-ia dito e teria dado outra manifestação apresentando aqui, como disse, uma moção, mas achou que não fazia sentido dada a disponibilidade e a seriedade com que lhe pareceu que o Senhor Vereador analisa todo este problema. Deve dizer também que não se referiu àquilo que o Senhor Vereador Rui Soeiro disse aqui em reunião de Câmara mas sim às impressões que trocaram em privado quando, como vereadores, manifestaram as suas preocupações.-----

-----Quanto à delegação de competências gostava de esclarecer a questão e gostava que o Senhor Vereador Arnaldo Pereira lhe dispensasse alguma atenção porque há pouco manifestou-se sobre esta matéria e crê que ele não ouviu bem aquilo que disse. Assim, precisou que o que disse



sobre a delegação de competências foi que a Câmara e a Assembleia Municipal aprovaram um protocolo genérico para que a Câmara negocie as delegações de competências com as juntas de freguesia. Mantém-se fiel a isso e não está a dizer que não fez, e com muita justiça, aqui a defesa daquilo que foram de facto os partidos da oposição ou, se se quiser, os partidos à esquerda do P.S.D. que defenderam na Câmara esta solução da delegação de competências. Isso também é verdade e foi, de facto, uma batalha difícil tendo havido ao princípio algumas resistências mas também é verdade que as pessoas foram percebendo que esse era o caminho. -----

----- Ora, no caso concreto, o que está aqui em causa na delegação de competências, aquilo que chamou a atenção foi para o facto de, quando se aprovou o protocolo, tanto na Câmara, como na Assembleia Municipal também ter sido assim, ou seja, em lato sensu, e cada caso é um caso, e depois a Câmara negociou com cada um dos presidentes de Junta de Freguesia a atribuição das delegações de competências que considerava efectivas para cada caso. Já agora deve esclarecer que não lhe passa pela cabeça que esta questão de mudarem as cores políticas das juntas de freguesia possa mudar as orientações e chama até a atenção de que houve Juntas de Freguesia que não aceitavam os termos que a Câmara queria, tendo havido algumas desinteligências que deram origem a situações em que até não houve delegação de competências durante algum tempo; portanto, isto era um instrumento que a Câmara utilizava em função dos seus interesses e, naturalmente, com o conhecimento da Assembleia de Freguesia deste tipo de rejeição e da motivação subjacente. -----

----- Acrescentou que o que está aqui em causa quando o protocolo de delegação de competências mantém o regime do “lato sensus” que a Câmara e a Assembleia Municipal aprovaram, na sua opinião, em relação ao que se está a fazer agora é que deixa uma indefinição, sem reboço e sem repúdio à solução de cada Junta de Freguesia e cada Assembleia de Freguesia definir exactamente aquilo que pretende. Ora, aquilo que acha que é correcto é que, tal como se fazia no passado, cada Junta de Freguesia é que deve definir claramente que é isto ou aquilo que

se propõe aceitar e fazer para os seus fregueses e, portanto, o que importa saber agora e aqui é qual é o compromisso que as Juntas de Freguesia assumem com a Câmara. -----

-----No uso da palavra o **Senhor Vereador Arnaldo Pereira**, reportando-se a esta questão abordada pelo Senhor Vereador Emanuel Martins disse compreender as dúvidas, os escrúpulos e as preocupações daquele Senhor Vereador, mas do seu ponto de vista este protocolo responsabiliza claramente tanto a Câmara como as Juntas de Freguesia, competindo agora a cada Junta de Freguesia apresentar um plano de trabalho detalhado à sua Assembleia de Freguesia, o qual decorre do protocolo, plano esse que poderá, de algum modo, ser aprovado pela Câmara mas é preciso ter em atenção que sendo certo que é desejável uma complementaridade em termos da intervenção que é pretendida em relação às Juntas de Freguesia, convém não ter aqui uma atitude excessiva e total relativamente às Juntas dado que estas podem e devem ter a capacidade de definir as suas prioridades e objectivos. -----

-----Em resumo pode dizer-se que há aqui um protocolo que formaliza a transferência de competências genéricas nestas e naquelas áreas e que em função disso permite a transferência de uma determinada verba, que, enfim, a Senhora Presidente da Câmara, com a gentileza e a simpatia habituais, já concretizou oferecendo um envelope a cada um dos presidentes de Junta de Freguesia aqui presentes, e agora cada Junta de Freguesia ao abrigo daquilo que está protocolado é perfeitamente responsável porque tem que definir concretamente quais são as áreas onde vai trabalhar e depois apresentar as contas. Portanto, é assim que entende as coisas e embora compreenda as preocupações do Senhor Vereador Emanuel Martins, pessoalmente considera que este protocolo responsabiliza inteiramente as partes envolvidas. -----

-----De seguida, referiu que uma vez que lhe foi delegada a competência na área do desporto, tentou junto da Federação e da Associação de Futebol de Lisboa a aquisição de alguns bilhetes por parte da Câmara Municipal para a Final da Taça de Portugal, a fim de, à semelhança dos anos anteriores, poderem ser disponibilizados e oferecidos quer à Vereação, quer a alguns



técnicos da Câmara mais directamente ligados ao desporto, mas, na realidade, quer por parte da Federação, quer por parte da Associação o que foi dito é que os bilhetes já estavam esgotados. ---

----- Por último e dado que a Senhora Presidente não vai estar presente na reunião do próximo dia vinte e dois, recordou a necessidade de ser aprovada a proposta de atribuição de condecorações no dia Sete de Junho e que em reunião de trabalho sejam definidos os critérios e trocadas algumas impressões a esse respeito no sentido de saber se se vai restringir ou ser mais liberais em relação a essa matéria.-----

----- Interveio, seguidamente, o **Senhor Vice-Presidente** que, reportando-se às congratulações apresentadas pelo Senhor Vereador Emanuel Martins quanto à abertura ao tráfego da variante à Estrada Nacional Duzentos e Quarenta e Nove - Quatro e em que referiu que os Governos do P.S. fizeram mais acessibilidades do que qualquer um dos outros, gostaria de lembrar aquele Senhor Vereador que tal não corresponde à verdade, porque nos tempos em que o P.S.D. esteve no Governo foi feita a CRIL até Miraflores/Algés, foi feita a CREL, foi feito o prolongamento da Auto-Estrada do Estoril, foram feitas obras na Marginal com a instalação do separador central, ao que o **Senhor Vereador Emanuel Martins** inquiriu se a colocação do separador central é uma nova via de comunicação, respondendo o **Senhor Vice-Presidente** que não, mas lembrou que tal obra poupou inúmeras vidas na Marginal e foi com um investimento que na altura ultrapassou um milhão de contos que se acabou com os constantes acidentes que ali se verificavam.-----

----- Relativamente ao Picadeiro de Porto Salvo aquele Senhor Vereador também fez algumas afirmações dizendo nomeadamente que a Câmara Municipal foi muito mais diligente a aprovar um loteamento que destruía o Centro Hípico, pelo que lhe deve dizer que o mesmo ainda funciona, estando já a ser construído um novo Picadeiro na Estação Agronómica Nacional o que significa que o Concelho de Oeiras não perdeu nada em relação a essa matéria.-----

----- Quanto aos autos de medição esclareceu que na sequência da auditoria interna

ocorrida há tempos na Câmara Municipal, houve algumas recomendações que estão neste momento a ser postas em prática, nomeadamente, no que diz respeito aos autos de medição de trabalhos normais em que foram dadas instruções aos serviços no sentido de que estes devem especificar que são mesmo e só trabalhos normais e os autos de medição de trabalhos a mais e a menos devem ser independentes daqueles e devidamente justificados. Portanto, talvez seja essa uma das razões pela qual esta situação se tenha atrasado um pouco. -----

-----No que concerne aos protocolos de delegação de competências nas Juntas de Freguesia, deve dizer que concorda inteiramente com o que foi dito pelo Senhor Vereador Arnaldo Pereira no tocante ao entendimento sobre o relatório e também concorda que responsabiliza ambas as partes, ou seja, a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, pois, de outro modo, nem sequer poderia ser. -----

-----Ainda a este propósito recordou que na primeira vez que foram assinados os protocolos não foi feito qualquer adiantamento de verba: na segunda vez foi feito um adiantamento de dois mil e quinhentos contos e, hoje, foi feito um adiantamento de três mil contos. -----

-----Interveio, seguidamente, o **Senhor Vereador Luís Pires** que a propósito do adiantamento das verbas disse considerá-las de inteira justiça porque as Juntas de Freguesia necessitam realmente de dinheiro para poderem fazer as obras e quanto à delegação de competências crê que, acima de tudo, se estão a esquecer de uma coisa que são os munícipes, dado que são o de mais importante que há no Concelho e que devem merecer a preocupação da Câmara; portanto, ao fazer-se a delegação de competências da forma generalizada como o protocolo está feito e que nomeadamente inclui a higiene das ruas e a recolha dos lixos, quando os munícipes quiserem reclamar ou agradecer não sabem a quem o hão de fazer porque não sabem se a responsabilidade cabe à Câmara ou se cabe à Junta de Freguesia e por isso parece-lhe também importante que seja concreta e objectivamente definido com o que é que a Junta de



Freguesia se compromete em substituir a Câmara nos serviços que são prestados aos munícipes, até para que a Assembleia de Freguesia possa também fiscalizar, isto é, é necessário não só que a Câmara analise a qualidade dos serviços que a Junta se propõe realizar em sua substituição, como também é necessário que a Assembleia de Freguesia possa ter um controlo sobre aquilo que o seu Executivo se propôs fazer e afinal fez ou não fez. -----

----- Quanto à CRIL gostava de dizer que ela não foi feita até Algés porque se está a esquecer o interregno que tem desde a Damaia até Pina Manique. -----

----- No que concerne ao Picadeiro, confessa que todos ficam satisfeitos por haver um alternativo que vai ser construído nos terrenos da Estação Agronómica Nacional, mas concerteza que o promotor imobiliário que vai deitar o Picadeiro abaixo ainda mais satisfeito fica, porque vê o seu sonho alimentado e fica com os terrenos libertos para fazer a promoção imobiliária que tinha pensado.-----

----- Relativamente ao fim do crédito bonificado disse não ser sua intenção pôr a questão quanto à medida que o Governo tomou, mas sim que a sua preocupação é o impacto que possa ter nas finanças desta Câmara em relação aos compromissos de aquisição de fogos para serem vendidos com base em crédito com juros bonificados. Gostaria ainda de lembrar o Senhor Vereador Rui Soeiro que apesar dos bancos não fazerem muito crédito bonificado, mesmo assim este tipo de crédito representou quarenta e três vírgula cinco por cento do crédito para habitação.

----- De novo no uso da palavra a **Senhora Presidente** deu conhecimento de uma notícia publicada no folheto “News em Linha” do Oeiras Parque, sobre a Exposição do Ambiente e com o título: “Um espaço verde dentro do Shopping”:-----

----- “Uma oliveira plantada no meio do corredor do Oeiras Parque, com relva natural a crescer por todos os lados, rodeada por flores de várias espécies. Não é algo que se veja todos os dias, mas foi o que os clientes do Shopping da Linha puderam ver na última quinzena de Março. O Oeiras Parque e a Câmara Municipal de Oeiras recriaram um verdadeiro espaço verde, para

sensibilizar as pessoas para a importância da natureza e da reciclagem de resíduos. Os jovens foram o principal público da exposição. Além de placards explicativos, os visitantes mais novos puderam ainda construir brinquedos através da reutilização de embalagens usadas. A exposição do Ambiente foi uma iniciativa da Divisão de Espaços Verdes e dos Serviços Urbanísticos.” -----

-----Por último deu conhecimento do seguinte relatório referente à “Mostra do Livro Municipal”:

-----“Decorreu frente à loja de informação do Oeiras Parque, de doze a vinte e dois de Abril, uma Mostra do Livro Municipal que consistiu na venda e promoção de livros municipais, tendo ainda decorrido sessões de autógrafos com a presença de alguns autores. -----

-----A estrutura da exposição, composta por quatro vitrines com livros expostos e uma mesa baixa e larga com folhetos para as pessoas levarem livremente, foi adjudicada à firma Expografe, bem como a montagem e desmontagem que decorreu respectivamente nos dias doze e vinte e dois de Abril. -----

-----Previamente, foi feita uma selecção de livros que foram colocados nas montras divididos por temas e com vinte e cinco por cento de desconto sobre o preço de capa, dando maior destaque aos livros do dia com cinquenta por cento de desconto. -----

-----Na mesa constaram vários folhetos e livros para oferta de diversos Departamentos da Câmara.-----

-----Nos dias treze, catorze, vinte e vinte e um realizaram-se sessões de autógrafos respectivamente com os autores Jesus Correia, Rogério Gonçalves, Ana Teresa Silva e Lívio Correia, o qual não compareceu. -----

-----Durante os dias, a exposição contou com a presença de dois assistentes, das doze às catorze horas e das dezassete horas e trinta minutos às dezanove horas e trinta minutos, com as funções de, reposição e distribuição de folhetos, esclarecimento e encaminhamento dos munícipes para os funcionários da Loja de Informação. Estes assistentes elaboraram diariamente



um relatório sobre as ocorrências, onde mencionam o grande interesse por parte dos munícipes tanto pela aquisição de livros como pelas publicações gratuitas. -----

----- Mensalmente a Loja de Informação factura uma média mensal de quinhentos euros, tendo no período de doze a vinte e um de Abril facturado mil trezentos e oitenta e dois euros e trinta e quatro cêntimos.” -----

18 - VOTO DE PESAR - DR. VICTOR SÁ MACHADO: -----

----- Sob proposta da Senhora Presidente, a Câmara deliberou por unanimidade exarar em acta um voto de pesar pelo falecimento do Doutor Victor Sá Machado - Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, ocorrido no passado dia vinte e sete de Abril, voto este que deverá ser transmitido quer à família, quer àquela Fundação. -----

19 - PROPOSTA Nº. 398/02 - PROCESSO DISCIPLINAR Nº. 38/02: -----

----- Esta proposta por decisão da Senhora Presidente, que mereceu a concordância da Câmara, foi retirada da agenda. -----

20 - PROPOSTA Nº. 678/02 - PROCESSO DISCIPLINAR Nº. 11/01 INSTRAURADO A JOSÉ CARLOS TEIXEIRA CARNEIRO: -----

----- I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Nos termos da alínea c), do número um, do artigo vigésimo sétimo, e número um, do artigo vigésimo oitavo, do Decreto-Lei quarenta e nove mil quatrocentos e oito, de vinte e quatro de Novembro, proponho que seja aplicada ao trabalhador José Carlos Teixeira Carneiro, a pena de multa, num montante de duzentos euros, a descontar na remuneração certa permanente do arguido, repartida em duas prestações iguais e sucessivas no valor de cem euros cada, ao abrigo das disposições supra citadas e ínsitas no Regime Jurídico do Contrato Individual de Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei quarenta e nove mil quatrocentos e oito, de vinte e quatro de Novembro de mil novecentos e sessenta e nove, em concordância e conformidade com o constante no relatório final do presente processo.” -----

-----II - Submetida a proposta a votação, através de escrutínio secreto em que se verificaram nove votos a favor e duas abstenções foi a mesma aprovada por maioria.-----

21 - PROPOSTA Nº. 684/02 - ABATE AO INVENTÁRIO DE EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA: -----

-----Esta proposta por decisão da Senhora Presidente, que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser votada em próxima reunião. -----

22 - PROPOSTA Nº. 707/02 - FIXAÇÃO DE NÚMERO DE VEREADORES EM REGIME DE TEMPO INTEIRO E MEIO TEMPO: -----

-----I - A Senhora Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Em reunião de dezasseis de Janeiro de dois mil e dois, a Câmara Municipal, através da aprovação da proposta número noventa e três, fixou em oito os vereadores em regime de tempo inteiro, sendo que, em alternativa de acordo com as necessidades poderiam ser designados seis vereadores em regime de tempo inteiro e quatro em regime de meio tempo.-----

-----No entanto, passado mais de três meses sobre a aprovação daquela proposta, considero oportuno e necessário, alterar o aprovado no que respeita ao número de vereadores em regime de meio tempo. -----

-----Assim, proponho que:-----

-----Se mantenha a fixação em oito os vereadores em regime de tempo inteiro; -----

-----De acordo com as necessidades possam, em alternativa a oito vereadores em regime de tempo inteiro, ser designados cinco naquele regime e cinco em regime de meio tempo.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

23 - PROPOSTA Nº. 708/02 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ESCOLA PROFISSIONAL VALE DO RIO - CP 01.05.13.12.: -----

-----I - A Senhora Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“A Escola Profissional Vale do Rio, vai editar postais, concebidos pelos seus alunos,



sobre o concelho de Oeiras.-----

----- A edição será de oitocentos exemplares: trezentos a distribuir durante a “Jornada de Reflexão”, promovida pela escola, duzentos para a Escola Profissional Vale do Rio e trezentos para a Câmara Municipal de Oeiras distribuir como entender. -----

----- Tendo em vista a concretização deste projecto, a referida escola solicitou à Câmara Municipal de Oeiras, um apoio para a edição dos postais. -----

----- Assim sendo, propõe-se ao Executivo Camarário a concessão de um subsídio no valor de quinhentos euros, à escola supracitada.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

24 - PROPOSTA Nº. 709/02 - EDIÇÃO DA REVISTA REAL IDADE - CP 03.03.07.04.: -----

----- I - A Senhora Vereadora Ana Isabel Beça apresentou à Câmara a seguinte proposta:--

----- “Um - Introdução -----

----- A Real Idade é uma Revista de publicação bi-anual, de distribuição gratuita e dirigida à população idosa do Concelho de Oeiras. -----

----- Para a publicação de “Primavera - Verão” podemos destacar a entrevista com o Maestro José Atalaya (capa deste número), bem como, um artigo sobre o envelhecimento em diferentes culturas. -----

----- Dois - Proposta -----

----- Tendo em vista concretizar os procedimentos normais à edição da Revista Real Idade propõe-se: -----

----- Dois.um - A adjudicação da concepção editorial da revista à empresa Companhia do Texto e pagamento do trabalho no valor de oito mil quatrocentos e setenta e nove euros e cinquenta e seis cêntimos, mais dezassete por cento de IVA -----

----- A preferência por esta empresa justifica-se por motivos de aptidão técnica e artística, tendo os números anteriores sido realizados pela mesma empresa e encontrando-se, assim, ao

abrigo do artigo octogésimo sexto, alíneas d) e g), do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de Junho, primeira série. -----

-----Dois.dois - A adjudicação da pré-impressão e impressão à Empresa Estrelas de Papel, no valor de sete mil oitocentos e noventa euros mais cinco por cento de IVA -----

-----Dois.três - Cabimento contabilístico no valor de dezoito mil duzentos e cinco euros e cinquenta e nove cêntimos. -----

-----Dois.quatro - Comunicação às empresas mencionadas. -----

-----Dois.cinco - Pagamento sequente.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

25 - PROPOSTA Nº. 710/02 - PROCESSO DISCIPLINAR Nº. 28/01 INSTAURADO A EVARISTO REGO SOARES PINTO: -----

-----I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

-----“Nos termos do número dois, do artigo sexagésimo sexto, do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local, proponho que seja aplicada ao funcionário Evaristo Rego Soares Pinto, a pena de repreensão escrita, nos termos do artigo décimo primeiro, número um, alínea a), artigo décimo segundo, número um e artigo vigésimo segundo, conforme disposto no artigo vigésimo oitavo, todos do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local, aprovado pelo Decreto-Lei número vinte e quatro, de oitenta e quatro, de dezasseis de Janeiro, em concordância e conformidade com o constante no relatório final do presente processo.” -----

-----II - Submetida a proposta a votação, através de escrutínio secreto em que se verificaram dez votos a favor e uma abstenção, foi a mesma aprovada por maioria. -----

26 - PROPOSTA Nº. 711/02 - CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES AOS JARDINS DE INFÂNCIA E ÀS ESCOLAS DO 1º. CICLO DA REDE PÚBLICA DO CONCELHO DE OEIRAS, DURANTE O PERÍODO



COMPREENDIDO ENTRE 1 DE SETEMBRO DE 2000 E 31 DE DEZEMBRO DE 2002: -----

----- I - A Senhora Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Um - O concurso público internacional para fornecimento de refeições aos jardins de infância e às escolas do Primeiro Ciclo da rede público do Concelho de Oeiras até trinta e um de Dezembro de dois mil e dois, foi objecto de deliberação de adjudicação à empresa “ Gertal- Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, Sociedade Anónima datada de treze de Setembro de dois mil. -----

----- Dois - Tal concurso foi objecto de impugnação contenciosa por parte da empresa classificada em segundo lugar, Nordigal- Indústria de Transformação Alimenta, Sociedade Anónima estando em causa a correcção do estabelecimento, no critério classificativo designado por “ capacidade técnica” dos concorrentes, os subcritérios relativos a “ Recursos humanos”, “Programa e acções de formação” e “ Controlo diário da prestação de serviços”; -----

----- Três - Era entendimento da CMO que o conteúdo dos referidos sub critérios se reportava não à capacidade técnica dos concorrentes mas ao mérito técnico das propostas; -----

----- Quatro - No âmbito do referido recurso contencioso de anulação, o Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa anulou a referida deliberação de treze de Setembro de dois mil que procedeu à adjudicação do referido fornecimento à empresa Gertal, com fundamento em falta de fundamentação da deliberação adjudicatória, sem se ter pronunciado pela correcção ou inadequação dos referidos sub critérios; -----

----- Cinco - Foi pela CMO interposto recurso jurisdicional de tal sentença para o Supremo Tribunal Administrativo, o qual proferiu acórdão revogando a sentença do Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa e deu razão ao defendido pela CMO, isto é, a referida deliberação de treze de Setembro de dois mil não padecia do vício de falta de fundamentação; no entanto, o STA ordenou ao TAC que conhecesse dos demais vícios invocados pela empresa recorrente, nomeadamente no que concerne o facto de se ter considerado como critério de

adjudicação o requisito “ capacidade técnica” e que, no entender da recorrente, deveria figurar como pressuposto de admissão ao concurso e não condição de adjudicação;-----

-----Seis - O Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, no tocante a tal critério, considerou, na esteira do que tinha vindo a ser insistentemente defendido pela CMO, que o critério capacidade técnica se reporta à capacidade técnica das propostas e não dos concorrentes, pelo que não se verificava qualquer vício quanto à consideração de tal critério na fase da adjudicação que pudesse determinar qualquer invalidade da decisão adjudicatória proferida. -----

-----Sete - No entanto, inconformada com tal decisão, a Nordigal interpôs recurso para o STA, o qual veio a considerar, por acórdão de catorze de Março de dois mil e dois, que na apreciação do mérito das propostas apresentada a concurso a Comissão de Análise apreciou e valorou, como integrante do critério “capacidade técnica” o factor “ pessoal médio anual nos últimos três anos”, o que se traduz numa consideração directa na análise do conteúdo das propostas factores relacionados com a capacidade técnica dos concorrentes e não do mérito das propostas dos mesmos; a mesma ordem de considerações foi tecida no que concerne os subcritérios “ programas e acções de formação” do pessoal da empresa e “ controlo diário da prestação de serviços” enquanto factores que igualmente e no entendimento do STA se referem à capacidade técnica da empresa para prestar o serviço que se propõe e não à qualidade técnica da proposta apresentada.-----

-----Oito - Foi, assim, considerado que em concursos desta natureza e de acordo com o disposto no artigo centésimo quinto, do Decreto-Lei cento e noventa e sete, de noventa e nove, deve o júri apreciar, num primeiro momento, a capacidade técnica e financeira dos concorrentes, propondo a exclusão daqueles que, de acordo com os elementos apresentados para o efeito, não lograrem comprovar devidamente aquelas capacidades. -----

-----Nove - Consequentemente, entendeu o STA, depois de o Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa ter tido entendimento diverso, que os factores relacionados com a capacidade



técnica dos concorrentes só poderiam ter sido apreciados na avaliação dessa capacidade para efeitos de eventual exclusão dos concorrentes e não para avaliação do mérito das propostas. -----

----- Dez - Foi, ainda, posta em causa pelo STA a circunstância de o valor da adjudicação se reportar somente ao período compreendido entre um de Setembro de dois mil e trinta e um de Dezembro de dois mil e dois, como consta do contrato celebrado com a Gertal, e não a três períodos de oito vírgula cinco meses em três anos lectivos como constava do Anúncio que serve de base ao presente concurso. -----

----- Onze - Entendeu, assim, o Tribunal que o custo total de cada refeição depende do período correspondente à adjudicação, sendo que caso o período de fornecimento seja mais curto que os três períodos de oito vírgula cinco meses correspondentes a três anos lectivos, como inicialmente previsto, o custo unitário de cada refeição será mais elevado do que o constante do Anúncio que serviu de base ao concurso.-----

----- Doze - Nesta conformidade, entendeu o Tribunal que, ao permitir-se que o período de adjudicação fosse de um de Setembro de dois mil até trinta e um de Dezembro de dois mil e dois e não de três períodos de oito vírgula cinco meses correspondentes a anos lectivos efectivos, se permitiu uma alteração da proposta apresentada que desvirtua as regras deste tipo de procedimentos, relativas aos princípios da imparcialidade, da igualdade e da estabilidade uma vez que o preço apresentado pela Gertal, para efeitos de concurso e para efeitos de celebração de contrato, não é coincidente por não corresponder a fornecimentos a prestar no mesmo período temporal, tendo sido, assim, violado o princípio da estabilidade do contrato e a inalterabilidade das propostas até à formação do contrato. -----

----- Treze - Ora, em face do trânsito em julgado do referido acórdão do STA, o qual se circunscreve aos dois mencionados vícios, e guiando-se a Câmara Municipal de Oeiras na sua actuação quotidiana por estritos critérios de legalidade, nomeadamente tendo em conta o prescrito no número um, do artigo quinto, do Decreto-Lei duzentos e cinquenta e seis-A, de

setenta e sete, de dezassete de Setembro, importa agora tirar as consequências práticas, para o concurso em causa, derivadas de tal acórdão; -----

-----Catorze - Antes do mais, importa ter em devida conta que:-----

-----a) o fornecimento objecto do presente contrato terminaria somente em trinta e um de Dezembro de dois mil e dois; -----

-----b) no âmbito do concurso cuja adjudicação foi agora anulada foi adjudicado o fornecimento de mil setecentas e trinta e nove refeições para escolas com confecção local e de seiscentas e sete refeições para escolas com serviço de refeições transportadas;-----

-----c) a acórdão que anulou a decisão adjudicatória data de catorze de Março de dois mil e dois, foi notificada à CMO em vinte de Março de dois mil e dois, tendo transitado em julgado em trinta de Março de dois mil e dois;-----

-----d) a execução de acórdão anulatório de acto administrativo que ora se impõe à CMO, não obstante tal execução não ter sido, ainda, requerida, consiste na reconstituição da situação actual hipotética que se verificaria se o vício determinante da anulação não tivesse ocorrido; ou seja, importa reconstituir a situação que existiria se a ilegalidade não tivesse sido cometida, o que envolve a prática, pela CMO, dos actos e operações necessárias à reintegração da ordem jurídica violada;-----

-----e) não obstante tal execução do acórdão ainda não ter sido requerida pela interessada (Nordigal) à CMO, esta edilidade deverá dar execução à mesma visto que, tendo o STA entendido ser anulável a adjudicação efectuada, será de toda a conveniência para a CMO expurgar o concurso de tal acto e repor a legalidade que, no entender do Tribunal, foi violada; ---

-----f)) ora, tratando-se o acto anulado - adjudicação- de um acto renovável, isto é, sendo possível a prática de um novo acto de conteúdo idêntico mas expurgado dos vícios assacados pelo STA, será precisamente esta a opção que a CMO deverá, quanto antes, tomar;-----

-----g) nesta conformidade, a execução do acórdão anulatório em causa consistirá na



prática de novo acto de adjudicação, a obter após análise das propostas apresentadas, análise essa que terá de necessariamente ser expurgada dos critérios objecto de crítica por parte do Tribunal; -

----- h) aliás, aqui cumpre chamar a atenção para o facto de o efeito do acórdão ora em análise ser, no que concerne a adjudicação, apenas o de obrigar a nova análise das propostas e nova adjudicação, sendo certo que, quanto a esta, o concorrente que impugnou a primitiva adjudicação - a empresa Nordigal- apenas terá, como os demais concorrentes, uma mera expectativa de adjudicação. Ou, dito de outro modo, o Acórdão do Tribunal não equivale a uma adjudicação ao concorrente que recorreu mas apenas a um retrocesso do concurso até à fase imediatamente prévia à adjudicação, pois foi nessa fase concursal que os vícios referidos se verificaram; -----

----- i) é à Administração e não ao Tribunal a quem compete extrair da decisão anulatória do acto todas as consequências jurídicas daí resultantes visto estarmos perante um mero contencioso de anulação e não de mérito; -----

----- j) assim, à CMO compete praticar os actos jurídicos e operações materiais necessários à reintegração da ordem jurídica violada, o que poderá passar pela supressão dos efeitos jurídicos do acto anulado que sejam susceptíveis de ser supridos; -----

----- k) ora, no caso vertente, verifica-se que no âmbito da adjudicação ora anulada, foram pela empresa Gertal fornecidas refeições diárias durante o período compreendido entre a data da adjudicação - treze de Setembro de dois mil - até à data do trânsito em julgado do acórdão; -----

----- l) tais fornecimentos traduzem-se na prática de actos de execução instantânea, isto é, esgotam-se no momento em que são prestados pelo que não poderão, obviamente, ser devolvidos. Consequentemente, os fornecimentos efectuados antes da prolação do acórdão anulatório não poderão ser cancelados, devolvidos ou inutilizados. Assim e quanto aos mesmos, o acórdão em causa não poderá produzir efeitos práticos; -----

----- m) conclui-se, assim, que os fornecimentos efectuados até trinta de Março de dois

mil e dois pela empresa Gertal estão a coberto da execução do acórdão que se irá efectuar, por impossibilidade prática de, quanto aos mesmos, dar execução ao acórdão em causa. -----

-----n) aliás, entender o contrário e como tal praticar agora a CMO um acto versando sobre actos já realizados, por se trataram de actos de execução instantânea, equivaleria a praticar um acto nulo, por versar sobre objecto impossível, nos termos do número dois, alínea c), do artigo centésimo trigésimo terceiro, do Código do Procedimento Administrativo, -----

-----o) quanto aos fornecimentos que terão de ser realizados até que, após nova adjudicação, o futuro adjudicatário possa iniciar o seu fornecimento até trinta e um de Dezembro de dois mil e dois, há que ter em conta que o concurso em causa não é relativo a um qualquer fornecimento: o mesmo diz respeito ao fornecimento de refeições diárias a crianças carenciadas dos jardins de infância e de escolas do primeiro ciclo da rede de ensino público do Concelho de Oeiras. Não pode, assim, aceitar-se interromper o fornecimento de tais refeições durante o período de tempo necessário a que seja efectuada nova adjudicação, celebrado novo contrato com o novo adjudicatário e que o mesmo obtenha o necessário visto do Tribunal de Contas por tal interrupção ter custos sociais de extrema gravidade e ir reflectir-se precisamente naquelas pessoas que nada tiveram a ver com os vícios detectados no concurso em causa, isto é, nas crianças carenciadas que com o referido concurso se visava alimentar. -----

-----Quinze - Ora, em face do exposto e tendo ainda em consideração que: -----

-----a) Se trata do fornecimento de refeições diárias a uma população estudantil de tenra idade; -----

-----b) A maioria das crianças atingidas são crianças altamente carenciadas, sendo certo que, para algumas, a refeição fornecida na escola é a única refeição diária que lhes é facultada; --

-----c) A grande maioria das escolas abrangidas não dispõe nem de condições humanas, técnicas ou financeiras para colmatar uma eventual falta de fornecimento de tais refeições pela CMO; -----



----- d) Não é possível, em tempo útil e sem interrupção de fornecimentos, recorrer a qualquer procedimento de contratação pública do fornecimento em causa até que a nova adjudicação se verifique;-----

----- e) Acresce que, tendo em conta que está em fase de preparação novo concurso para fornecimentos a partir de Janeiro de dois mil e três, dificilmente se poderia encontrar uma empresa que, por um curto período de tempo, intercalar até à nova adjudicação, se mostrasse disposta a efectuar tal fornecimento, por o mesmo implicar a disponibilização de meios técnicos e humanos incompatíveis com o curto prazo de fornecimento perspectivado; -----

----- f) Por muito célere que seja a apreciação, por parte da CMO, das propostas dos concorrentes e a adjudicação a um deles, há prazos e formalidades legais que não poderão ser ultrapassados até que a nova adjudicação esteja operante;-----

----- g) Nesta conformidade, será legítimo calcular que, numa perspectiva optimista, somente dentro de dois meses poderá a nova adjudicação estar operante e, como tal, ser iniciado o fornecimento por parte do novo adjudicatário;-----

----- h) Pelo que e de modo a evitar a interrupção dos fornecimentos diários efectuados pela Gertal, até pelas consequências socialmente gravosas que tal interrupção acarreta, deverá ser mantido o fornecimento pela referida empresa até que o novo adjudicatário esteja em condições de iniciar o seu fornecimento;-----

----- i) Tal solução é a única que, por imperativos de prossecução do interesse público subjacente ao fornecimento em causa, garante a prossecução dos interesses das crianças alvo de tal fornecimento sendo certo que, tratando-se de interesses inerentes à própria sobrevivência ou qualidade de vida e bem estar das referidas crianças, terá de ser entendido como superior a quaisquer outros interesses ou princípios, aqui invocáveis mas que terão de, necessariamente, ser afastados em face da especialidade da situação em análise. -----

----- Dezasseis - Proponho, assim, que: -----

-----Um - Sejam iniciados os procedimentos atinentes à execução do acórdão do STA de vinte e um de Março de dois mil e dois que anulou a deliberação adjudicatória de treze de Setembro de dois mil proferida no concurso em causa;-----

-----Dois - Seja retomado o referido procedimento concursal na fase imediatamente anterior à adjudicação por ter sido esta fase alvo de vício considerado pelo Tribunal como anulatório da adjudicação efectuada; -----

-----Três - Seja efectuada reunião da Comissão de Apreciação de Propostas do Concurso em causa visando efectuar nova apreciação das propostas apresentadas e subsequente classificação das mesmas; -----

-----Quatro - Seja elaborada nova lista classificativa dos candidatos, de acordo com os parâmetros classificativos aprovados para o concurso em causa pela acta do júri de oito de Maio de dois mil, agora expurgados dos critérios relacionados com habilitações profissionais ou capacidade financeira ou técnica dos concorrentes, em cumprimento, aliás, do disposto no número um, do artigo centésimo quinto, do Decreto-Lei cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de Junho; deverá, assim, ser tido em conta que, de acordo com o estabelecido no artigo trigésimo sexto, do referido diploma legal, para avaliação da capacidade técnica importa que sejam avaliados documentos em que se indique o pessoal efectivo médio anual do concorrente nos últimos três anos (número um, alínea d), de acordo aliás com o estabelecido no ponto seis ponto um ponto um c), do Programa de Concurso; no entanto, e no que concerne o mérito das propostas, tendo em vista a adjudicação, deverá o júri do concurso, ter somente em conta o mérito técnico das propostas, assente nas especificações técnicas dos produtos apresentados e nas soluções técnicas propostas para o concurso em apreço; -----

-----Cinco - Sejam notificados os interessados da deliberação camarária que determinar a adjudicação, dispensando-se a audiência prévia face ao disposto na alínea c), do número um, do artigo centésimo terceiro, do CPA, estando a urgência na adjudicação devidamente fundamentada



na presente proposta de deliberação; -----

----- Seis - Após elaboração de nova lista classificativa dos candidatos, celebrar com este novo contrato, nas condições referidas nos pontos cinco e sete, e até trinta e um de Dezembro de dois mil e dois, obtendo o visto prévio do Tribunal de Contas apenas no que se refere à apreciação da sua legalidade e já não na cabimentação da despesa, dado que esta foi já objecto de visto do referido Tribunal. -----

----- Sete - A adjudicação a efectuar deverá ter como valor unitário de cada refeição o decorrente de um fornecimento para três anos lectivos, de acordo com o Anúncio que serviu de base para este concurso e o referido no ponto dois ponto dois, do Caderno de Encargos e não para dois anos lectivos acrescidos de um trimestre, como se verificou na adjudicação ora anulada; ----

----- Oito - Paralelamente ao cumprimento das formalidades anteriormente referidas e atendendo ao facto de, sem consequências socialmente gravosas, não poder ser interrompido o fornecimento em causa, para além de não ser possível, em tempo útil, contratar outro fornecimento para o período de tempo que medeia entre a presente data e a nova adjudicação, deverão ser mantidos os fornecimentos a prestar pela empresa Gertal até que a nova adjudicação se mostre operante.” -----

----- II - No uso da palavra o **Senhor Vereador Luís Pires** opinou que esta proposta trata de um concurso relativo a uma aquisição de serviços que acompanharam no último mandato, quer quanto aos serviços prestados anteriormente, quer quanto ao concurso que tem sido algo atribulado. No entanto, e como muitas vezes tem elogiado os serviços pelo trabalho de óptima qualidade que prestam ao Município, não pode, nesta ocasião, deixar de fazer alguns reparos relativamente à forma como o caderno de encargos para este concurso público foi elaborado e faz alguns reparos por lhe parecer que não foram defendidos os interesses da Câmara e não foram defendidos os interesses dos consumidores das refeições, visto que falta estabelecer alguns pormenores que, realmente, não constam nem do programa de concurso, nem do caderno de

encargos, apesar de assinado pela Senhora Presidente, então Vereadora responsável por este pelouro que, certamente, tal como lhes aconteceu, também não viu com pormenor o caderno de encargos porque nem sempre têm tempo para ler tudo. -----

-----No que diz respeito às inspecções não foram estabelecidas que tipo de inspecções a Câmara iria fazer às instalações onde as refeições eram confeccionadas e de pois transportadas para as escolas, tendo ficado apenas estabelecido que se iria inspeccionar as cozinhas das escolas, quando era importante fazer, através da Câmara ou de entidades terceiras, esse controle de qualidade no local de manipulação dos alimentos. -----

-----Verifica-se ainda a falta de exigência do alvará das empresas que concorreram, o que, quanto a si, deveria ser obrigatório para a prestação deste tipo de serviços e também não foi estabelecida a sua capacidade técnica. -----

-----Assim, deve dizer que está de acordo com a posição que o Supremo Tribunal Administrativo acabou por tomar em relação ao recurso que foi apresentado, porque no programa de concurso nada era dito relativamente à forma dos concorrentes demonstrarem a sua capacidade técnica, nomeadamente quanto ao processo de fabrico, ao acondicionamento e distribuição das refeições, ou seja, não era necessário que provassem nada. -----

-----Além disso, verificam-se outras situações que não vai enumerar para não tomar muito tempo, mas deixa o alerta para que no próximo concurso haja outra acuidade e outro cuidado nos pressupostos, quer em defesa dos interesses da Câmara, quer em defesa do interesse das crianças que vão ser as destinatárias das refeições. -----

-----Por outro lado, não quer deixar de referir que não sabe até que ponto é benéfico para a Câmara fazer um contrato por três anos, pois parece-lhe mais curial abrir o concurso e fazer o contrato por um ano com a cláusula da possibilidade de prorrogação do contrato anual, caso a satisfação seja plena, negociando com o fornecedor, dado que o Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, prevê essa situação e isso obrigaria a firma vencedora do



concurso a ter uma certa atenção na prestação dos serviços que faz ao longo do ano lectivo, porque corre o risco, caso o grau de satisfação não seja suficiente, de não ver renovado o seu contrato. -- -----

----- Também lhe parece que, futuramente se deverá incluir nas cláusulas de cessão da prestação dos serviços invocados pelo adjudicante - a Câmara neste caso - aspectos que tenham a ver com a falta de qualidade que se venha a verificar nos fornecimentos que sejam feitos porque neste caderno de encargos isso era muito vago e se as refeições não aparecessem em condições era capaz de ser muito difícil a Câmara poder rescindir o contrato, dado que poderiam ser invocadas muitas argumentações. Ora, como tal não estava previsto, talvez fosse muito difícil empreender uma batalha jurídica pois não se sabia se se iria ganhar ou não. -----

----- Concluiu dizendo ter mais comentários a fazer mas, dado o adiantado da hora, fica por aqui. -- -----

----- Reportando-se às questões postas a **Senhora Presidente** referiu que este foi um processo acompanhado pelo Executivo em duas fases, ou seja, numa primeira fase em que as regras eram outras e o funcionamento dos refeitórios escolares era outro, até que a Câmara se orientou para esta forma de gestão dos refeitórios que lhe parece, de facto, a mais apropriada e, dentro do modelo gizado, houve uma primeira fase em que foi lançado um concurso por um ano, concurso esse que teve também alguns acidentes de percurso por razões diversas e depois a Câmara abalançou-se para uma situação que está prevista na lei e que, quanto a si, em nada prejudica a sua posição, ou seja, se o serviço não for bom, pode ser cessado todo este processo porque há razões com as quais objectivamente se poderia avançar e servir de justificativo para anular a prestação do serviço, recorrendo-se então a um outro método. -----

----- Acrescentou que os custos de um concurso público, neste tipo de condições, são de tal forma elevados que lançado por um ano é, quanto a si, manifestamente insuficiente, tal como teve oportunidade de referir não só aquando do lançamento do primeiro que na ocasião já

pretendia que fosse por mais do que um ano, como teve também oportunidade de discutir pessoalmente este assunto com o Tribunal de Contas e com o próprio Ministério da Educação, tendo a opinião sido unânime, ainda que não fosse muito comum, em abranger, de facto, mais do que um ano e de uma forma um pouco mais alargada, o que na altura até levou a que tudo isto fosse gizado de maneira a terminar em trinta e um de Dezembro de dois mil e dois precisamente para permitir que no primeiro ano de mandato, que é geralmente um pouco atribulado, fosse dado algum lapso de tempo que levasse à possibilidade de relação entre o Executivo ser aprofundada, caso esta situação tivesse que ser ponderada.-----

-----Por outro lado, deve dizer que houve uma postura na elaboração deste caderno de encargos e de todo o processo para o lançamento do concurso público internacional que acabou por ser exemplar, mas que depois veio a revelar esta incorrecção, relativamente à qual deve dizer que também reagiu e não de uma forma muito agradada como é óbvio, até porque fez questão de reunir no seu gabinete uma série de serviços a fim de haver logo ali uma orientação muito explícita por forma a que um jurista do Gabinete Jurídico seguisse a par e passo todo o processo com vista a não haver nenhuma falha em todo o procedimento.-----

-----No entanto e infelizmente houve aquela falha que está apontada, mas que já está a ser corrigida, embora seja óbvio que lamenta que tal tenha acontecido quando foi pedido para que todas as situações fossem acauteladas. -----

-----Relativamente ao acompanhamento de todo o processo de fabrico, etc., deve dizer, face à experiência que tem nesta matéria, que é muito mais importante todo o processo de acompanhamento que foi feito e que tem sido feito ao longo destes anos pelos serviços da Câmara, do que qualquer prova documental que se faça na altura e não se refere à exigência legal pois se esta existir é óbvio que tem que se cumprir. Refere-se sim a outras situações adicionais que podiam ter sido exigidas para fazer prova de alguma coisa e, sobretudo, da qualidade do serviço no seu todo. Diz isto porque teve oportunidade de ter três ou quatro pessoas dos serviços,



como ainda hoje se tem, ao longo dos dias úteis a passarem pelas escolas, para verem e testemunharem o estado da refeição, ou seja, constatarem se os produtos estavam em condições, se a refeição era suficiente e estava bem confeccionada, além de que, pessoalmente, fez um pedido a todas as escolas, mas diversas reuniões que teve com as respectivas directoras e com as associações de pais, que lhe comunicassem qualquer anomalia, pois teve oportunidade de lhes transmitir que ninguém melhor do que eles estava posicionado para no dia-a-dia dar a conhecer à Câmara como é que o serviço estava a decorrer, tendo também pedido aos pais e aos avós que acompanham na generalidade das escolas esse processo que lhe fizessem chegar por todas as vias o seu sentir relativamente a esta matéria. -----

----- Deve dizer que numa primeira fase e depois já numa outra forma todos os dias recebia relatórios das escolas que, de uma maneira geral, diziam que o serviço estava a ser impecavelmente prestado e, depois, a par dessas situações, surgiram outras coisas como seja criticar um ou outro aspecto da ementa, mas, como se sabe, houve também nutricionistas para compor as ementas aquando da elaboração de todo o processo, os quais estiveram muito tempo envolvidos na análise e na composição nutricional das ementas e quando lhes chegaram ecos de algumas críticas convocou-os ao seu gabinete para lhes chamar a atenção para o conteúdo dessas críticas a fim das mesmas serem corrigidas. -----

----- Deve ainda acrescentar que todo o processo foi analisado com o próprio Ministério da Educação tendo em conta que nos outros níveis de ensino também têm algo de semelhante e, na altura, o grupo informal que se constituiu foi da opinião que na realidade nunca tinham assistido à preparação e acompanhamento de um processo deste género como a Câmara de Oeiras estava a fazer, porque não é fácil no dia-a-dia verificar-se esta situação e sobretudo ser acompanhada, como foi durante uns meses directamente pelo Vereador que tinha o pelouro. -----

----- Portanto, não só foram feitas visitas, não por si, ao processo de fabrico e, no caso das refeições transportadas, ao local de confecção, como em termos das cozinhas das escolas foram

feitas toda uma série de adaptações que levaram a investimentos significativos e que foram, essas sim, por si acompanhadas e “fiscalizadas”. -----

-----Obviamente que tudo aquilo que está aqui a dizer não justifica aquela situação daquele critério que foi apontado, nem é isso que pretende, porque na verdade lamenta que tal tenha acontecido, mas acha que independentemente de toda prova documental, mais importante que isso foi a prova no local, foi o testemunhar e o sentir as situações e até deve dizer que não acredita que alguém tenha actuado como esta Câmara actuou em oportunidade, desde a composição de ementas, até ao detectar alguma quantidade que não estava adequada ou a alguma situação que não estava programada e que aconteceu e, portanto, havia que perceber e justificar porque é que tinha acontecido e tudo isto foi seguido a par e passo, pelo que deve dizer, no bom sentido, claro, que desafia alguma Câmara Municipal que tenha procedido como a de Oeiras, porquanto, pessoalmente teve oportunidade, em reuniões de Vereadores de Educação, que existiam a nível da Junta Metropolitana, de trocar experiências e de lhes dizer qual era a forma de procedimento na Câmara de Oeiras sobre estas matérias e deve dizer que ninguém acompanhava o processo das refeições como Oeiras o fazia. -----

-----Acrescentou ser também muito importante e motivo de satisfação, o facto de, ao longo de todos estes anos, nunca ter havido, para além de um caso que foi indicado mas que foi provado que não estava correcto, uma única situação problemática, o que demonstra bem que tem sido com um cuidado extremo que todo este processo tem sido acompanhado. Contudo, e tal como já disse, nada disto justifica por parte do técnico e concretamente por parte do jurista que acompanhou todo o processo e que estava incumbido de o seguir a par e passo, que tivesse havido esta incorrecção, apesar da mesma neste momento estar sanada embora não deixe de ser uma situação aborrecida. É evidente, acrescentou, que o concurso que está a ser preparado para ser lançado para outro período, obviamente que já recolhe os ensinamentos e as “asneiras” que, entretanto, foram cometidas em processos anteriores, para poder ser contemplado e até



aprofundado com o conhecimento que, entretanto, decorreu da aplicação deste processo ao longo deste período de tempo, e, portanto, crê que muitas das situações serão já consideradas e buriladas no concurso que vai ser lançado para o novo período que lhe parece ser o apropriado, até porque deve, ainda dizer que este tipo de processos são processos administrativamente muito carregados e muito onerosos em termos financeiros. -----

----- Interveio, de novo, o **Senhor Vereador Luís Pires** para dizer que neste momento se sentiria mal se não reconhecesse aqui publicamente que foi testemunha de todo o empenhamento que a Senhora Presidente, enquanto Vereadora responsável por este pelouro, teve, para que tudo corresse bem e para que as refeições chegassem aos alunos nas melhores condições possíveis e como reconhece que o seu empenhamento foi total não quer de maneira nenhuma que sejam mal interpretados os comentários que fez anteriormente, pois aquilo que estava a tentar prevenir era no sentido de, em futuro contracto, serem contempladas situações como a capacidade da Câmara em fazer inspecções aos locais exteriores às escolas onde são confeccionadas as refeições, assim como ao sistema de transportes de distribuição que é utilizado porque até pode não ser o ideal quanto a condições de higiene, por exemplo, porque a Câmara só conhece o produto final e não sabe o que aconteceu até a refeição chegar às escolas e, quanto a si, deve ficar prevenido no caderno de encargos essa cláusula. -----

----- Por outro lado, uma das cláusulas dizia que corria por conta do fornecedor a reparação dos danos e prejuízos em caso de intoxicação alimentar e, na sua opinião, é melhor para a Câmara, no sentido de prevenir qualquer situação menos clara, que seja apresentado um seguro de responsabilidade civil que cubra eventuais prejuízos que possam ser causados às crianças, porque se ficar por conta do fornecedor muita coisa pode acontecer e podem ficar por reparar os danos que eventualmente possam vir a ser causados, ao que a **Senhora Presidente** respondeu que o processo que está a ser elaborado para o novo concurso e que está a ser acompanhado por um outro jurista do Gabinete Jurídico tem aspectos que estão a ser ponderados

e essa questão do seguro é uma situação que já foi também ventilada, assim como estão a ser estudados outros aspectos que levem ao melhoramento da capacidade de intervenção da Câmara, dado que a ideia é avançar no sentido de acolher os ensinamentos adquiridos relativamente a cada uma das cláusulas. -----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

27 - PROPOSTA Nº. 712/02 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CARNAXIDE PARA AQUISIÇÃO DE PRONTO SOCORRO - CP 07.01.09.09.: -----

-----I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

-----“Submete-se à aprovação do Executivo Camarário, a atribuição de um subsídio no valor de setenta e quatro mil oitocentos e dezanove euros e sessenta e oito cêntimos, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Carnaxide, para aquisição de Pronto Socorro.“ -- -----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

28 - PROPOSTA Nº. 713/02 - FESTAS DO CONCELHO - INICIATIVAS DESPORTIVAS - CP 02.02.07.03.: -----

-----I - O Senhor Vereador Arnaldo Pereira apresentou à Câmara a seguinte proposta: ----

-----“Integrado no conjunto de organizações desportivas constantes do Programa de Festas do Concelho, existem actividades da responsabilidade da Câmara Municipal de Oeiras, as quais supõem a contracção de diversas despesas. -----

-----Assim, estão previstas quatro iniciativas desportivas, estando orçamentado, para cada uma, o seguinte montante:-----

-----Animação Desportiva da Feira - quatro mil novecentos e oitenta e sete euros -----

-----Dia do Tabuleiro - Xadrez - quatrocentos e noventa e nove euros -----

-----Dia do Tabuleiro - Damas - duzentos e cinquenta euros-----

-----AndeOeiras - nove mil novecentos e setenta e seis euros.” -----



----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

29 - PROPOSTA Nº. 714/02 - 20º. TROFÉU CMO - CORRIDA DAS LOCALIDADES - RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO TOMADA NA REUNIÃO DE 13/02/02 - PONTO 68 - CP 02.02.13.06.:-----

----- I - O Senhor Vereador Arnaldo Pereira apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

----- “Em reunião de Câmara de treze de Fevereiro próximo passado, foi aprovada a proposta número duzentos e cinquenta e um, de dois mil e dois, ponto sessenta e oito, onde se discriminava as comparticipações financeiras a atribuir aos clubes que organizam as provas do Vigésimo Troféu CMO - Corrida das Localidades.-----

----- Mo entanto e por motivos diversos o grupo de Atletismo de Valejas não irá realizar no dia nove de Junho próximo futuro, a prova de Valejas, não havendo lugar à atribuição de comparticipação financeira para o efeito (oitocentos e quarenta e oito euros), pelo que se propõe à Câmara a rectificação do valor total da proposta de doze mil setecentos e vinte euros para onze mil oitocentos e setenta e dois euros.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

30 - PROPOSTA Nº. 715/02 - CONCESSÃO DE FINANCEIRO À FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS DO CONCELHO DE OEIRAS (F.A.P.C.O.) - CP 01.05.13.11.:-----

----- I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Um - Introdução-----

----- Tem a Câmara Municipal de Oeiras vindo anualmente a apoiar as actividades desenvolvidas pela Federação das Associações de Pais do Concelho de Oeiras.-----

----- Dois - Proposta-----

----- Entendendo como importante a continuidade deste apoio, proponho, relativamente ao ano de dois mil e dois:-----

----- Dois.um - A concessão de um apoio financeiro à Federação das Associações de Pais

do Concelho de Oeiras, no valor de três mil e cento e cinquenta euros. -----

-----Dois.dois - Cabimento contabilístico para esta importância.-----

-----Dois.três - Pagamento sequente.-----

-----Dois.quatro - Comunicação à Federação.“-----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

31 - PROPOSTA Nº. 716/02 - ANULAÇÃO DE RECEITA CORRESPONDENTE A CHEQUE DEVOLVIDO POR FALTA DE PROVISÃO, EMITIDO PO VITOR JORGE ROCHA BRITES

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“Através do Serviço de Tesouraria foi dado conhecimento de que o cheque número sete biliões duzentos e noventa e nove milhões novecentos e cinquenta e nove mil quinhentos e sessenta e nove, na importância de quatro mil trezentos e quarenta euros e cinquenta e sete cêntimos, em nome de Vitor Jorge Rocha Brites, foi devolvido com a indicação de “falta de provisão”. - -----

-----O cheque supramencionado destinava-se ao pagamento da taxa de ocupação da loja número oito, do Mercado Municipal de Queijas, através das guias H zero sete números mil e quarenta e um barra três barra cinco barra seis barra sete, de oito de Abril de dois mil e dois. ----

-----Propõe-se, nos termos do número um, do artigo segundo, do Decreto-Lei número cento e setenta e seis, de setenta e dois, de vinte e cinco de Maio, que seja anulada a receita no valor de quatro mil trezentos e quarenta euros e cinquenta e sete cêntimos, correspondente ao cheque devolvido.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

32 - PROPOSTA Nº. 717/02 - ANULAÇÃO DE RECEITA CORRESPONDENTE A CHEQUE DEVOLVIDO POR FALTA DE PROVISÃO, EMITIDO POR ESCRITÓRIOS MONSANTO – SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A.:-----

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----



----- “Através do Serviço de Tesouraria foi dado conhecimento de que o cheque número sete biliões duzentos milhões e trinta e cinco, na importância de duzentos e setenta e quatro euros e vinte e nove cêntimos, em nome de Escritórios Monsanto - Sociedade Imobiliária, Sociedade Anónima, foi devolvido com a indicação de “falta de provisão”.-----

----- O cheque supramencionado destinava-se ao pagamento da taxa de recolha de resíduos sólidos, referente ao mês de Outubro de dois mil e um, através da guia F zero sete, número mil novecentos e oito, de vinte e sete de Março de dois mil e dois.-----

----- Propõe-se, nos termos do número um, do artigo segundo, do Decreto-Lei número cento e setenta e seis, de setenta e dois, de vinte e cinco de Maio, que seja anulada a receita no valor de duzentos e setenta e quatro euros e vinte e nove cêntimos, correspondente ao cheque devolvido.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

33 - PROPOSTA Nº. 718/02 - ATRIBUIÇÃO DE TOPÓNIMO NA FREGUESIA DE ALGÉS:-----

----- I - A Senhora Vereadora Ana Isabel Beça apresentou à Câmara a seguinte proposta:--

----- “Existindo um arruamento, sito em Algés, para o qual se pretende atribuir designação toponímica, proponho à Câmara a aprovação do topónimo a seguir discriminado, para o qual foi recebido parecer favorável da Junta de Freguesia de Algés, transmitido pelo ofício que ficou registado sob o número sete mil cento e cinquenta e cinco, datado de vinte de Fevereiro do corrente ano: -----

----- - Rua Quinta das Romeiras - Arruamento com início junto ao viaduto da CRIL, em Algés e fim na Rotunda da Avenida Fernão Lopes.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

34 - PROPOSTA Nº. 719/02 - CONVERSÃO DE ARRENDAMENTO EM VENDA - PROGRAMA Bº. QUINTA DA POLITEIRA - ATRIBUIÇÃO EM REGIME DE VENDA DO FOGO T2 SITO NO LARGO ANTÓNIO SOARES, Nº. 9, 3º. ESQº., AO AGREGADO FAMILIAR DE RAUL

AUGUSTO: -----

-----I - O Senhor Vereador Rui Soeiro apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“No contexto da conversão do arrendamento em venda, de que é pressuposto básico a perspectiva dos arrendatários municipais de fogos construídos ao abrigo de Programas de Habitação a Custos Controlados, como potenciais compradores do locado e na sequência da manifestação de interesse pela compra do fogo arrendado, por parte do morador abaixo referenciado, proponho:-----

----- Atribuição em regime de venda do fogo tipo T Dois, sito no Bairro Quinta da Politeira, Largo António Soares, número nove, terceiro andar esquerdo, em Barcarena, freguesia de Barcarena, ao agregado familiar de Raúl Augusto, pelo preço de trinta e dois mil quinhentos e seis euros e sessenta e seis cêntimos, correspondente ao valor máximo de venda fixado pela CMO.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

35 - PROPOSTA Nº. 720/02 - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA AUGUSTO NOBRE, Nº. 7, 2º. DTº., Bº. ENCOSTA DA PORTELA, AO AGREGADO DE SANDRA MANUELA QUINTAS FRUCTUOSA:-----

-----I - O Senhor Vereador Rui Soeiro apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“De acordo com a informação número setecentos e cinquenta, de dois mil e dois, do Departamento de Habitação, propõe-se:-----

-----Um - A atribuição do fogo T Dois, situado na morada supra citada ao agregado de Sandra Manuela Quintas Fructuosa. -----

-----Dois - A fixação da renda no valor de duzentos e dez euros e noventa e quatro cêntimos, entrando em vigor a um de Junho de dois mil e dois.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.”-----

36 - PROPOSTA Nº. 721/02 - PREÇO DE VENDA AO PÚBLICO DE PROGRAMAS “MÚSICA



EM DIÁLOGO 2002”:-----

----- I - A Senhora Vereadora Ana Isabel Beça apresentou à Câmara a seguinte proposta:--

----- “No âmbito da programação de música clássica e lírica dois mil e dois, e no que concerne à realização das sessões periódicas de “Música em Diálogo” com o Maestro José Atalaya, - quinzenalmente em Oeiras, no Auditório Municipal Eunice Muñoz, e mensalmente em Algés, no Teatro Municipal Amélia Rey Colaço - verifica-se, pela crescente afluência dos nossos munícipes, que este continua a ser um dos projectos regulares de interesse cultural promovidos pela edilidade. -----

----- Assim, no sentido de divulgar esta iniciativa através de materiais impressos a Autarquia edita anualmente o respectivo programa, com textos e comentários da autoria do Maestro José Atalaya, indo ao encontro do manifesto interesse dos munícipes em se manterem informados de todos os pormenores desta programação.-----

----- Pelo exposto, considerando os custos da edição do referido programa e no sentido de dignificar a sua acessibilidade e utilização, propõe-se a sua venda ao público pelo preço de um euro por unidade, (inclui cinco por cento de IVA).” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

37 - PROPOSTA Nº. 722/02 - PROCESSO DISCIPLINAR Nº. 8/02 INSTAURADO A FRANCISCO JOSÉ DA CUNHA SANTOS:-----

----- I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Nos termos do artigo décimo, do Decreto-Lei sessenta e quatro-A, de oitenta e nove, de vinte e sete de Fevereiro, proponho que seja aplicada ao trabalhador Francisco José da Cunha Santos, a pena de despedimento com justa causa nos termos do disposto no número um, número dois, alínea g), do artigo nono, da Lei dos Despedimentos e da Contratação a Termo aprovado pelo Decreto-Lei sessenta e quatro-A, de oitenta e nove, de vinte e sete de Fevereiro, em concordância e conformidade com o constante no relatório final do presente processo.”-----

-----II - Submetida a proposta a votação, através de escrutínio secreto em que se verificaram onze votos a favor foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

38 - PROPOSTA Nº. 723/02 - SERVIÇOS DE COORDENAÇÃO E SUPORTE À MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DOS SMAS - RENOVAÇÃO DO CONTRATO COM A EMPRESA TECNILAB PORTUGAL, LDª. - SMAS: -----

-----I - A Senhora Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora, em reunião ordinária de vinte e nove de Abril de dois mil e dois, deliberou aprovar a renovação, pelo período de um ano, e bem assim de um aditamento, referente ao contrato de fornecimento de serviços de coordenação e suporte à manutenção e exploração do edifício sede dos SMAS, celebrado com a empresa Tecnilab Portugal, Limitada, pelo valor de duzentos mil trezentos e noventa euros e oitenta e um cêntimos, acrescido de IVA, com celebração de adicional ao contrato existente, tendo em conta a proposta de deliberação junta ao processo. -- -----

-----Face ao exposto proponho:-----

----- A ratificação da mencionada deliberação do Conselho de Administração dos SMAS de renovação, pelo período de um ano, e bem assim de um aditamento, referente ao contrato de fornecimento de serviços de coordenação e suporte à manutenção e exploração do edifício sede dos SMAS, celebrado com a empresa Tecnilab Portugal, Limitada, pelo valor de duzentos mil trezentos e noventa euros e oitenta e um cêntimos, acrescido de IVA, para efeitos de celebração de adicional ao contrato existente.” -----

-----II - No uso da palavra o **Senhor Vereador Emanuel Martins** inquiriu se a renovação deste contrato de prestação de serviços foi objecto de concurso público, ao que a **Senhora Presidente** esclareceu que houve uma opção relativamente ao novo edifício dos SMAS no sentido de se arranjar uma forma de gerir todo um conjunto de situações e pretendeu-se



ensaiar este modelo de gestão do edifício, com vista ao posterior lançamento de um concurso público, porque os montantes envolvidos assim o exigem, tendo em conta uma experiência que entretanto ia sendo adquirida. -----

----- Durante o ano de vigência do contrato de prestação de serviços, que foi assinado em Maio de dois mil e um e está a terminar, houve determinados aspectos que foram sendo analisados tendo sido sempre pedido à empresa para analisar os procedimentos e todo este modelo, a fim de depois de todos estes testes, poderem ser analisados os resultados e com confiança se lançar então o concurso público. -----

----- Acrescentou que neste momento aquilo que pode dizer é que considerou que não estavam reunidas as condições para, com segurança, lançar o concurso público com os termos de referência que pretendia o mais exaustivos possível, razão pela qual avançou com esta proposta, esclarecendo, desde já, que estão preparados, e espera levá-los no próximo mês de Junho ao Conselho de Administração, os termos de referência para o lançamento do concurso público. Deve também dizer que houve alguma insegurança, não só da sua parte mas também, dos serviços, relativamente a alguns procedimentos que estavam a ser levados a cabo porque tinha que ter a noção daquilo que ia pedir em termos de futuro, o que ia de alguma forma balizar mais em termos de qualquer adaptação; portanto, foi uma coisa que ia sendo feita, até porque não havia qualquer experiência relativamente a esta situação, embora julgasse poder ter tudo concluído há uns meses atrás, o que lhe permitiria desde já estar a funcionar na sequência desse concurso público, mas como não foi possível considerou ser mais prudente apresentar esta proposta, na certeza, porém, de que está já em fase de ultimateção o processo para o lançamento do concurso público por forma a que no próximo ano e com alguma antecedência se possa ter já o processo concluído e ter uma entidade que há-de ir gerir toda a situação de acordo com aquilo que resultou de toda esta prática durante este período em que não havia qualquer tipo de experiência sobre esta matéria. -----

-----Interveio, de novo, o **Senhor Vereador Emanuel Martins** para inquirir se não há nenhuma hipótese de ser considerado ilegal a renovação do contrato dado o montante envolvido, ao que a **Senhora Presidente** respondeu negativamente, acrescentando que todas as propostas que leva ao Conselho de Administração são sempre informadas pelo Gabinete Jurídico precisamente para não haver qualquer lapso e, caso os Senhores Vereadores reparem, na documentação anexa à proposta têm essa informação. -----

-----Continuando, o **Senhor Vereador Emanuel Martins** disse pretender tecer duas considerações, sendo que a primeira tem a ver com facto de estar, à partida, de alguma forma, em desacordo com o procedimento mas, admite que ele possa vir a ser prestado porque nada é infinitamente correcto e há a possibilidade de encontrar melhores soluções e a solução de outsourcing nem lhe parece das piores depois de avaliados alguns considerandos que, à partida, não lhe tinham chamado a atenção, e, portanto, há aqui dois fornecimentos e o aditamento estabelece ainda mais um que, depois de vistos os valores, os quarenta mil contos por ano, já lhe parecem mais concordantes.-----

-----De qualquer modo, chama a atenção para o facto de esta proposta ter um aumento para este ano de quatro vírgula trinta e cinco por cento que somado aos dois por cento de IVA dá de custos para a Câmara o valor de seis vírgula cinco por cento e, portanto, estes valores em termos daquilo que é esta proposta de outsourcing devem ser considerados no futuro. -----

-----A segunda consideração que pretende fazer é que perante algum cepticismo relativo e perante algumas dúvidas entretanto já tranquilizadas, gostaria de dizer que, tal como no passado, o seu voto favorável em relação a esta proposta resulta no compromisso da Senhora Presidente que só pode tomar como bom. -----

-----Interveio, de seguida, o **Senhor Vereador Arnaldo Pereira** dizendo ter uma dúvida relativamente a esta proposta que não pode deixar de manifestar, ou seja, na reunião de trabalho exprimiu a convicção que, pelos vistos, não era fundada, de que esta contratação tinha sido feita



na sequência de concurso, mas na verdade o que acontece é que se está a renovar um contrato e sem prejuízo do parecer que está anexo à proposta, o qual, segundo crê, se aplica à renovação do contrato com base numa cláusula do contrato inicial, ao que a **Senhora Presidente** esclareceu que a renovação, efectivamente, estava prevista no contrato por uma questão de precaução embora, na altura, não fosse essa a intenção. -----

----- Continuando, o **Senhor Vereador Arnaldo Pereira** disse subscrever inteiramente o que foi referido pelo Senhor Vereador Emanuel Martins relativamente à ponderação que levou a tomar esta decisão mas a sua dúvida consiste no facto de desconhecer a origem do acto que levou à celebração deste contrato com este valor, pelo que pergunta se resultou de uma deliberação do Conselho de Administração dos SMAS e da Câmara e se se tratou de um ajuste directo, ao que a **Senhora Presidente** respondeu afirmativamente acrescentando que o ajuste directo foi justificado na altura, mas pode esclarecer que na ocasião falou directamente com algumas empresas, até porque não havia experiência nesta área, no sentido de se ver como é que tudo isto poderia ser gerido, tendo esta empresa sido a que apresentou a proposta mais vantajosa, uma vez que outras houve que apresentaram valores astronómicos da ordem da centena de milhar de contos. ---- -----

----- III - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

39 - PROPOSTA Nº. 724/02 - 1ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL DE 2002 - PPI E ORÇAMENTO DAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL: -----

----- I - A Senhora Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Considerando que:-----

----- Um - As alterações decorrem de reforços em rubricas que tinham falta de verba decorrente de cabimentos de dois mil e dois, efectuados com base no orçamento de dois mil e um e outras em que não se prevê despendido aquele valor até final do ano: -----

----- Reforços -----

-----Aquisição de Bens e Serviços Correntes:-----

-----Bens Duradouros - dois mil e quinhentos euros-----

-----Aquisição de Serviços - oitenta mil euros-----

-----Reduções :-----

-----Pessoal:-----

-----Trabalho Extraordinário - cinquenta e cinco mil euros-----

-----Vestuário e Artigos Pessoais - dois mil e quinhentos euros-----

-----Aquisição de Bens e Serviços Correntes:-----

-----Outras Despesas Correntes - vinte e cinco mil euros-----

-----Dois - As alterações nas rubricas da Despesa de Capital são consequência das alterações necessárias nos códigos do PPI.-----

-----Três - O total desta alteração importa no montante de quinhentos e oitenta e oito mil e oitocentos euros, conforme mapas em anexo.-----

-----O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora, reunido em reunião ordinária de vinte e nove de Abril de dois mil e dois, deliberou aprovar a Primeira Alteração Orçamental ao Orçamento de dois mil e dois, constante dos respectivos mapas em anexo.-----

-----Face ao exposto proponho:-----

----- A ratificação da aprovação da referida Alteração.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

-----Os documentos em causa, dão-se aqui como transcritos, ficando arquivados em Pasta Anexa ao Livro de Actas, nos termos do artigo quinto, do Decreto-Lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e sessenta e três, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei número trezentos e trinta e quatro, de oitenta e dois, de dezanove de Agosto.-----



40 - PROPOSTA Nº. 725/02 - ATRIBUIÇÃO DE MENÇÃO DE MÉRITO EXCEPCIONAL À FUNCIONÁRIA DINAH CONCEIÇÃO CRUZ MATIAS - SMAS: -----

----- I - A Senhora Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora, em reunião ordinária de vinte e nove de Abril de dois mil e dois, deliberou aprovar a atribuição de menção de mérito excepcional à funcionária, com a categoria de auxiliar de serviços gerais, Dinah Conceição Cruz Matias, tendo em conta a proposta de deliberação que se junta ao processo. -----

----- Face ao exposto proponho: -----

----- Um - A ratificação da mencionada deliberação do Conselho de Administração dos SMAS de atribuição de menção de mérito excepcional à funcionária, com a categoria de auxiliar de serviços gerais, Dinah Conceição Cruz Matias;-----

----- Dois - O respectivo envio à Assembleia Municipal.” -----

----- II - submetida a proposta a votação através de escrutínio secreto em que se verificaram, onze votos a favor foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

41 - PROPOSTA Nº. 726/02 - CONCURSO PÚBLICO PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ÀS ESCOLAS B1 DO CONCELHO NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE SETEMBRO DE 2000 E 31 DE DEZEMBRO DE 2002:-----

----- I - A Senhora Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Na sequência da aprovação da proposta de deliberação número setecentos e onze, de dois mil e dois e execução desta, torna-se necessário efectuar nova apreciação das propostas apresentadas e consequente classificação das mesmas, conduzida pelo Júri do concurso. -----

----- No ano dois mil o Júri, indevidamente designado Comissão de Análise de Propostas, era constituído por: -----

----- Doutor José Manuel Constantino, Director de Departamento dos Assuntos Sociais e

Culturais, que presidiu; -----

-----Doutora Maria Emília Xavier Directora de Departamento de Finanças e Património; -

-----Doutora Maria do Rosário Martins, Chefe da Divisão de Educação;-----

-----Doutor Manuel Machado, Técnico Superior da Divisão de Educação;-----

-----Doutor Jorge Ferreira, Jurista do Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico. -----

-----Considerando a impossibilidade de reunião do Júri citado, pois dois dos membros já não exercem funções na Câmara Municipal de Oeiras, nomeadamente a Doutora Maria do Rosário Martins e o Doutor Jorge Ferreira, propõe-se a sua substituição pelas seguintes funcionárias:-----

-----Doutora Alda Grácio - Técnica Superior da Divisão de Educação;-----

-----Doutora Maria Miguel Lima - Jurista do Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico. -

-----Tendo em conta o citado, propõe-se a aprovação da composição do júri, nos seguintes termos:-----

-----Doutor José Manuel Constantino, Director de Departamento dos Assuntos Sociais e Culturais, presidente;-----

-----Doutora Maria Emília Xavier, Directora de Departamento de Finanças e Património;

-----Doutor Manuel Machado, Chefe da Divisão de Educação; -----

-----Doutora Alda Grácio, Técnica Superior da Divisão de Educação;-----

-----Doutora Maria Miguel Lima, Jurista do Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico. --

-----O presidente do júri será substituído nas suas faltas e impedimentos pela Doutora Maria Emília Xavier.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

42 - PROPOSTA Nº. 727/02 - ABERTURA DE CONSULTA PRÉVIA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEPÓSITO DE ENTULHOS EM ATERROS: -----

-----I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:



----- “No âmbito das competências da Câmara Municipal de Oeiras, na política de eliminação das barracas do Concelho e realojamento das populações, política essa que tem sido prosseguida, com êxito, nos últimos anos, pela edilidade, torna-se necessário proceder ao depósito em aterros dos entulhos daí decorrentes. -----

----- Assim e não tendo mais o Aterro, para qual estavam a ser efectuados esses depósitos, mais capacidade para a sua recepção, torna-se imperioso proceder à abertura de um novo procedimento, pelo que, mediante solicitação da Divisão de Viaturas e Máquinas e Divisão de Serviços Urbanos, no montante previsto da aquisição, de valor inferior a quarenta e nove mil oitocentos e setenta e nove euros e setenta e nove cêntimos / dez mil contos, se procedeu à elaboração da regulamentação escrita do procedimento de consulta prévia a cinco fornecedores, ex vi, alínea a), do número um, do artigo octogésimo primeiro, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de Junho, que se junta ao processo, para apreciação. ---

----- Para o efeito propõe-se como elementos a integrar a Comissão de análise das propostas, os seguintes: -----

----- Doutor Rui Duque, Chefe de Divisão de Viaturas e Máquinas - Presidente; -----

----- Engenheiro Paulo Riscado, Engenheiro Mecânico - Vogal;-----

----- Doutora Ana Celeste Carvalho, Jurista - Vogal. -----

----- Nestes termos, propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar: -----

----- A aprovação da abertura do procedimento de consulta prévia a cinco fornecedores, com vista à prestação de serviços de depósito de entulhos em aterros; -----

----- A aprovação do programa da consulta e do caderno de encargos;-----

----- A aprovação da constituição da Comissão de análise das propostas.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

43 - PROPOSTA Nº. 728/02 -AGENDA CULTURAL ROTEIRO 30 DIAS - PAGAMENTO DO MÊS DE ABRIL - CP 02.01.07.31.: -----

-----I - A Senhora Vereadora Ana Isabel Beça apresentou à Câmara a seguinte proposta: -

-----“A agenda cultural Roteiro Trinta Dias constitui um veículo de acesso a tudo quanto culturalmente se produz no concelho de Oeiras. A sua crescente procura, deve-se a uma diversidade temática que se tem procurado manter, com o objectivo de ir ao encontro das várias solicitações dos munícipes oeirenses. Neste sentido, são contemplados não só os eventos culturais, mas também tudo o que se relaciona com a vida empresarial, a investigação científica, as actividades desportivas, ofertas no domínio do lazer e do turismo e até mesmo as mais variadas indicações indispensáveis ao nosso quotidiano. -----

-----Neste sentido, propõe-se a passagem de requisição e posterior pagamento a Estrelas de Papel, no seguinte valor: doze mil trezentos e sessenta euros e vinte e um cêntimos, correspondendo este valor à concepção editorial e gráfica, trabalho jornalístico, paginação electrónica, redacção e textos, fotografia, fotolitos, montagem, impressão, acabamentos e distribuição de vinte e dois mil e quinhentos exemplares, do Roteiro Trinta Dias, referente ao mês de Abril de dois mil e dois, mais cinco por cento de IVA (quinhentos e oitenta e oito euros e cinquenta e oito cêntimos), conforme consta do orçamento apresentado (onze mil setecentos e setenta e um euros e sessenta e três cêntimos mais quinhentos e oitenta e oito euros e cinquenta e oito cêntimos igual a doze mil trezentos e sessenta euros e vinte e um cêntimos). -----

-----Mais se solicita o seu ajuste directo ao abrigo do artigo octogésimo primeiro, ponto três, alínea b), do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de Junho.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

44 - PROPOSTA Nº. 729/02 - RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2001 DA OEIRAS VIVA, E.M.: -----

-----I - A Senhora Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Nos termos dos artigos vigésimo e trigésimo quarto, do Decreto-Lei número



cinquenta e oito, de noventa e oito, e dos Estatutos da Oeiras Viva, Gestão de Equipamentos Sócio-Culturais e Desportivos, Empresa Municipal, submete-se à aprovação do Executivo Municipal, o Relatório de Gestão e Contas de dois mil e um.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

45 - PROPOSTA Nº. 730/02 - REQTº.S. 4012 E 4400/02 APENSOS AO PROCº. 309/99 (7º. VOL) - ALTERAÇÃO DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO 10/99 - QTª DA FONTE, EM NOME DE AKELER PORTUGAL - INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDª.: -----

----- I - A Senhora Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Vem a Akeler Portugal - Investimentos Imobiliários, Limitada, através dos requerimentos números quatro mil e doze e quatro mil e quatrocentos, de dois mil e dois, apresentar uma alteração ao alvará de loteamento número dez, de noventa e nove, inserido na Quinta da Fonte - Oeiras, bem como a concordância do proprietário dos restantes lotes.-----

----- A fim de analisar os elementos entregues pela ora requerente, foi elaborada a informação técnica número trezentos e setenta e cinco, de dois mil e dois, da Divisão de Planeamento.-----

----- Trata-se de uma alteração nos termos do número oito, do artigo vigésimo sétimo, do Decreto-Lei quinhentos e cinquenta e nove, de noventa e nove, consistindo aquela, na divisão do lote designado por dezasseis mais dezoito, em dois lotes: o lote dezasseis e o lote dezoito, cujo os limites periféricos são respeitados e a linha divisória entre eles é ajustada à configuração dos pisos de estacionamento, mantendo-se todos os outros parâmetros urbanísticos. -----

----- Verifica-se ainda que, a declaração de todos os proprietários dos lotes que constituem o loteamento é acompanhada das certidões do registo predial dos respectivos lotes pelo que estão reunidas as condições para a aprovação do processo em causa.-----

----- Em face do que antecede proponho à Câmara que delibere: -----

----- - Aprovar a alteração do alvará de loteamento número dez, de noventa e nove, em

conformidade com a informação técnica número trezentos e setenta e cinco, de dois mil e dois, da Divisão de Planeamento. -----

----- Comunicar à requerente o teor da presente deliberação.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

46 - PROPOSTA Nº. 731/02 - REGTº.S 25329/98, 7988/99, 30449, 35727, 36696, 37326 E 45178/01 - REORDENAMENTO DA CIRCULAÇÃO NA RUA ALEGRE, RUA SOFIA DE CARVALHO, AVª. DA REPÚBLICA E RESTANTE ZONA ENVOLVENTE, EM ALGÉS DE CIMA: -----

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“Por Nelson Figueiredo (municípe); proprietários das garagens da Rua Alegre; António Ferreira (municípe); grupo de pais e utentes da Rua Alegre; Luís Agostinho (municípe); Junta de Freguesia de Algés e M. F. Bollo G. (municípe), foram apresentados os registos vinte cinco mil trezentos e vinte e nove de mil novecentos e noventa e oito, sete mil novecentos e oitenta e oito, de mil novecentos e noventa e nove, trinta mil quatrocentos e quarenta e nove, trinta e cinco mil setecentos e vinte e sete, trinta e seis mil seiscentos e noventa e seis, trinta e sete mil trezentos e vinte e seis e quarenta e cinco mil cento e setenta e oito, de dois mil e um, respectivamente, os quais indicavam várias situações referentes à Rua Alegre, Rua Sofia de Carvalho e Avenida da República e zonas envolventes, em Algés de Cima. -----

-----No sentido de corrigir algumas lacunas indicadas pelos requerentes e posteriormente constatadas pelos serviços técnicos após visita ao local, foi elaborada a informação técnica número duzentos e trinta e dois, de dois mil e dois, da Divisão de Trânsito e Transportes, a qual refere que, desde a falta de condições de segurança para a circulação pedonal junto à Escola EB Um, de Algés, até à falta de ordenamento no estacionamento público existente nesta zona, passando ainda por outras pequenas situações de cariz pontual, torna-se necessária uma intervenção global na área em questão, sendo de proceder à implementação das medidas propostas naquela informação.-----



----- Em face do que antecede, proponho à Câmara que delibere:-----

----- - Aprovar o reordenamento da circulação na Rua Alegre, Rua Sofia Carvalho, Avenida da República e restante zona envolvente, em Algés de Cima, nas condições preconizadas na informação técnica número duzentos e trinta e dois, de dois mil e dois, da Divisão de Trânsito e Transportes e plantas anexas.-----

----- - Comunicar aos requerentes o teor da presente deliberação.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

47 - PROPOSTA Nº. 732/02 - SP-17/96 (2º. VOL.) REGTº.S 40.643/01, 6773 E 7894/02 - CIRCULAÇÃO E ESTACIONAMENTO NA AVª. DR. FRANCISCO SÁ CARNEIRO, EM OEIRAS:-----

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

----- “Por Rui Carlos Pinto foram apresentados os registos números quarenta mil seiscientos e quarenta e três, de dois mil e um, seis mil setecentos e setenta e três, e sete mil oitocentos e noventa e quatro, de dois mil e dois, os quais indicavam vários problemas existentes na Avenida Doutor Francisco de Sá Carneiro, em Oeiras, relativos ao funcionamento desta via. --

----- Através da informação número trezentos e catorze, de dois mil, da Divisão de Trânsito e Transportes, foi analisada a situação, tendo-se considerado fundamental e urgente, proceder a uma redução dos níveis de tráfego de passagem actualmente existentes naquela via, considerando-se como uma solução eficaz inverter o sentido único de circulação no troço da Rua do Chafariz compreendido entre a Rua de Oeiras do Piauí do Brasil e a Rua António Patrício Gouveia, sendo que, para além de todas as vantagens que apresenta para a fluidez e segurança de tráfego nesta zona urbana, tem uma utilidade acrescida sempre que se verifique o fecho da Estrada Marginal, por possibilitar um circuito de desvio de trânsito, no sentido Carcavelos - Lisboa, bastante mais eficiente.-----

----- Deste modo em face do que antecede, proponho à Câmara que delibere:-----

-----Primeiro - Aprovar a inversão do sentido único de circulação no troço da Rua do Chafariz, entre a Rua de Oeiras do Piauí do Brasil e a Rua Doutor António Patrício Gouveia, e consequentes adaptações geométricas deste troço, de acordo com o teor da informação técnica número trezentos e catorze, de dois mil e dois, da Divisão de Trânsito e Transportes. -----

-----Segundo - Elaborar internamente no serviço competente (Divisão de Trânsito e Transportes) um estudo de circulação e estacionamento para a Avenida Doutor Francisco Sá Carneiro, em Oeiras, nos termos preconizados na citada informação. -----

-----Terceiro - Comunicar ao requerente o teor da presente deliberação.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

48 - PROPOSTA Nº. 733/02 - ALTERAÇÃO DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº. 2/96 - TAGUSPARK, S.A.:-----

-----I - A Senhora Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Um - A CMO, consciente da importância regional e concelhia da execução de uma variante à Estrada Nacional Duzentos e Quarenta e Nove-Três, na resolução dos estrangulamentos viários ao aglomerado de Porto Salvo e na acessibilidade ao Parque de Ciência e Tecnologia, celebrou em vinte e oito de Janeiro de noventa e sete, um acordo com a à data Junta Autónoma de Estradas, cujo objecto era o de acelerar o processo de construção da citada variante. Em resultado desse acordo, assumiu o Município o encargo de suportar o pagamento das indemnizações devidas pela expropriação dos direitos sobre os terrenos necessários à execução da referida via, no troço a Norte do aglomerado de Porto Salvo, correspondendo às parcelas vinte a sessenta ponto quatro barra um, conforme planta parcelar constante do respectivo processo de expropriações. -----

-----Dois - Das parcelas acima referidas algumas encontram-se integradas no Plano de Urbanização do Parque de Ciência e Tecnologia, onde se previa a sua afectação à infra-estrutura viária acima mencionada.-----



----- Três - O empenho da CMO na dinamização do processo de concretização do Parque de Ciência e Tecnologia, unidade operativa número um, do Plano de Urbanização supra referido possibilitou o desenvolvimento de grande parte daquela unidade de execução previamente à da realização da própria via, factor que determinou necessariamente um ajustamento na geometrização dos lotes, entretanto criados e que com a mesma confinam. -----

----- Quatro - Através de um protocolo celebrado entre a CMO e a Taguspark, Sociedade Anónima, as parcelas integrantes do loteamento que se destinam a infra-estruturas viárias (conforme planta parcelar do processo de expropriações da Estrada Nacional Duzentos e Quarenta e Nove-Três) devem ser cedidas à CMO integrando-se no domínio público municipal. -

----- Cinco - No sentido de executar as prescrições do instrumento de planeamento municipal acima mencionado, bem como as prescrições constantes do protocolo mencionado no ponto quatro, é necessário proceder a uma alteração ao alvará de loteamento número dois, de noventa e seis, alteração esta a promover pela CMO, nos termos do artigo quadragésimo oitavo, do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco, de noventa e nove, de vinte e oito de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei número cento e setenta e sete, de dois mil e um, de quatro de Junho. -----

----- Seis - A intenção de proceder à alteração foi notificada, em quatro de Dezembro de dois mil e um (nos termos do número três, do artigo quadragésimo oitavo), ao titular do alvará e aos demais interessados, respectivamente Taguspark, Sociedade Anónima, PT Comunicações, Instituto Superior Técnico, BCP; AG Dois (Grupo BCP) e Banco Alves Ribeiro, Sociedade Anónima, não tendo sido apresentadas quaisquer participações. -----

----- Sete - Deste modo, foi elaborada uma planta de rectificação ao alvará número dois, de noventa e seis, em anexo, contendo as seguintes alterações:-----

----- a) Alteração/redefinição do traçado da Estrada Nacional Duzentos e Quarenta e Nove-Três (variante de Porto Salvo) segundo a planta parcelar do processo de expropriações. ----

-----b) Alteração do quadro de parâmetros urbanísticos da planta do alvará, em concreto, a redefinição das áreas dos lotes dois a cinco, sete, quinze, trinta e um, trinta e dois, trinta e quatro e trinta e cinco, de acordo com as áreas que constam no mapa de expropriações da Estrada Nacional Duzentos e Quarenta e Nove-Três, mantendo-se inalterados os parâmetros de construção anteriormente estabelecidos; -----

-----c) Rectificação do quadro de áreas da planta de alvará no que respeita ao lote trinta e quatro, na medida em que se detectou (requerimento número vinte e cinco mil e oitenta e cinco, de dois mil e um, da Taguspark) a existência de um erro material no cálculo da área de construção máxima deste lote (com índice zero vírgula trinta e cinco deveria ser dezassete mil duzentos e noventa e oito vírgula setenta e cinco metros quadrados). -----

-----Oito - Nos termos do artigo quadragésimo oitavo, número dois, a alteração ao alvará é aprovada por deliberação municipal e determina a emissão de novo alvará, bem como a publicação e a submissão deste a registo. -----

-----Assim, nos termos das informações números quinhentos e vinte e três, de dois mil e um, da Divisão de Planeamento, de quinze de Maio de dois mil e um; mil cento e setenta e seis, de dois mil e um, da Divisão de Planeamento, de vinte e cinco de Outubro de dois mil e um, oitenta e seis, de dois mil e dois, da Divisão de Planeamento, de vinte e um de Janeiro de dois mil e dois, todas do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, proponho a aprovação da presente proposta de deliberação.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

49 - PROPOSTA Nº. 734/02 - PROGRAMA ESPECIAL DE REALOJAMENTO - ESTABELECIMENTO "O CANIÇO" - ALTO DOS BARRINHOS - CP 05.01.09.01.: -----

-----I - O Senhor Vereador Rui Soeiro apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Um - Verificou-se que funcionava no Alto dos Barrinhos um café designado por "Café Caniço", explorado por Maria Luísa Santos e marido Jaime Santos. Tal estabelecimento,



embora dispusesse de alvará sanitário (número cinquenta e cinco, de oitenta e cinco), não dispunha de licença de construção, nem de licença de utilização, pelo que se tratava de uma construção clandestina.-----

----- Dois - O alvará sanitário foi revogado em vinte e três de Junho de mil novecentos e noventa e nove, por deliberação municipal da mesma data. -----

----- Três - O fundamento da mencionada revogação foi, por um lado a clandestinidade da construção e, por outro lado, a impossibilidade de legalização quer da construção, atentos os novos condicionamentos urbanísticos para a área em causa (Plano de Urbanização do Alto dos Barronhos), quer da própria continuação da actividade, na medida em que as novas exigências para instalação e funcionamento dos estabelecimentos como o aqui referido não eram cumpridas pelo estabelecimento em causa, em especial no que respeita à adequação do local para o uso previsto, exigências técnicas a nível sanitário, bem como de segurança contra riscos de incêndios.

----- Quatro - Por outro lado, a Câmara Municipal já havia determinado a desocupação da construção em causa, também em mil novecentos e noventa e nove, com vista à sua demolição face à inexistência de legalização. -----

----- Cinco - Os destinatários das mencionadas deliberações interpuseram recurso contencioso e os meios processuais acessórios junto dos tribunais competentes. -----

----- Seis - Por deliberação de treze de Fevereiro de dois mil e dois, foi reconhecida a "grave urgência para o interesse público" na execução do acto de revogação do alvará sanitário.--

----- Sete - A construção em causa foi demolida, tendo o interesse público sido repostos. ---

----- Oito - Importa, agora, encontrar uma plataforma de acordo entre a Câmara Municipal e os particulares em causa, atendendo, por um lado à situação social dos antigos titulares do alvará e do respectivo agregado familiar e por outro lado ao interesse público que à Câmara Municipal, como órgão executivo do município, incumbe prosseguir. -----

----- Pelo exposto, proponho: -----

-----a) A celebração com Maria Luísa Rosado Fernandes Santos do contrato de arrendamento de um espaço comercial, localizado no Bairro do Pombal - Figueirinha, Rua António Macedo, números dez e dez-A, em Oeiras, cuja minuta se anexa à presente proposta de deliberação e para o qual se remete para todos os efeitos. -----

-----b) A ausência de pagamento da renda convencionada durante o ano de dois mil e dois, tal como consta do contrato de arrendamento que a seguir se transcreve. -----

-----c) O pagamento, por parte da CMO do montante correspondente ao ordenado mínimo nacional a cada um dos adultos integrantes do agregado familiar (três), durante o ano de dois mil e dois. -----

-----O estabelecimento das condições supra referidas fica dependente da desistência por parte dos beneficiários do regime proposto dos recursos e meios processuais acessórios entretanto interpostos e que se encontram em curso, bem como de quaisquer acções que hajam interposto contra a Câmara Municipal de Oeiras. Fica ainda dependente da assinatura de documento no qual declarem que se encontram ressarcidos de quaisquer créditos sobre o município, nada mais lhes sendo devido, designadamente a título de indemnização.”-----

-----“Contrato de Arrendamento de Espaço Comercial -----

Entre o Município de Oeiras, pessoa colectiva de direito público número quinhentos milhões setecentos e quarenta e cinco mil novecentos e quarenta e três, representado pela Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Doutora Teresa Pais Zambujo como primeiro contratante, e a Senhora Maria Luísa Rosado Fernandes Santos, contribuinte fiscal número cento e vinte e dois milhões quatrocentos e cinco mil e treze, casada, natural de Évora, residente em Rua João Maria Porto, um, - rés-do-chão esquerdo - Bairro da Encosta da Portela, Carnaxide como segundo contratante, é estabelecido o presente contrato, que se regula pelas seguintes cláusulas: -----

-----Cláusula Primeira-----

Constitui objecto do presente contrato de arrendamento o espaço comercial localizado no Bairro



do Pombal - Figueirinha, Ra António Macedo números dez e dez-A, em Oeiras, conforme planta que se anexa a este contrato e que faz parte integrante do mesmo. -----

-----Cláusula Segunda-----

As instalações cedidas destinam-se a ser utilizadas em actividades de restauração, nomeadamente de café restaurante.-----

-----Cláusula Terceira-----

O presente contrato é celebrado pelo prazo de cinco anos, com sucessivas renovações por um ano, se não for denunciado pelas partes com a antecedência mínima de cento e oitenta dias relativamente ao termo do prazo contratual. -----

-----Cláusula Quarta-----

Um - A segunda contratante compromete-se a remunerar a primeira contratante, nos seguintes termos: ----

a) Haverá um período de carência desde a data da entrega da chave do espaço comercial até ao fim de Dezembro de dois mil e dois;-----

b) A renda mensal durante o ano de dois mil e três será de quinhentos euros;-----

c) A partir de um de Janeiro de dois mil e quatro a renda mensal será actualizada para o valor normalmente praticado pela CMO relativamente a espaços análogos em área e destinados à actividade comercial, e que no caso concreto, será de setecentos e cinquenta euros mensais. Este valor será actualizado anualmente, nos termos do número um, do artigo trigésimo segundo, do R.A.U. - Regime de Arrendamento Urbano, aprovado pelo Decreto-Lei número trezentos e vinte e um-B, de noventa, de quinze de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei número trezentos e vinte e nove-B, de dois mil, de vinte e dois de Dezembro;-----

-----Cláusula Quinta-----

Um - Todas as obras de adaptação que sejam necessárias realizar no espaço temporariamente cedido, só poderão ser executadas após o licenciamento pela Câmara dos correspondentes

projectos, que lhe deverão ser submetidos nos moldes seguidos para a realização de qualquer obra particular. -----

Dois - A partir do momento da sua conclusão, as obras executadas, passam a fazer parte do imóvel e por isso integrantes do património do município.-----

-----Cláusula Sexta-----

Constituem obrigações da segunda contratante:-----

Um - A execução a seu cargo, das obras previstas na cláusula anterior;-----

Dois - Preservar e conservar o imóvel e eventuais obras previstas que entretanto tenham sido licenciadas; -----

Três - Entregar o imóvel ao Município na data da cessação dos efeitos do presente contrato, em perfeitas condições de utilização e livre de todo o equipamento afecto à exploração das benfeitorias que tenham sido incorporadas no imóvel.-----

-----Cláusula Sétima-----

O presente contrato poderá ser resolvido se a segunda contratante:-----

- a) Deixar de explorar a actividade a que se propôs por um período superior a cento e oitenta dias;
- b) Não proceder ao pagamento da remuneração devida no prazo fixado, por três períodos mensais consecutivos, sem prejuízo do pagamento e dos juros à taxa legal que se mostrarem devidos;-----
- c) Violar geral e reiteradamente disposições legais e regulamentares aplicáveis à sua actividade exercida;--- -----
- d) Trespasar ou ceder a exploração a terceiros sem prévio e expresso consentimento da Câmara Municipal de Oeiras. -----

-----Cláusula Oitava-----

O presente contrato pode ainda cessar os seus efeitos por acordo entre as partes, em qualquer momento da sua execução, sem consequências indemnizatórias. -----

-----Cláusula Nona-----



São ainda deveres da arrendatária:-----

Um - Facultar à Câmara Municipal de Oeiras o exame do estabelecimento sempre que esta o considere necessário; -----

Dois - Efectuar as pequenas reparações urgentes a que haja lugar e dar conhecimento à Câmara das deficiências de construção verificadas;-----

Três - Conservar em bom estado o arrendado, devendo entregá-lo ao senhorio, findo o contrato, tal como se encontra à data do presente contrato, indemnizando-o por quaisquer prejuízos que se venham a verificar.-----

O presente contrato foi autorizado pela deliberação da Câmara de ... de Maio de dois mil e dois. -

Feito em Oeiras, aos ... dias do mês de Maio de dois mil e dois, em dois originais, ficando cada uma das partes contratantes na posse de um deles.-----

Câmara Municipal de Oeiras, (Teresa Pais Zambujo) -----

Maria Luísa Rosado Fernandes Santos.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

50 - PROPOSTA Nº. 735/02 - Pº. 61-DH/02 - CONCURSO PÚBLICO PARA A ELABORAÇÃO DE UM PROJECTO PARA UM CENTRO DE APOIO À 3ª. IDADE, NA PORTELA DE CARNAXIDE, FREGUESIA DE CARNAXIDE - RECTIFICAÇÃO À DELIBERAÇÃO DA REUNIÃO REALIZADA EM 19-12-01 - PONTO 202 - CP 05.01.01.02. E 05.01.02.08.:-----

----- I - O Senhor Vereador Rui Soeiro apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Deliberou esta Câmara Municipal, em reunião ordinária, realizada em dezanove de Dezembro de dois mil e um, aprovar o lançamento de um concurso público para a elaboração de um projecto para uma Unidade Residencial a construir na Portela de Carnaxide.-----

----- Por ter havido lapso, é necessário rectificar a denominação do equipamento, a fim de que fique conforme com a nomenclatura apresentada no Programa PROQUAL, havendo, por esse facto, necessidade, também, de corrigir todas as peças do procedimento, incluindo o

respectivo anúncio de concurso. -----

-----Face ao exposto, proponho que esta Câmara Municipal delibere:-----

----- Rectificar as denominações das acções correspondentes do plano de actividades; ---

----- Corrigir o primeiro ponto da deliberação tomada em reunião ordinária, realizada em dezanove de Dezembro de dois mil e um, ponto duzentos e dois, de acordo com o assunto em epígrafe; --- -----

----- Providenciar a publicação de anúncio rectificativo da denominação do objecto posto a concurso, providenciando-se a sua publicação nos seguintes jornais: "Diário da República", "Diário de Notícias" e demais jornais onde o anúncio inicial foi difundido, bem como o envio dessa rectificação a todas as entidades que procederam ao levantamento do processo de concurso."- -----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

51 - PROPOSTA Nº. 736/02 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO MENSAL AO CCD PARA O ANO 2002: -----

-----I - A Senhora Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“O Centro de Cultura e Desporto é uma organização social dos trabalhadores da Câmara e Serviços Municipalizados sem fins lucrativos, que promove vários eventos de carácter social, cultural, desportivo, recreativo e económico em benefício dos seus associados. -----

-----Todos os anos a Câmara concede ao Centro de Cultura e Desporto um subsídio para fazer face a várias despesas de carácter administrativo, e de manutenção para o desenvolvimento de várias iniciativas. -----

-----Com essa finalidade e a exemplo de anos anteriores, submete-se ao executivo:-----

----- A aprovação de um subsídio anual ao Centro de Cultura e Desporto, no montante global de cento e dezanove mil e doze euros e noventa e dois cêntimo (cento e dezanove mil e doze euros e catorze cêntimos a dividir por catorze meses) que corresponde ao valor mensal de



oito mil e quinhentos euros e noventa e dois cêntimos.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

52 - PROPOSTA Nº. 737/02 - ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO AO CCD PARA PAGAMENTO AO MAESTRO E PROFESSOR DE GINÁSTICA:-----

----- I - A Senhora Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

----- “O Centro de Cultura e Desporto promove várias acções de carácter cultural, desportivo e recreativo em benefício dos seus associados.-----

----- No âmbito cultural, promove actividades musicais através da Banda Municipal que é constituída por associados e filhos de associados, no âmbito desportivo desenvolve e apoia a manutenção de actividades básicas na da disciplina de educação física, nomeadamente na promoção de aulas de ginástica gratuitas para os seus associados.-----

----- A fim de, dar continuidade a este tipo de actividades propõe-se ao executivo:-----

----- Um - A aprovação de um subsídio ao Centro de Cultura e Desporto no montante anual de vinte e nove mil duzentos e trinta e três euros e quatro cêntimos (vinte e nove mil duzentos e trinta e três euros e quatro cêntimos a dividir por catorze meses) a que corresponde ao valor mensal de dois mil e oitenta e oito euros e sete cêntimos para pagamento ao maestro e professor de ginástica.-----

----- Dois - A aprovação de um subsídio anual de sete mil e quarenta e três euros e dois cêntimos para pagamento da empregada, água e luz.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

53 - PROPOSTA Nº. 738/02 - ADJUDICAÇÃO DA AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO E CALÇADO, NA MODALIDADE DE FORNECIMENTO CONTÍNUO - ADITAMENTO À DELIBERAÇÃO DA REUNIÃO REALIZADA EM 24-04-02, PONTO 53 - CP 11.07.06.03.:-----

----- I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Decorrente do procedimento de consulta prévia número dezanove, de dois mil e

dois, referente à aquisição de fardamento e calçado, na modalidade de fornecimento contínuo, foi proposta a adjudicação da aquisição, mediante fornecimento contínuo, de fardamento e calçado à empresa “VP Dois, Vestuário Profissional, Protecção, Limitada”, pelo preço de trinta e dois mil oitocentos e cinquenta e três euros e vinte e nove cêntimos (seis milhões quinhentos e oitenta e seis mil quatrocentos e noventa e três escudos), acrescida de IVA, tendo sido a mesma aprovada em reunião do Executivo municipal, em vinte e quatro de Abril de dois mil e dois. -----

-----Contudo, nesse valor não se prevê o custo com a aquisição do calçado, visto o mesmo ser indicado sob a forma de preço por unidade.-----

-----Nesse sentido cumpre agora aprovar o preço unitário do calçado, que importa em trinta euros e quarenta e sete cêntimos, quarenta e dois euros e quinze cêntimos e trinta e seis euros e quarenta cêntimos, cada, consoante se trate de sapato em pele forrado a pele e rasto poliuretano, sapato em pele forrado a pele e rasto em couro ou de bota em pele, forrada a pele e rasto poliuretano, respectivamente. -----

-----Pelo que, propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar:-----

-----O aditamento à aprovação da adjudicação do procedimento de consulta prévia de aquisição de fardamento e calçado, na modalidade de fornecimento contínuo, à “VP Dois, Vestuário Profissional, Protecção, Limitada”, na parte do calçado, pelo preço unitário de trinta euros e quarenta e sete cêntimos para o sapato em pele forrado a pele e rasto poliuretano, quarenta e dois euros e quinze cêntimos para o sapato em pele forrado a pele e rasto em couro e trinta e seis euros e quarenta cêntimos para a bota em pele, forrada a pele e rasto poliuretano, todos acrescidos de IVA.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

54 - PROPOSTA Nº. 739/02 - ATRIBUIÇÃO DE UM FOGO, SITO NA RUA FERREIRA LAPA, Nº. 1, 1º ESQ., BAIRRO PÁTEO DOS CAVALEIROS, AO AGREGADO FAMILIAR DE MARIA JÚLIA MARTINHO DE OLIVEIRA:-----



----- I - O Senhor Vereador Rui Soeiro apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “De acordo com as informações números oitocentos e sessenta e um e mil e onze, de dois mil e dois, do Departamento de Habitação, propõe-se: -----

----- Um - A atribuição do fogo de tipologia T Dois, sito na Rua Ferreira Lapa, número um, primeiro esquerdo, Bairro Pátio dos Cavaleiros, ao agregado familiar de Maria Júlia Martinho de Oliveira, registado no âmbito do PER em Salregos, número cento e quatro.-----

----- Dois - A fixação da sua renda social no valor de sessenta e cinco euros, calculada de acordo com os rendimentos apresentados, entrando em vigor a partir de um de Junho de dois mil e dois.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

55 - PROPOSTA Nº. 740/02 - DISPENSA DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO ESCRITO NO REGIME DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA - RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA REUNIÃO REALIZADA EM 27-02-02, PONTO 48: -----

----- I - A Senhora Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Um - Tendo em conta o disposto no número quatro, do artigo sexagésimo, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de Junho, aplicável às empreitadas de obras públicas nos termos da alínea b), do número um, do artigo quarto, do mesmo diploma, que estabelece que a competência para autorizar a dispensa da celebração de contrato é da entidade competente para autorizar a respectiva despesa, nos termos fixados no número um, do artigo décimo oitavo. -----

----- Dois - Considerando a competência da Presidente da Câmara Municipal e do respectivo órgão executivo para autorizar despesas de montante até cento e quarenta e nove mil seiscentos e trinta e nove euros e trinta e sete cêntimos e sem limite, respectivamente, de acordo com o disposto no número um, do artigo décimo oitavo, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de Junho.-----

-----Três - Por último, atendendo aos objectivos de celeridade dos procedimentos, de desburocratização e, conseqüentemente, a pretendida redução de custos que têm norteado esta edilidade, proponho:-----

-----a) Que, independentemente da competência própria da Presidente da Câmara, seja deliberado autorizar a dispensa genérica da celebração de contrato escrito nos procedimentos em que haja despesas públicas com locação e aquisição de bens e serviços, locação e aquisição de bens móveis e serviços e, ainda, com as empreitadas de obras públicas, quando a despesa seja de valor igual ou inferior a quarenta e nove mil oitocentos e setenta e nove euros e quarenta e sete cêntimos, de acordo com o prescrito nos artigos sexagésimo, número quatro, décimo oitavo, número um, quarto, número um, alínea b), e artigo quinquagésimo nono, número um, alínea a), todos do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de Junho; -----

-----b) Que a própria Câmara Municipal ou a sua Presidente, conforme o caso e a respectiva competência, possa, em cada situação concreta, decidir sobre a redução a escrito dos contratos em causa quando nisso vir conveniência; -----

-----c) A revogação imediata da deliberação camarária aprovada em reunião de vinte e sete de Fevereiro de dois mil e dois (referência proposta de deliberação número duzentos e noventa e oito, de dois mil e dois) - ponto quarenta e oito.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

56 - PROPOSTA Nº. 741/02 - AQUISIÇÃO DE OBRA DE ARTE AO ESCULTOR JOSÉ JOÃO BRITO, ALUSIVO AOS “DUZENTOS ANOS DO COLÉGIO MILITAR, AS OBRAS E AS LETRAS” - CP 02.01.05.04.:-----

-----I - A Senhora Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Um - O Colégio Militar foi fundado no ano de mil oitocentos e três, na Feitoria, próximo do Forte São Julião da Barra, portanto, no nosso concelho.-----

-----Dois - O ano de dois mil e três será o ano das comemorações dos duzentos anos dessa



venerável instituição, tendo a Associação de Antigos Alunos do Colégio Militar manifestado desejo das mesmas abrangerem o município de Oeiras.-----

----- Três - Assim - para além de uma exposição sobre “Os duzentos anos do Colégio Militar, as Artes e as Letras” a desenvolver, na altura, na Livraria-Galeria Municipal Verney e, eventualmente, na Feitoria do Colégio Militar, e da atribuição de topónimo - propõe-se que seja encomendada ao escultor José João Brito uma obra de arte comemorativa da efeméride, a colocar próximo da Feitoria. -----

----- Quatro - Prevê-se que o conjunto escultórico, com quatrocentos e cinquenta centímetros de altura, tenha uma estrutura de ferro interior e revestimento em chapa de bronze. --

----- Cinco - O escultor José João Brito é professor no Colégio Militar há trinta e dois anos, tendo-lhe sido conferido a condição de sócio honorário da Associação de Antigos Alunos; -

----- Tem obra pública no estrangeiro e em Portugal, desde Porto, Torreira, Murtosa ao Metropolitano de Lisboa; -----

----- É director da Sociedade Nacional de Belas Artes; -----

----- E já participou em exposições realizadas na Livraria-Galeria Municipal Verney. -----

----- Seis - O acompanhamento, a nível de enquadramento, seria feito pelo arquitecto paisagista Alexandre Lisboa, da Divisão de Espaços Verdes, em articulação com o Departamento de Infra-Estruturas Municipais e o autor; e a ligação da CMO ao escultor seria da responsabilidade do assessor principal Doutor Manuel Barão da Cunha. -----

----- A realização da base e a sua colocação seriam asseguradas pelo Departamento de Infra-Estruturas Municipais em articulação com o autor e com o arquitecto paisagista Alexandre Lisboa. ---- -----

----- Sete - O custo está orçado em sessenta e quatro mil euros, acrescido de cinco por cento de IVA, com retenção na fonte, e de sete vírgula cinco por cento de IRS, e seria pago ao autor em três prestações iguais: a primeira na altura da deliberação da aquisição, a segunda no

prazo de cento e oitenta dias e após aprovação do estudo definitivo e a terceira no prazo de mais cento e oitenta dias e quando a obra estiver pronta a ser colocada no terreno.-----

-----Oito - Propõe-se, também, a dispensa de procedimentos, ao abrigo do disposto na alínea d), do artigo octogésimo sexto, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de Junho.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

-----Nesta altura saiu da sala o Senhor Vereador José Eduardo Costa. -----

57 - PROPOSTA Nº. 742/02 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ALGÉS PARA AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO - CP 07.01.13.02.: -----

-----I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

-----“Submete-se à aprovação do Executivo Camarário, a atribuição de um subsídio no valor de três mil novecentos e noventa euros e quarenta e dois cêntimos, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Algés para aquisição de fardamento.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

58 - PROPOSTA Nº. 743/02 - DESIGNAÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO DA C.M.O PARA A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS “REDE PORTUGUESA DE CIDADES SAUDÁVEIS:-----

-----I - A Senhora Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Um - Introdução-----

-----No dia dez de Outubro de mil novecentos e noventa e sete, foi constituída, em Viana do Castelo, a Associação de Municípios “Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis”, cujos municípios fundadores foram: Amadora, Cartaxo, Coimbra, Lisboa, Loures, Oeiras, Seixal e Viana do Castelo. Os municípios de Montijo e Odivelas associaram-se posteriormente.-----

-----Nesta sequência, foram publicados os Estatutos da Associação em Diário da República no dia sete de Janeiro de mil novecentos e noventa e oito (Diário da República,



Terceira Série, número cinco, de noventa e oito). Foi ainda decidida a constituição de um Grupo de Trabalho Técnico que elaborou o Projecto de Regulamento Interno e o Plano de Actividades Anual.-----

----- A Assembleia Intermunicipal constitui o órgão deliberativo da Associação, sendo constituída pelo Presidente e por Vereadores de cada um dos Municípios associados, em que o Presidente é obrigatoriamente membro da mesma, podendo no entanto delegar a sua representação em qualquer Vereador.-----

----- O Conselho de Administração funciona como órgão executivo e é composto por cinco membros, eleitos pela Assembleia Intermunicipal.-----

----- A duração do mandato é equivalente a um período de quatro anos e as competências destes órgãos encontram-se regulamentadas no referido Diário da República.-----

----- Dois - Proposta-----

----- Tendo em conta o anteriormente exposto proponho:-----

----- - Que C.M.O seja representada na Assembleia Intermunicipal por mim própria e pela Senhora Vereadora Doutora Ana Isabel Beça Dias da Costa (Pelouros da Saúde, Acção Social e Cultura). -------

----- - Mais se propõe que seja este elemento do Executivo da C.M.O a assegurar a representação no Conselho de Administração da “Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis”.-----

----- - Comunicação ao Secretariado da “Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis”.-----

----- II - Submetida a proposta a votação através de escrutínio secreto em que se verificaram dez votos a favor foi a mesma aprovada por unanimidade dos presentes.-----

59 - PROPOSTA Nº. 744/02 - APROVAÇÃO DA ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO E BOTAS - CP 06.01.06.06. E 06.02.06.05.:-----

----- I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Na sequência do solicitado pela Divisão de Serviços Urbanos, foi elaborada a

regulamentação escrita com vista à abertura de um concurso público para a aquisição de fardamento e calçado, na modalidade de fornecimento contínuo. -----

-----Através da abertura do concurso público, visa-se dotar os funcionários afectos à referida unidade orgânica, do fardamento e calçado necessário ao exercício das suas funções, relacionadas a salubridade e higiene pública.-----

-----De modo a corresponder às características próprias do serviço, a maior parte prestado no período nocturno, o fardamento a adquirir deve obedecer a determinadas características de natureza técnica, como seja o de possuir reflectores, bem como conformar-se com as Normativas Europeias, ISO nove mil e um e nove mil e dois. -----

-----Assim, estimando-se que o valor da aquisição será superior a cento e vinte e quatro mil seiscientos e noventa e nove euros e quarenta e sete cêntimos / vinte e cinco milhões de escudos, à luz do disposto no número um, do artigo octogésimo, do Decreto Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de Junho, propõe-se a abertura de um concurso público para a aquisição de fardamento e botas, na modalidade de fornecimento contínuo. -----

-----Para o efeito propõe-se como elementos a integrar o Júri de análise das propostas, os seguintes:-- -----

-----Doutora Zalinda Boura, Chefe de Divisão de Serviços Urbanos - Presidente; -----

-----Engenheira Sofia Gomes, Técnica Superior Engenharia - Vogal;-----

-----Doutora Ana Celeste Carvalho, Jurista - Vogal. -----

-----Nestes termos, propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar: -----

-----a) A aprovação da abertura do concurso público de aquisição de fardamento e botas, na modalidade de fornecimento contínuo; -----

-----b) A aprovação do programa da consulta e do caderno de encargos; -----

-----c) A aprovação da constituição do Júri de análise das propostas.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----



60 - PROPOSTA Nº. 745/02 - Pº. 2-SAE/02 - CONCURSO PÚBLICO PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DE ZONAS VERDES NA FREGUESIA DE CAXIAS - CP

10.01.07.01.:-----

----- I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Na sequência do processo de concurso número dois, de dois mil e dois, relativo ao concurso público para a aquisição de serviços para manutenção de zonas verdes na Freguesia de Caxias foram apresentadas propostas por vários concorrentes. -----

----- Analisadas as mesmas, foi elaborado o relatório de análise e posto à consulta dos concorrentes, cumprindo o disposto em sede de audiência prévia. -----

----- Nestes termos, cumpre agora propor a aprovação da adjudicação à empresa que, na sua globalidade e de acordo com os critérios definidos, apresentou a melhor proposta. -----

----- Pelo que, propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar: -----

----- A aprovação da adjudicação do concurso público para a aquisição de serviços para manutenção de zonas verdes na Freguesia de Caxias, à Teleflora, Limitada, pelo preço mensal de quatro mil duzentos e oitenta e nove euros e oitenta e dois cêntimos e o valor global de cento e dois mil novecentos e cinquenta e cinco euros e sessenta e oito cêntimos acrescidos de IVA, pelo período de dois anos.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

61 - PROPOSTA Nº. 746/02 - APROVAÇÃO DA ABERTURA DE UM PROCEDIMENTO DE CONSULTA PRÉVIA A CINCO LOCADORES PARA O ALUGUER DE MÁQUINAS - CP

06.02.07.07.:-----

----- I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Na sequência da informação número cento e quarenta, de dois mil e dois, da Divisão de Viaturas e Máquinas, em que foi manifestada a necessidade de se proceder à organização de um procedimento contratual com vista ao aluguer de máquinas, foi pelo Departamento de

Finanças e Património elaborada a respectiva regulamentação jurídica, que se junta ao processo, para aprovação.-----

-----As máquinas objecto de aluguer são uma retro-escavadora, com tracção quatro por quatro, equipada com balde e uma escavadora hidráulica giratória, com peso entre as vinte e trinta toneladas, equipada com balde, sendo destinadas à Divisão de Serviços Urbanos, para a realização de demolições e plantações de oliveiras, na prossecução das suas competências orgânicas. - -----

-----Com efeito, não dispondo a Câmara Municipal de Oeiras de máquinas com estas características e constatando-se a sua necessidade para a realização de tarefas essenciais para o interesse público, torna-se necessário proceder à contratação da referida locação. -----

-----Atendendo ao montante previsto, que não excederá o valor de quarenta e nove mil oitocentos e setenta e nove euros e setenta e nove cêntimos propõe-se a abertura do procedimento contratual de consulta prévia a cinco locadores, à luz do disposto na alínea a), do número um, do artigo octogésimo primeiro, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de Junho.-----

-----Como membros a integrar a comissão do procedimento, propõem-se os seguintes: ---

-----Doutor Rui Duque, Chefe de Divisão de Viaturas e Máquinas - Presidente;-----

-----Engenheiro Paulo Riscado, Técnico Superior Engenheiro Mecânico - Vogal;-----

-----Doutora Ana Celeste Carvalho, Técnica Superior Jurista - Vogal;-----

-----Senhor Carlos Morgado, Chefe da Secção Administrativa do Departamento de Ambiente e Equipamento - Vogal suplente. -----

-----Nestes termos, propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar: -----

-----a) A aprovação da abertura do procedimento de consulta prévia a cinco locadores, para o aluguer de máquinas;-----

-----b) A aprovação do programa da consulta e do caderno de encargos; -----



----- c) A aprovação da Comissão do procedimento.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

**62 - PROPOSTA Nº. 747/02 - CONSTITUIÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA -
DADORES BENÉVOLOS DE SANGUE DA PARÓQUIA DE QUEIJAS:-----**

----- I - A Senhora Vereadora Ana Isabel Beça apresentou à Câmara a seguinte proposta:--

----- “Um - Introdução -----

----- A Associação de Dadores Benévolos de Sangue, tem um ano de existência e conta com a colaboração de quarenta associados, tem como objectivo a protecção de vidas humanas através da dádiva voluntária e anónima de sangue, com fins terapêuticos, que se destina a todos os doentes da comunidade, independentemente da sua nacionalidade, raça, credo político ou religioso, condição social e económica.-----

----- Para o ano de dois mil e dois, prevêem-se as seguintes actividades:-----

----- - Promover a Dádiva de Sangue à população com emissão de comunicados nos jornais e rádios deste País, como também colóquios;-----

----- - Procurar uma maior colaboração com as instituições hospitalares de modo a haver um maior acompanhamento aos familiares dos doentes;-----

----- - Realização de Palestras sobre a Dádiva de Sangue, a segurança nas transfusões, a Prevenção do Tabagismo, Hepatites e outros temas actuais. -----

----- A Associação de Dadores Benévolos de Sangue da Paróquia de Queijas, tem desenvolvido um trabalho meritório na protecção de vidas humanas através da Dádiva Voluntária de Sangue. O impacto dos seus projectos tem vindo a confirmar a sua credibilidade no que respeita à sensibilização da comunidade para esta problemática, procurando incentivar o acto da dádiva de sangue. -----

----- Dois - Proposta-----

----- Face ao que antecede e dada a importância da actividade da Associação proponho: ---

-----Que seja dado parecer favorável pela CMO, ao reconhecimento da Associação de Dadores Benévolos de Sangue da Paróquia de Queijas como Associação de Utilidade Pública.“--

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

63 - PROPOSTA Nº. 748/02 - ALARGAMENTO DO CAPITAL SOCIAL DA MUNICÍPIA, S.A - PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE OEIRAS NO AUMENTO DE CAPITAL - CP 11.09.09.01.: -----

-----I - A Senhora Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“É intenção do Conselho de Administração da Município, Sociedade Anónima alargar a sua base accionista, mantendo as linhas orientadoras da sua constituição ou seja “constituída de e para os municípios”, nesse sentido endereçou o convite a todas os Municípios e Associações de Municípios do país. Esta intenção surgiu das pressões constantes dos Municípios que à data da constituição não tiveram oportunidade de aderir ao projecto Município, Sociedade Anónima, e que agora desejam aderir ao alargamento da base accionista da Município, Sociedade Anónima.-- -----

-----Actualmente e desde a sua constituição em dezoito de Outubro de mil novecentos e noventa e nove, a Município, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, Sociedade Anónima, conta com trinta accionistas directos que representam sessenta e um Municípios e que detém quinhentos milhões de escudos (dois milhões quatrocentos e noventa e três mil novecentos e oitenta e nove euros e quarenta e nove cêntimos) de capital social. Através do alargamento da base accionista em curso, de sessenta e um sócios Municípios para um número estimado de cento e cinquenta Municípios, ou seja aproximadamente cinquenta por cento dos Municípios de Portugal, ficará a Município com um peso institucional redobrado, conferindo-lhe maiores responsabilidades na defesa dos interesses dos Municípios, reforçando a sua posição a nível nacional, posicionando-se como a entidade que congrega mais Municípios, logo a seguir à Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----



----- A Câmara de Oeiras como impulsionadora desta sociedade e por força do acordo parassocial, na cláusula quinta (Equilíbrio das Posições Sociais) “Um - Todos os sócios concordam em que a capacidade de intervenção do Município de Oeiras na vida societária não deve ser inferior em nenhum caso a cinquenta por cento do capital social.” e “Dois - As alterações das participações no capital social deverão garantir o equilíbrio originário designadamente em caso de aumento do capital social que, salvo expressa manifestação de vontade em contrário, deve favorecer a manutenção das posições relativas iniciais ou, se isso não for possível, as posições relativas dos municípios que detêm maior número de acções.”, bem como conjugado com a cláusula sexta (Entrada de novos sócios) “Um - A entrada de novos sócios fica sujeita ao acordado na cláusula anterior, isto é, não pode alterar o equilíbrio societário originário, obrigando-se os sócios a não transmitir as suas acções a quaisquer entidades que não sejam autarquias, outras pessoas colectivas públicas, ou participadas maioritariamente por capitais públicos.” e “Dois - A admissão de novos sócios fica ainda dependente da aceitação expressa, por parte destes, das disposições do presente acordo.”, terá que manter a proporção da sua participação nesta sociedade. -----

----- Tendo em consideração o explicado, tendo em conta o interesse do Município de Oeiras em manter-se como sócio maioritário numa sociedade que prestigia o próprio município, proponho que se mantenha a participação social de cinquenta e um por cento, sendo de prever que a participação do Município de Oeiras passe de um milhão duzentos e setenta e um mil novecentos e trinta e quatro euros e sessenta e quatro cêntimos para um milhão seiscentos e vinte e um mil e noventa e três euros e dezassete cêntimos, ou seja, implica um aumento da participação de (setenta mil contos) ou trezentos e quarenta e nove mil cento e cinquenta e oito euros e cinquenta e três cêntimos, verba esta prevista em Plano de Actividades no código de plano onze ponto zero nove ponto zero nove ponto zero um.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.” -----

64 - PROPOSTA Nº. 749/02 - ENCARGOS FINANCEIROS QUE FICARAM POR PAGAR EM 31/12/01: -----

-----I - A Senhora Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Determina o artigo vigésimo oitavo, do Decreto-Lei número trezentos e quarenta e um, de oitenta e três, de vinte e um de Julho, que os encargos regularmente assumidos relativos a anos anteriores serão satisfeitos de conta das verbas adequadas do orçamento que estiver em vigor no momento em que for efectuado o pagamento. -----

-----Proponho o pagamento das facturas constantes da relação junta ao processo que totaliza doze mil quinhentos e sessenta euros e três cêntimos, à medida das disponibilidades financeiras da Autarquia.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

65 - PROPOSTA Nº. 750/02 - PROGRAMA DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO - MANUTENÇÃO DE ACTIVIDADES - ADITAMENTO À PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº. 524/02, DA REUNIÃO DE 27-03-02 - CP 02.02.13.01.:-----

-----I - O Senhor Vereador Arnaldo Pereira apresentou à Câmara a seguinte proposta: ----

-----“Em reunião de Câmara de vinte e sete de Março próximo passado, foi aprovada a proposta número quinhentos e vinte e quatro, de dois mil e dois, referente ao Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo - subprograma de Apoio à Manutenção e Desenvolvimento de Actividades Desportivas, na qual de acordo com os princípios, critérios e metodologias previstos no mesmo se propunha a listagem de participações financeiras a atribuir aos clubes. -----

-----No entanto, por alguns clubes não terem enviado os documentos necessários para a atribuição de participações financeiras as mesmas não foram propostas nessa deliberação. Assim, serve a presente proposta para em aditamento à deliberação número quinhentos e vinte e quatro, de dois mil e dois, de vinte e sete de Março próximo passado, propor à Câmara, a atribuição de uma participação financeira no valor de quatro mil quatrocentos e cinquenta



euros, à Associação de Solidariedade Social Assomada.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

**66 - PROPOSTA Nº. 751/02 - PROGRAMA DE PROMOÇÃO DO ANDEBOL -
COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À FEDERAÇÃO DE ANDEBOL DE PORTUGAL PARA
APOIO TÉCNICO AO PROGRAMA DO ANDEBOL - CP 02.02.13.04.: -----**

----- I - O Senhor Vereador Arnaldo Pereira apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

----- “A Câmara Municipal de Oeiras iniciou em mil novecentos e noventa um, programa de desenvolvimento desportivo designado programa de promoção do andebol feminino. Este programa teve como objectivo o desenvolvimento da modalidade no concelho tendo em atenção a tradição já existente no concelho ao nível desta modalidade. Ao longo dos anos denotou-se um incremento de praticantes femininos no concelho sendo da região de Lisboa o que apresenta maior número de atletas federados.-----

----- Tendo em atenção os resultados alcançados e o número de clubes que já dispõem de andebol masculino o programa foi alargado abrangendo também o andebol masculino. Assim, foi necessário aumentar o apoio técnico para acompanhamento das actividades do programa referentes à captação de atletas nas escolas do primeiro ciclo localizadas junto aos clubes que poderão posteriormente enquadrá-los. Assim, foi solicitado à Federação de Andebol de Portugal o referido apoio, visto ser a entidade que tutela a nível nacional a modalidade.-----

----- Neste sentido, e tendo em atenção que a Federação indicou um técnico que acompanha as actividades propõe-se à Câmara a atribuição de uma comparticipação financeira no valor de três mil quinhentos e noventa e dois euros, à Federação de Andebol de Portugal, no sentido de participar as despesas inerentes à disponibilização do técnico para as nossas actividades.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

67 - PROPOSTA Nº. 752/02 - PROGRAMA DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO -

ADITAMENTO À PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº. 524/02, DA REUNIÃO REALIZADA EM 27-03-02 - CP 02.02.13.01.:-----

-----I - O Senhor Vereador Arnaldo Pereira apresentou à Câmara a seguinte proposta: ----

-----“Em reunião de Câmara de vinte e sete de Março próximo passado, foi aprovada a proposta número quinhentos e vinte e quatro, de dois mil e dois, referente ao Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo - sub-programa de Apoio à Manutenção e Desenvolvimento de Actividades Desportivas, na qual de acordo com os princípios, critérios e metodologias previstos no mesmo se propunha a listagem de participações financeiras a atribuir aos clubes. -----

-----Na proposta foi atribuída uma participação financeira ao Clube "Os Catedráticos", no entanto, este clube, é um clube escola da Escola Básica Dois, Três, Vieira da Silva não estando constituído legalmente e separadamente, pelo que se propõe à Câmara a alteração da atribuição da verba sendo a mesma atribuída à Escola Básica Dois, Três, Vieira da Silva.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

68 - PROPOSTA Nº. 753/02 - ATRIBUIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À JUNTA DE FREGUESIA DE PORTO SALVO, DESTINADA À FESTA DO CAVALO 2002 - CP 08.01.13.03.:-----

-----I - O Senhor Vereador Ferreira de Matos apresentou à Câmara a seguinte proposta: --

-----“Contemplada no Plano de Actividades, e pelo terceiro ano consecutivo, realiza-se em dois mil e dois, a Festa do Cavalo em Porto Salvo, em colaboração com a Junta de Freguesia de Porto Salvo e com o apoio da Câmara Municipal de Oeiras. -----

-----Em reunião de Câmara de treze de Março de dois mil e dois, através da proposta de deliberação número trezentos e sessenta e três, de dois mil e dois, foi aprovada a atribuição do montante de oito mil setecentos e vinte e oito euros e noventa e sete cêntimos, referente a cinquenta por cento da participação financeira proposta para a Festa do Cavalo.-----



----- Na medida em que um evento desta natureza envolve despesas consideráveis, propõe-se: -----

----- - A atribuição dos restantes cinquenta por cento, no valor de oito mil setecentos e vinte e oito euros e noventa e sete cêntimos, verba esta que deverá ser paga à Junta de Freguesia de Porto Salvo. Esta verba destina-se a participar nas despesas efectuadas pela Comissão Organizadora.-----

----- - Em anexo à proposta encontra-se a lista com a composição da Comissão Organizadora da Festa do Cavalo, que a seguir se transcreve”-----

----- - Ricardo Baptista;-----

----- - Hugo Serra;-----

----- - Manuel Ribeiro.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

69 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:-----

----- Às vinte e uma horas e vinte minutos, a Senhora Presidente declarou definitivamente encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente acta, que vai ser por si assinada e pela Directora do Departamento de Administração Geral.-----

A Presidente,

A Directora do Departamento de Administração Geral,